

# Índice

---

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	2
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	7
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	9
1.5 Principais clientes	13
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	14
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	20
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	21
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	22
1.10 Informações de sociedade de economia mista	24
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	25
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	26
1.13 Acordos de acionistas	27
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	28
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	29
1.16 Outras informações relevantes	30
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	31
2.2 Resultados operacional e financeiro	38
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	40
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	41
2.5 Medições não contábeis	42
2.6 Eventos subsequentes as DFs	44
2.7 Destinação de resultados	45
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	47
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	48
2.10 Planos de negócios	49
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	53
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	54
3.2 Acompanhamento das projeções	55

# Índice

---

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	56
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	78
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	79
4.4 Processos não sigilosos relevantes	84
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	92
4.6 Processos sigilosos relevantes	93
4.7 Outras contingências relevantes	94
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	95
5.2 Descrição dos controles internos	99
5.3 Programa de integridade	102
5.4 Alterações significativas	106
5.5 Outras informações relevantes	107
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	108
6.3 Distribuição de capital	111
6.4 Participação em sociedades	112
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	113
6.6 Outras informações relevantes	114
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	115
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	119
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	120
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	122
7.4 Composição dos comitês	131
7.5 Relações familiares	143
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	144
7.7 Acordos/seguros de administradores	145
7.8 Outras informações relevantes	146
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	147

## Índice

8.2 Remuneração total por órgão	157
8.3 Remuneração variável	161
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	163
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	174
8.6 Outorga de opções de compra de ações	175
8.7 Opções em aberto	177
8.8 Opções exercidas e ações entregues	178
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	180
8.10 Outorga de ações	182
8.11 Ações entregues	186
8.12 Precificação das ações/opções	187
8.13 Participações detidas por órgão	188
8.14 Planos de previdência	189
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	191
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	193
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	194
8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)	196
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado)	197
8.20 Outras informações relevantes	199
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	203
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	204
9.4 Outras informações relevantes	205
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	206
10.1 Descrição dos recursos humanos	208
10.2 Alterações relevantes	210
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	211
10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados	213
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	214
10.5 Outras informações relevantes	215
11. Transações com partes relacionadas	

# Índice

---

11.1 Regras, políticas e práticas	220
11.2 Transações com partes relacionadas	222
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	227
11.3 Outras informações relevantes	228
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	229
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	230
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	231
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	232
12.5 Mercados de negociação no Brasil	233
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	234
12.7 Títulos emitidos no exterior	235
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	236
12.9 Outras informações relevantes	237
13. Responsáveis pelo formulário	
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE	238
13.1 Declaração do diretor presidente	239
13.1 Declaração do diretor de relações com investidores	241
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual	243

## 1.1 Histórico do emissor

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA 2026 – SEÇÃO 1

#### 1. Atividades do Emissor

##### 1.1. Descrever sumariamente o histórico do emissor

A Padtec Holding S.A. (ao longo deste Formulário de Referência, e em conjunto com suas controladas, em especial a Padtec S.A., “Companhia” ou “Padtec”) foi constituída sob a forma de sociedade anônima em 1998 com a denominação social de Kikwitt Participações S.A. Teve sua denominação social alterada para Ideiasnet S.A. e iniciou suas operações como uma incubadora de projetos de internet. A abertura de capital da Companhia na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) ocorreu no ano 2000, quando suas ações ordinárias passaram a ser negociadas sob o código IDNT3.

Em abril de 2020, os acionistas da Padtec S.A. e da então Ideiasnet S.A. (que detinha cerca de 34% do capital social da Padtec S.A.), em assembleias de ambas as companhias, aprovaram a operação de incorporação de ações da Padtec S.A. pela Companhia. Conforme estabelecido na Lei das S.A., foi concedido prazo para exercício de direito de retirada aos acionistas da Companhia que dissentiram ou se abstiveram de votar na deliberação relacionada a esta operação, ou que não compareceram à assembleia. Findo esse prazo, a operação foi implementada com a emissão de novas ações da Companhia, entregues aos então acionistas da Padtec S.A. em 1º de junho de 2020, e a consequente conversão da Padtec S.A. em subsidiária integral da Companhia. Em 10 de julho de 2020, foi aprovada a alteração da denominação social da Companhia para Padtec Holding S.A. e seu código de negociação na B3 passou a ser PDTC3.

#### Campinas

Rua James Clerk Maxwell, 507  
Parque Tecnológico Techno Park  
Campinas • SP • CEP 13.069-380

+55 19 2104-9700  
padtec@padtec.com.br

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas



### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA 2026 – SEÇÃO 1

#### 1. Atividades do Emissor

##### 1.2. Descrever sumariamente as atividades principais desenvolvidas pelo emissor e suas controladas

A Padtec Holding S.A. é uma holding e não possui atividades operacionais, sendo, atualmente, a Padtec S.A. sua única sociedade investida.

A Padtec S.A. foi criada em 2001 a partir da cisão dos laboratórios de comunicações ópticas da Fundação CPQD – Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (“CPQD”), com a finalidade de desenvolver tecnologias para o setor de forma independente. Na época, a demanda de dados era exponencialmente menor do que hoje, os produtos possuíam uma capacidade de 2,5 Gb/s, o suficiente para atender as necessidades do mercado naquele momento.

Em 2004, teve início sua expansão internacional para países da América Latina atingindo principalmente a Argentina, e posteriormente a Colômbia. Hoje, a Padtec S.A. está presente em 18 países, que representam 95% do produto interno bruto (PIB) da região. Essa jornada mostra a forte competitividade em relação aos *players* internacionais que não apresentam a mesma proximidade (física e cultural) com o cliente.

O modelo de negócios da Padtec S.A. atualmente divide-se em três principais unidades de negócios (ou business units - “BUs”) Equipamentos / Sistemas Ópticos DWDM (Dense Wavelength Division Multiplexing - Multiplexação Densa por Comprimento de Onda), Sistemas Submarinos e Serviços, Softwares e Plataformas.

A unidade de negócios de Equipamentos / Sistemas Ópticos DWDM engloba os projetos desenvolvidos para cada cliente, considerando suas realidades e necessidades. O ciclo de vendas desses projetos é relativamente extenso e eventuais alterações nas “vendas” podem levar mais de 45 dias para serem contabilizadas no faturamento da Companhia.

A Padtec S.A. é a única companhia brasileira que projeta, desenvolve, instala e mantém sistemas completos fim-a-fim baseados na tecnologia DWDM utilizados no transporte de dados em redes de fibras ópticas. Seu principal objetivo é facilitar o acesso à internet de qualidade para todos os públicos através do aumento da capacidade de transmissão de dados nas redes de comunicação.

A tecnologia desenvolvida pela Padtec S.A. permite que grandes quantidades de dados sejam transmitidas por longas distâncias de forma rápida e a um custo por bit transmitido cada vez menor, suportando o crescimento exponencial do tráfego de dados ocorrido nos últimos anos em todo o mundo e, especialmente, nos países da América Latina.

Hoje, a quase totalidade dos dados que trafegam nas redes mundiais é transmitida através de redes de fibra óptica, seja por curtas ou longas distâncias, e a Padtec S.A. está posicionada no meio desta cadeia com seus equipamentos baseados na tecnologia DWDM, que codificam os dados em portadoras de luz, transmitidas por meio de fibra óptica. Em qualquer acesso à internet feito no Brasil ou nos demais países onde a Companhia está presente, seja para assistir um

#### Campinas

Rua James Clerk Maxwell, 507  
Parque Tecnológico Techno Park  
Campinas • SP • CEP 13.069-380

+55 19 2104-9700  
padtec@padtec.com.br

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas



vídeo, acessar redes sociais ou ler um documento online, essas informações podem estar passando por equipamentos da Companhia ou de algum de seus competidores.

A Companhia está acompanhando o crescimento da demanda de dados com o desenvolvimento de novas tecnologias. Por exemplo, em 2001 era possível converter 2,5 Gb/s de informação, hoje a Padtec já entrega uma taxa de 1,2 Tb/s em seus dispositivos. No Brasil, a Companhia está no dia a dia das pessoas viabilizando o acesso à internet ao redor do país, com um modelo B2B (“*business to business*”, estabelecido entre empresas), e tem como clientes diversas companhias renomadas em seus setores de atuação, em todos os setores de telecomunicações, tais como operadoras tradicionais, provedores de internet (ou Internet Service Providers - ISPs), carriers of carriers, utilities, integradoras e *data centers*.

Além de preço e qualidade, a Padtec também se destaca pela proximidade e parceria com os clientes, e acredita ser o principal fornecedor local para os ISPs no Brasil, auxiliando seu crescimento e consolidação, não só através de seus produtos bem como com serviços de operação e manutenção, softwares e plataformas para redes de telecomunicações.

A Companhia desenvolve a maioria de seus produtos e, apesar de não ser tão verticalizada, o desenvolvimento de tecnologia é fundamental para sua operação. A Padtec investe cerca de 6% de sua receita líquida anual em Pesquisa e Desenvolvimento, um processo-chave, pois assim consegue se manter competitiva no mercado e entregar o melhor produto possível aos clientes.

A Padtec vem realizando esforços para aumentar a diversificação das origens de receitas em suas unidades de negócios e algumas iniciativas já foram implementadas ao longo dos últimos meses.

A implantação de redes 5G no Brasil requer investimentos em múltiplas frentes, como a construção de redes de comunicação para atender a infraestrutura necessária para a próxima geração de aplicativos e os novos serviços de banda larga. Essas novas redes ópticas de alta capacidade resultarão em incremento na demanda por soluções que entreguem maior conectividade e melhor qualidade nos serviços de dados. Como forma de impulsionar sua atuação no 5G, a Padtec anunciou em fevereiro de 2024 o desenvolvimento de esforços conjuntos com a Parallel Wireless para oferecer soluções inovadoras baseadas em Open RAN às operadoras móveis no Brasil e na América Latina. Paralelamente, ao longo de 2025, a Padtec ampliou sua presença internacional e de mercado por meio de novas alianças, incluindo parcerias com a FixUno e a Braxem, voltadas à expansão de sua atuação no México, Estados Unidos, Caribe e América Central, bem como a parceria com a 3Trend para projetos de missão crítica nos segmentos de telecomunicações, energia e infraestrutura.

A Companhia anunciou a retomada de sua atuação no mercado de sistemas submarinos, após um período de cinco anos de restrição decorrente de cláusula de non-compete estabelecida na venda de uma unidade de negócios em 2019. Esse retorno ocorre por meio de parcerias estratégicas, estruturadas para viabilizar a oferta de soluções completas (turn-key), abrangendo desde o projeto até a implementação e manutenção de redes submarinas e subfluviais na América Latina.

A Padtec intensificou parcerias com diferentes canais comerciais em várias regiões do Brasil para oferta de soluções voltadas a redes IP (*switches* e roteadores). Em 2023, a Companhia já havia anunciado uma parceria com as empresas UfiSpace, de Taiwan, e IP Infusion, dos EUA para a oferta de uma solução completa de *switches* e roteadores em toda a América Latina.

### Campinas

Rua James Clerk Maxwell, 507  
Parque Tecnológico Techno Park  
Campinas • SP • CEP 13.069-380

+55 19 2104-9700  
padtec@padtec.com.br

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas



Visando complementar seu portfólio e alcançar novos segmentos do mercado, no 2T24, divulgou a parceria com a norte-americana Arrcus, possibilitando que as soluções da UfiSpace cheguem aos mercados de hyperscale data centers e de core/edge network.

Em junho de 2024, a Companhia lançou a LightPad Max, sua nova geração de transponders para redes DWDM com altíssima capacidade de transmissão de dados. Sua principal vantagem frente às gerações anteriores de transponders é o menor custo por bit transmitido em sistemas ópticos coerentes com elevada eficiência energética, além de alimentação AC, adequada a ambientes de data center com alto potencial de crescimento. A LightPad Max comprova a capacidade da Padtec em desenvolver e lançar produtos inovadores e tecnologicamente avançados.

Visando ampliar sua área de atuação, a Padtec trouxe ao mercado uma nova linha de transceivers plugáveis coerentes, baixo consumo de energia e capacidade de 400 Gb/s, que podem ser usados em transponders e em roteadores IP de fornecedores distintos, incrementando a presença da Companhia nas redes metropolitanas, em Data Centers de grande escala e em Edge Data Centers. Estes plugáveis podem ser gerenciados pelo sistema de gerenciamento de rede Padtec NMS+, da plataforma DWDM da Padtec, mesmo quando equipando roteadores IP. Esta inovação trazida pela Padtec fortalece a sua visão de solução integrada de IP + DWDM.

No início de 2026, a Padtec lançou sua linha de módulos plugáveis cinza, que podem ser utilizados em diferentes aplicações e com switches e roteadores de diversos fornecedores do mercado. O catálogo é abrangente, oferecendo preços competitivos para atender às necessidades tanto de operadoras e empresas de data center como de provedores de serviços de internet (ISPs) de todos os portes. Todo o portfólio de plugáveis da Padtec está disponível para consulta no novo catálogo virtual lançado pela empresa em seu website.

Através do Plano de Controle ASON, a Padtec proporciona mais agilidade, automação e eficiência na gestão de redes ópticas. Desenvolvido com base na arquitetura SDN (redes definidas por software), o produto lançado no final de 2024 é resultado da evolução do tradicional NMS (Network Management System), sendo uma solução alinhada à posição da Companhia de contribuir para a construção de redes autônomas, inteligentes e escaláveis.

E com foco na sua expansão internacional, a Padtec anunciou no 1S24 parcerias comerciais no Peru e na Colômbia para o fornecimento de soluções competitivas de infraestrutura de telecomunicações e tecnologia como um canal de distribuição de todos os produtos do seu portfólio. O lançamento da unidade de Serviços Premium na Colômbia também é parte da estratégia de incrementar sua presença em mais geografias. E no 1T25, a Companhia inaugurou sua subsidiária no México.

Através da unidade de negócios de Serviços, Softwares e Plataformas, o objetivo da Padtec é incrementar a entrega de soluções mais consultivas, aumentando a eficiência e otimizando a operação das redes por meio de soluções baseadas em software, automação, outsourcing estratégico e racional e suporte remoto com tecnologia de IA. Parcerias em soluções de cyber segurança também ajudam a tornar as redes dos clientes mais seguras e adaptadas às novas demandas e às legislações em vigor.

Nesse sentido, a Companhia lançou em 2024 duas novas soluções para os provedores de internet e telecomunicações, buscando acompanhar as necessidades apresentadas pelos ISPs

### Campinas

Rua James Clerk Maxwell, 507  
Parque Tecnológico Techno Park  
Campinas • SP • CEP 13.069-380

+55 19 2104-9700  
padtec@padtec.com.br

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

e a evolução tecnológica que surge a todo instante. O Smart Workspot é uma plataforma online de gestão integrada de equipes de trabalho em campo (Workforce Management ou WFM) que atuam na operação e manutenção de redes. Essa solução, em conjunto com o Smart Site, faz parte de uma suíte de soluções digitais integradas que vem sendo desenvolvida chamada Smart Operations, que com o suporte de Inteligência Artificial visa tornar a gestão das operações mais autônomas e rentáveis. Já o InovaTEC é uma consultoria de inovação dedicada ao mercado de telecomunicações que utiliza metodologia testada e aprovada pela Padtec ao longo dos anos. O serviço é prestado por uma equipe multidisciplinar que atua em quatro áreas principais: identificação de oportunidades, testes de viabilidades (com desenvolvimento de protótipo, fast code e lean agile), abordagem para entrega contínua e avaliação de impacto, com implementação de métodos de coleta e análise de dados. O InovaTEC já tem suprido clientes com soluções inteligentes e criativas, integrando diversos fornecedores e processos no desenho de novas soluções e produtos.

Em 2025, na área de soluções digitais, a Padtec traz ao mercado a evolução do Smart Site, plataforma em nuvem que permite o gerenciamento remoto completo da infraestrutura dos sites de operadoras e de ISPs, proporcionando mais agilidade e eficiência na identificação e solução de problemas. Através da incorporação e integração de novas funcionalidades voltadas à gestão e inteligência das operações, o Smart Site está evoluindo para Smart Operations (que contará com as funcionalidades Smart Fiber, para gestão de fibra óptica, e Smart Device, destinada a facilitar a integração de dispositivos na rede).

Visando atender às necessidades de seus clientes, a Padtec também dispõe de outras ferramentas de software. A Smart API com interface REST, tem a função de centralizar dados de gerenciamento dos equipamentos Padtec e facilitar a exportação para sistemas terceiros que, eventualmente, concentrem sistemas de monitoramentos de diferentes tecnologias e empresas. Essa solução também permite a geração de dados (data lake) para utilização em sistemas de Inteligência Artificial (IA). Já a ferramenta Gerência de Plugáveis (equipamentos de transmissão de alta capacidade extremamente miniaturizados, do tamanho equivalente a um super pen drive) permite configurar e controlar transceivers coerentes inseridos diretamente em um roteador, ajudando a superar restrições para o uso de IP over DWDM (IPoDWDM) – técnica que viabiliza a integração direta de redes IP com sistemas de transporte óptico DWDM.

Em 2026, a Padtec também lançou seu novo transponder: o TMQ800G-NC. Trata-se de uma nova alternativa de transponder óptico de 800 Gb/s, que se baseia no form factor padronizado OSFP (Octal Small Form Factor Pluggable), projetada para atender às demandas de data centers modernos e redes de alta densidade. Outro lançamento da Companhia é a solução própria de monitoramento OTDR, que inclui hardware e software de gerenciamento de fibras ópticas. O hardware, em formato linecard, pode ser colocado em slots disponíveis de subracks existentes nas redes, permitindo melhor aproveitamento do espaço. Na área de serviços de NOC, a Padtec anunciou a ampliação do leque oferecido, que agora passa a atender às necessidades de clientes com soluções de fornecedores distintos.

A Padtec S.A. possui uma sucursal na Argentina, e subsidiárias no Chile, na Colômbia, no Peru, no México e nos Estados Unidos, além de parcerias estratégicas em outros países, o que permite estar próxima de seus clientes, fornecendo suporte constante e acompanhando de perto o crescimento desses clientes. Sua jornada de expansão internacional está focada na América Latina e na América do Norte. Também é a única acionista da Padtec Soluções Para Redes Ltda., empresa de capital fechado, dedicada à locação de equipamentos e soluções para sistemas ópticos. O portfólio da Padtec Soluções Para Redes Ltda. inclui equipamentos de

### Campinas

Rua James Clerk Maxwell, 507  
Parque Tecnológico Techno Park  
Campinas • SP • CEP 13.069-380

+55 19 2104-9700  
padtec@padtec.com.br

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas **padtec**

locação para acesso corporativo, Data Center Interconnect, Storage Area Network Extension, redes metropolitanas e redes multi-terabit de longa distância terrestre.

### **Campinas**

Rua James Clerk Maxwell, 507  
Parque Tecnológico Techno Park  
Campinas • SP • CEP 13.069-380

+55 19 2104-9700  
padtec@padtec.com.br

## 1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais



### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA 2026 – SEÇÃO 1

#### 1. Atividades do Emissor

1.3. Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações<sup>1</sup>:

##### a. produtos e serviços comercializados

A Companhia é uma empresa que tem como objeto a participação em outras sociedades que atuem na área de tecnologia e, portanto, não fabrica produtos ou comercializa serviços diretamente. Entretanto, desde junho de 2020, como resultado da incorporação de ações de sua investida Padtec S.A., passou a incorporar todos os resultados auferidos por esta investida.

A Padtec S.A. é uma fornecedora global voltada ao desenvolvimento, fabricação e comercialização de soluções para redes de comunicação. O portfólio de produtos oferecido pela Padtec se aplica às redes backbones terrestres, acesso, redes de metro/agregação e cenários de extensão DCI (Data Center Interconnect) e SAN. As soluções para sistemas de transmissão óptica que a Padtec oferece podem ser desenhadas com proteção de rota/circuitos através de mecanismos como chaves ópticas, proteção e restauração por meio de seu Plano de Controle, dentre outros, garantindo assim, alta disponibilidade do tráfego. Para sistemas de longas distâncias, a Padtec possui em seu portfólio uma linha completa de amplificadores ópticos capazes de transmitir o sinal com qualidade e segurança. A Padtec possui também, através do seu programa de parcerias, soluções OTDR (Optical Time-Domain Reflectometer) para monitoramento de redes ópticas in-service, ou seja, em tempo real com o sistema ativo, o cabo óptico é monitorado para diagnosticar eventuais falhas e incidentes que possam ocorrer no meio físico à transmissão dos dados, e switches e roteadores. Além de seu amplo portfólio em equipamentos ópticos, a Padtec disponibiliza ao mercado serviços especializados e multivendores em redes ópticas com atuação desde a implantação dos equipamentos na rede do cliente até os contratos de operação e manutenção. Para atendimento remoto, possui um Centro de Operações de Rede (NOC, do inglês Network Operations Center), disponível 24 horas por dia para monitorar e atuar nas redes dos clientes. A Companhia também oferece plataformas, softwares e soluções para o ecossistema de telecomunicações.

##### b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

Abaixo seguem as informações para receita líquida da Padtec Holding S.A. em 31 de dezembro de 2025:

<sup>1</sup> Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição de valores mobiliários, as informações devem se referir às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social e às últimas informações contábeis divulgadas pelo emissor. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de emissor de valores mobiliários, as informações devem se referir às 3 últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social e às últimas informações contábeis divulgadas pelo emissor.

#### Campinas

Rua James Clerk Maxwell, 507  
Parque Tecnológico Techno Park  
Campinas • SP • CEP 13.069-380

+55 19 2104-9700  
padtec@padtec.com.br

## 1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

RECEITA LÍQUIDA		
R\$ mil	2025	
Negócio Equipamentos - Brasil	153.816	52,7%
Negócio Equipamentos - Mercado Externo	80.649	27,6%
Negócio Serviços, Softwares e Plataformas	57.389	19,7%
<b>Receita Total</b>	<b>291.854</b>	<b>100,0%</b>

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

Abaixo seguem as informações para o resultado líquido da Padtec Holding S.A. em 31 de dezembro de 2025:

Lucro Líquido		
R\$ mil	2025	
Negócio DWDM (Brasil + Mercado Externo)	5.590	80,3%
Negócio Serviços, Softwares e Plataformas	1.371	19,7%
	<b>6.961</b>	<b>100,0%</b>

## 1.4 Produção/Comercialização/Mercados



### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA 2026 – SEÇÃO 1

#### 1. Atividades do Emissor

1.4. Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 1.3, descrever:

##### a. características do processo de produção

Equipamentos/Sistemas Ópticos DWDM: A Padtec S.A. trabalha no conceito de célula de produção onde cada estrutura fabrica uma família de produtos. Investimentos e recursos necessários são mantidos na célula, que associada a uma análise precisa de processos, reduz manuseamento de material, tempos de montagem/atendimento aos clientes e níveis de estoques internos. A Companhia possui parcerias com empresas internacionais para a oferta de uma solução completa de switches e roteadores em toda a América Latina, através de revenda desses equipamentos.

Serviços, Softwares e Plataformas: Utilizando-se da expertise de mais de 20 anos de atuação no ecossistema de telecomunicações e no uso de tecnologias avançadas, a Companhia desenvolve internamente soluções, softwares e plataformas e dispõe de parcerias com empresas já estabelecidas no mercado para oferta de diversas outras soluções aos seus clientes.

##### b. características do processo de distribuição

Equipamentos/Sistemas Ópticos DWDM: A Padtec S.A. não possui nenhum processo específico de distribuição para os equipamentos que produz. A Companhia utiliza empresas terceirizadas para o transporte e entrega desses equipamentos até cada cliente.

Serviços, Softwares e Plataformas: A maioria dos serviços, softwares e plataformas oferecidos pela Companhia são instalados de forma remota nos clientes, não havendo nenhum processo específico de distribuição.

##### c. características dos mercados de atuação, em especial:

###### i. participação em cada um dos mercados

Com o constante avanço de tecnologias que dependem da internet, como redes sociais, games online, smartphones cada vez mais sofisticados, bancos digitais, aplicativos de streaming entre outros, o consumo de dados tem evoluído exponencialmente em um mundo com cada vez mais dispositivos conectando pessoas. Adicionalmente, os modelos híbridos de educação e trabalho (presencial e a distância) seguem sendo uma realidade, resultando na continuidade de crescente e elevada demanda por conectividade e capacidade de transporte de dados.

O acesso à internet de alta capacidade ainda é mais baixo nos países latino-americanos quando comparado a regiões mais desenvolvidas e, portanto, há muito espaço para crescimento da conectividade de banda larga e, por consequência, da infraestrutura óptica essencial para esta conectividade.

## 1.4 Produção/Comercialização/Mercados



Ainda assim, a banda larga fixa vem sendo adotada por mais domicílios no Brasil, em velocidades cada vez maiores.

Segundo a Agência Nacional de Telecomunicações (“Anatel”), em dezembro de 2025, o Brasil alcançou aproximadamente 53,9 milhões de acessos de banda larga fixa. A maior parte das conexões do país já opera em altas velocidades, impulsionada principalmente pela expansão da fibra óptica, que representa cerca de 79% dos acessos. Em dezembro de 2024, 92,3% dos domicílios com banda larga possuíam conexões superiores a 34 Mb/s, o equivalente a cerca de 48,5 milhões de domicílios — mais de três vezes o volume registrado em 2019.

Ainda segundo a Anatel, a fibra óptica segue como a tecnologia mais utilizada para banda larga fixa, e alcançou a marca de 40,5 milhões de assinaturas em dezembro de 2024, crescimento de 12% sobre dezembro de 2023. Em comparação, em 2014 a fibra representava apenas cerca de 4% do total de acessos, evidenciando a rápida transformação da infraestrutura de conectividade no país ao longo da última década. A tecnologia de fibra óptica ganha cada vez mais relevância por possuir diversas vantagens frente às demais, como a baixa incidência de oscilações e interferências, baixa latência, capacidade de transmissão de dados de alta velocidade por grandes distâncias, ser mais econômica para operar por se tratar de uma rede de acesso passiva, além de ser considerada uma tecnologia “à prova de futuro” por sua fácil escalabilidade.

Esse grande aumento do número de usuários atendidos pela tecnologia de fibra óptica foi viabilizado através de significativos investimentos em *backhaul* de fibra no país, que já superou a marca de mais de 4.300 municípios atendidos (que compreendem cerca de 94% da população brasileira). E o significativo crescimento da fibra óptica como tecnologia principal de banda larga fixa no Brasil foi acompanhado da ascensão dos provedores de internet regionais.

Em um país de dimensões continentais como o Brasil, esses provedores são de suma importância para a expansão da banda larga. Isso é possível por serem capazes de levar a conectividade a cidades e regiões fora dos principais centros populacionais do país, que não foram capturados pelos investimentos das grandes empresas de telecomunicações. A lacuna deixada pelas empresas maiores e mais tradicionais configurou um mercado nacional fragmentado, com cada vez mais provedores regionais disputando espaço e demandando capacidade de transmissão de dados através da fibra óptica.

A tecnologia DWDM oferecida nos produtos da Padtec é utilizada para aumentar a capacidade de transmissão de dados em uma rede de fibra óptica. Ela funciona combinando e transmitindo múltiplos sinais simultaneamente a diferentes comprimentos de onda (Wavelength) na mesma fibra, criando múltiplas fibras virtuais e multiplicando a capacidade da rede física. Além disso, compõem os sistemas DWDM amplificadores capazes de amplificar o sinal óptico fazendo com que as redes superem distâncias cada vez maiores com altas taxas. Desse modo, os provedores de internet podem transportar uma capacidade maior de dados com ganho de eficiência e economia, uma alternativa muito mais econômica em comparação ao investimento na expansão de suas redes de fibra óptica. Os principais consumidores da tecnologia DWDM são aqueles que necessitam ampliar sua capacidade de transmissão de dados da sua rede de fibra óptica significativamente, como as grandes companhias de telecomunicações, provedores regionais e data centers.

Por fim, o 5G deverá proporcionar um considerável incremento na conectividade e maior velocidade de conexão, possibilitando o maior desenvolvimento de soluções de aplicações tais como inteligência artificial, internet das coisas, e a expansão e universalização de serviços

### Campinas

Rua James Clerk Maxwell, 507  
Parque Tecnológico Techno Park  
Campinas • SP • CEP 13.069-380

+55 19 2104-9700  
padtec@padtec.com.br

## 1.4 Produção/Comercialização/Mercados

essenciais como saúde e educação à distância. E uma nova infraestrutura será necessária para acomodar os potenciais bilhões de dispositivos conectados à internet.

### ii. condições de competição nos mercados

Equipamentos/Sistemas Ópticos DWDM: Os principais *players* globais da tecnologia DWDM estão presentes em toda a região CALA (composta por países localizados no Caribe e na América Latina, “Caribbean and Latin America”). Especificamente no mercado brasileiro, a Padtec S.A. faz jus a benefícios fiscais decorrentes da Lei de Informática (Lei nº 8.248/91, alterada pela Lei nº 13.969/19), uma vez que realiza investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica no Brasil, e seus produtos são fabricados localmente, com tecnologia nacional. Além disso, a forte presença no mercado doméstico e os suportes pré e pós-venda diferenciados são vantagens competitivas da Companhia.

Serviços, Softwares e Plataformas: Para serviços de suporte à operação e manutenção de redes que demandem uma maior expertise em sistemas de comunicação óptica e mão de obra mais bem qualificada, a Padtec apresenta vantagem competitiva em relação aos seus concorrentes por possuir tecnologia própria. Entretanto, para serviços mais básicos de suporte à operação, nos quais é necessária maior disponibilidade de mão de obra, porém sem tanta qualificação, o cenário se inverte.

Adicionalmente, a atuação por meio de parcerias ajuda a Companhia a minimizar sua exposição a determinados riscos, por atuar em conjunto com outras empresas muitas vezes já experientes naquele segmento de mercado.

### d. eventual sazonalidade

Equipamentos/Sistemas Ópticos DWDM: Em alguns anos o último trimestre do ano pode ser mais aquecido em vendas, caso algumas empresas operadoras (clientes) necessitem cumprir com seus orçamentos anuais e a Padtec S.A., por produzir localmente, consegue atender tais demandas rapidamente. Por outro lado, historicamente, o primeiro trimestre do ano tende a ser o mais fraco, uma vez que alguns clientes iniciam o ano fiscal ainda sem ter seus orçamentos de investimento aprovados.

Serviços, Softwares e Plataformas: Não há, em regra, uma época com picos de demanda e as receitas advindas desse segmento tendem a ser mais recorrentes que as oriundas da outra unidade de negócios.

### e. principais insumos e matérias primas, informando:

i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Equipamentos/Sistemas Ópticos DWDM: O relacionamento e o envolvimento comercial com o fornecedor começam na fase de desenvolvimento da solução técnica e cotação dos equipamentos, indo até sua efetiva entrega, incluindo o tempo de garantia. A Padtec S.A. tem como política buscar o relacionamento contínuo com seus fornecedores a fim de estabelecer parcerias sólidas e uma cadeia de suprimentos comprometida com suas necessidades, com respeito às legislações vigentes, de forma transparente e ética. A efetiva contratação é realizada

## 1.4 Produção/Comercialização/Mercados



após a conclusão do processo de homologação e é validada através de um pedido de compra contendo os requisitos técnicos e as condições comerciais previamente negociadas.

A Padtec S.A. está sujeita à legislação pertinente ao processo de importação que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira. De forma geral, não há regulamentação específica relativa às compras realizadas pela Companhia. O tipo de matéria prima utilizado pela Companhia não está sujeito a controle de nenhum órgão específico tais como MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), ANP (Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), etc.

Serviços, Softwares e Plataformas: não se aplica.

### ii. eventual dependência de poucos fornecedores

Equipamentos/Sistemas Ópticos DWDM: A Padtec S.A. possui uma ampla gama de fornecedores frequentes (cerca de 157 registros ativos). Entretanto, no caso de itens customizados, poderá ser necessário o uso de outros fornecedores, até mesmo exclusivos. Os produtos de alguns fornecedores apresentam valor agregado significativo, diretamente relacionado ao alto grau de complexidade envolvido na produção, testes de qualidade e tecnologia empenhada. Levando-se em conta a tecnologia e nível de confiança requerida pelo mercado em que a Padtec atua, a disponibilidade de fornecimento se restringe significativamente, pois os níveis de confiabilidade/qualidade desses itens precisam estar próximos a zero defeitos. A Companhia não tem parceiros insubstituíveis, porém possui parceiros com graus de complexidade de homologação e integração elevados.

Serviços, Softwares e Plataformas: não se aplica.

### iii. eventual volatilidade em seus preços

Equipamentos/Sistemas Ópticos DWDM: Aproximadamente 80% dos insumos da Padtec são de origem importada, sujeitos à variação cambial. No caso de insumos nacionais, a volatilidade de preços observada é menor, pois os reajustes são praticamente anuais.

Serviços, Softwares e Plataformas: não se aplica.

## 1.5 Principais clientes

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA 2026 – SEÇÃO 1

#### 1. Atividades do Emissor

1.5. Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando<sup>1</sup>:

a. montante total de receitas provenientes do cliente

b. segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Em 2025, a Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebrás foi responsável por 11,2% da receita líquida total da Companhia. As receitas provenientes desse cliente foram oriundas das duas unidades de negócios da Companhia.

1.15. Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais<sup>2</sup>.

Não houve no último exercício social a celebração de contratos relevantes pela Companhia e suas controladas que não fossem diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

1.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

<sup>1</sup> Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição de valores mobiliários, as informações devem se referir às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social e às últimas informações contábeis divulgadas pelo emissor. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de emissor de valores mobiliários, as informações devem se referir às 3 últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social e às últimas informações contábeis divulgadas pelo emissor.

<sup>2</sup> Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir ao último exercício social. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição de valores mobiliários, as informações devem se referir às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social e às últimas informações contábeis divulgadas pelo emissor. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de emissor de valores mobiliários, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais e ao exercício social corrente.

#### Campinas

Rua James Clerk Maxwell, 507  
Parque Tecnológico Techno Park  
Campinas • SP • CEP 13.069-380

+55 19 2104-9700  
padtec@padtec.com.br

## 1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal



### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA 2026 – SEÇÃO 1

#### 1. Atividades do Emissor

1.6. Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Tendo em vista que a Companhia tinha em 31 de dezembro de 2025 como objeto principal a participação na Padtec S.A., pode-se afirmar que o exercício de suas atividades não é fortemente afetado pela regulação estatal.

Entretanto, a Padtec S.A. deve ter registro válido junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), e seus produtos são homologados pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL). Para alguns serviços dentro do escopo do segmento de Serviços, Softwares e Plataformas (Operação e Manutenção) também é necessária a emissão de documentação de responsabilidade técnica junto ao CREA. Ambos são autarquias e nenhum desses atos pode ser configurado como uma autorização para o funcionamento da Companhia.

O funcionamento regular da fábrica e de outros estabelecimentos da Padtec S.A. depende de autorizações, licenças e alvarás para ocupação dos respectivos imóveis e funcionamento das operações. Os alvarás de funcionamento, emitidos pelas Municipalidades locais, visam atestar a compatibilidade da instalação das atividades da Companhia às normas de uso e ocupação do solo e ao zoneamento aplicável ao estabelecimento licenciado, autorizando o seu uso, e os certificados de segurança contra incêndio e pânico, emitidos pelos corpos de bombeiros de cada Estado, visam atestar a implementação de medidas de segurança contra incêndio no estabelecimento licenciado. Tais licenças possuem prazos de validade e requisitos de manutenção e devem ser renovadas de tempos em tempos e/ou atualizadas sempre que necessário, com ou sem o pagamento de taxas. Em que pesem as dificuldades e a lentidão de alguns órgãos governamentais ou de eventual dificuldade da Companhia em fornecer documentos a relativos aos imóveis, a Padtec S.A. tem sido capaz de obter/manter todas as licenças, alvarás e autorizações necessárias de forma tempestiva.

b. principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor

As atividades da Companhia e suas investidas não impactam diretamente o meio ambiente e a Companhia não incorrem regularmente em custos relevantes para o cumprimento de regulação ambiental.

A atividade de fabricação de material elétrico, eletrônico e equipamentos para telecomunicação e informática se trata da única atividade desenvolvida pela investida Padtec S.A. e se encontra enquadrada como “potencialmente poluidora”, estando, dessa maneira, a Padtec S.A. sujeita ao licenciamento ambiental.

A Lei da Política Nacional do Meio Ambiente prevê, como um de seus instrumentos, o licenciamento ambiental. De acordo com a Lei nº 6.938/1981, a construção, a instalação, a ampliação, o funcionamento de estabelecimentos e o exercício de atividades consideradas

## 1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

efetiva ou potencialmente poluidoras dependem de prévio licenciamento do órgão ambiental competente, o qual estabelecerá as condições, as restrições e as medidas de fiscalização do empreendimento.

As licenças ambientais são necessárias em todas as etapas do empreendimento, ou seja, tanto para a aprovação da localização do empreendimento, como para sua implementação, operação e ampliação. O processo de licenciamento ambiental, regulado pela Lei Complementar nº 140/2011 e pela Resolução CONAMA nº 237/1997, compreende um sistema trifásico, no qual cada licença fica condicionada à emissão de sua precedente. Assim, o processo de licenciamento ambiental inclui, tipicamente, a emissão de uma licença prévia, uma licença de instalação e uma licença de operação. A licença prévia é emitida durante a fase preliminar de planejamento do projeto, aprovando a localização do empreendimento ou atividade e atestando sua viabilidade ambiental. A licença de instalação autoriza o início da construção das instalações. A licença de operação autoriza o início e a continuidade das atividades operacionais.

A Lei Complementar nº 140/2011 determina ainda que a renovação das licenças ambientais deve ser solicitada com antecedência mínima de 120 dias da expiração de seu prazo de validade, para que esse fique automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva do órgão ambiental. O referido prazo pode variar de órgão para órgão, devendo as renovações das licenças ambientais ser requeridas com a antecedência mínima requerida pelo órgão ambiental licenciador.

Importante destacar que junto à emissão da licença, a Companhia possui condicionantes estabelecidas pelo órgão ambiental emissor da licença, a serem cumpridas.

Além de estarem sujeitos ao licenciamento ambiental, todos os empreendimentos que desenvolvem atividades consideradas potencialmente poluidoras estão sujeitos ao cadastro perante o Cadastro Técnico Federal do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). Informações são prestadas regularmente ao IBAMA, que emite um certificado de regularidade do empreendimento a cada 3 (três) meses.

A Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, que regulamenta a Política Nacional de Meio Ambiente, instituiu o Cadastro Técnico Federal (CTF) do IBAMA como instrumento de promoção à proteção do meio ambiente.

Estão sujeitas ao registro no CTF as pessoas físicas ou jurídicas que se dediquem às atividades potencialmente poluidoras ou à extração, à produção, ao transporte e à comercialização de produtos perigosos ao meio ambiente, assim como de produtos e de subprodutos da fauna e da flora.

Apesar de considerada potencialmente poluidora, a atividade desenvolvida pela Padtec S.A., na prática, tem baixíssimo impacto no meio ambiente e as ações são tomadas para evitar quaisquer riscos levantados. Ademais, tanto o cadastro junto ao CTF, quanto o licenciamento ambiental encontram-se plenamente regularizados.

O descarte de resíduos inflamáveis, por exemplo, recebe o devido tratamento, conforme atesta o Certificado de Movimentação de Resíduos de Interesse Ambiental, emitido pela CETESB/Governo do Estado de São Paulo.

O transporte, o tratamento e a destinação final adequados de resíduo dependem da classe a que ele pertence e os projetos estão sujeitos à prévia aprovação do órgão ambiental. A atividade de

## 1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

tratamento de resíduos é passível de licenciamento, de maneira que as empresas contratadas para realizar essa atividade devem demonstrar sua regularidade quanto ao licenciamento ambiental.

Especificamente no que se refere ao uso de recursos hídricos, a Padtec está localizada dentro de um condomínio de empresas chamado Parque II do Polo de Alta Tecnologia e a água usada pela Padtec é a água captada através de poços artesianos e distribuídas para as empresas localizadas neste condomínio.

A Lei Federal nº 9.433/1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, estabelece que o uso de tais recursos está sujeito à outorga pelo Poder Público, seja para a captação de um corpo d'água, ainda que de um poço artesiano e/ou para consumo público, seja para o lançamento num corpo d'água de esgotos e de demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, de transporte ou de disposição final. Estão dispensados da outorga os usos de proporções insignificantes e quando a captação/lançamento se dá por meio da rede pública, desde que essa possua sistema de tratamento adequado.

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

### Marcas:

No Brasil, a titularidade de marcas somente pode ser adquirida por meio do registro concedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), autarquia federal responsável pelo registro de marcas, patentes e outros direitos de propriedade intelectual.

Após a concessão do registro, o titular da marca passa a deter o direito exclusivo de uso no Brasil para designar produtos e/ou serviços incluídos na classe na qual a marca foi registrada, por um período de 10 (dez) anos, que poderá ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, mediante o pagamento das taxas administrativas aplicáveis.

Durante o processo de registro, o depositante possui apenas uma expectativa de direito de propriedade das marcas depositadas aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços e o direito de zelar pela integridade material e/ou reputação do sinal requerido. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento do pedido de registro pelo INPI; e (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo INPI.

Ainda, relevante destacar, que o registro de determinada marca se extingue pela (i) expiração do prazo de vigência, quando da não renovação no prazo adequado; (ii) renúncia (abandono voluntário do titular); (iii) caducidade (falta de uso da marca); (iv) declaração de nulidade administrativa ou judicial; ou (v) inobservância do disposto no artigo 217 da Lei de Propriedade Industrial (referente à necessidade de a pessoa domiciliada no exterior manter procurador no Brasil), sendo, portanto, um requisito de manutenção do registro de marca a continuidade de seu uso, nos termos da solicitação de registro depositada junto ao INPI.

Atualmente, a Companhia é titular de diversas marcas registradas e em processo de registro junto ao INPI, tais como "PADTEC", "LIGHTPAD" e "MULTIPAD".

### Patentes:

Patentes são títulos de propriedade temporária sobre uma invenção ou modelo de utilidade

## 1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

outorgados aos inventores ou autores ou outras pessoas físicas ou jurídicas detentoras de direitos sobre a criação. Em contrapartida, o inventor se obriga a revelar detalhadamente todo o conteúdo técnico da matéria protegida pela patente. Todos os pedidos tramitam no mais estrito sigilo durante o período estimado de 18 (dezoito) meses (salvo pedido de publicação antecipada pelo depositante) até o período da publicação na Revista de Propriedade Industrial.

As patentes podem ser de (i) invenção (PI) que são os produtos ou processos que atendem aos requisitos de atividade inventiva, novidade e aplicação industrial (sua validade é de 20 (vinte) anos a partir da data do depósito, sendo que seu prazo de vigência não será inferior a 10 (dez) anos a contar da data da concessão do registro); (ii) modelo de utilidade (MU) que são os objetos de uso prático, ou parte deste, suscetível de aplicação industrial, que apresente nova forma ou disposição, envolvendo ato inventivo, que resulte em melhoria funcional no seu uso ou em sua fabricação (sua validade é de 15 (quinze) anos a partir da data do depósito, sendo que seu prazo de vigência não será inferior a 7 (sete) anos a contar da data da concessão do registro); ou (iii) certificado de adição de invenção (C) que são os aperfeiçoamentos ou desenvolvimentos introduzidos no objeto da invenção, mesmo que destituído de atividade inventiva, porém ainda dentro do mesmo conceito inventivo (o certificado será acessório à patente e com mesma data final de vigência desta).

Uma vez concedido o registro, o titular da patente tem o direito de impedir terceiros, sem o seu consentimento, de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado. Terceiros podem fazer uso da invenção somente com a permissão do titular (licença).

Já o depositante de pedido de registro de patente possui apenas uma "expectativa de direito" que somente se confirmará caso venha a obter a patente. Caso o depositante esteja sofrendo prejuízos por concorrência desleal de alguém que esteja produzindo o mesmo objeto de sua invenção, o depositante poderá contatar tal concorrente notificando-o de que, caso o concorrente insista na prática desleal ele poderá, quando obtiver a Carta-Patente, impetrar uma ação judicial de indenização por perdas e danos, que poderão ser contabilizados a partir da data de publicação do pedido de patente.

O pedido de registro de patente poderá ser inferido se o INPI considerar que o objeto descrito na patente não é passível de proteção. Para ser passível de proteção, a tecnologia descrita no documento deve respeitar aquilo que é permitido pela legislação de propriedade industrial nacional, bem como ser novo (não estar descrito no estado da técnica), ser inventivo (ou seja, não óbvio para um especialista na área) e ter aplicação industrial.

O depositante do pedido e o titular da patente estarão sujeitos ao pagamento de retribuição anual, denominadas anuidades. As anuidades deverão ser pagas a partir do segundo aniversário do pedido.

Uma vez concedido o registro da patente, este poderá ser extinto no seguintes casos: (i) pelo término do prazo de validade, (ii) pela renúncia por parte da Companhia; (iii) pela declaração de caducidade; (iv) pela falta de pagamento da retribuição anual; (v) pela inobservância de disposições legais; (vi) pela licença compulsória por decisão administrativa ou judicial; ou (vii) em razão de processo administrativo de nulidade e/ou processo judicial quando: (a) não tiver sido atendido qualquer dos requisitos legais; (b) o relatório e as reivindicações não atenderem ao disposto na lei; (c) o objeto da patente se estenda além do conteúdo do pedido originalmente depositado; ou (d) no seu processamento, tiver sido omitida qualquer das formalidades

### Campinas

Rua James Clerk Maxwell, 507  
Parque Tecnológico Techno Park  
Campinas • SP • CEP 13.069-380

+55 19 2104-9700  
padtec@padtec.com.br

## 1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

essenciais, indispensáveis à concessão. O processo de nulidade poderá ser instaurado de ofício ou mediante requerimento de qualquer pessoa com legítimo interesse, no prazo de 6 (seis) meses contados da concessão da patente.

Ao final de 2025 a Padtec detinha o registro de catorze patentes de invenção no INPI e aguardava o deferimento de outros quatro pedidos depositados.

### Nomes de Domínio:

Um nome de domínio é uma identificação de autonomia, autoridade ou controle dentro da internet. Os nomes de domínio seguem as regras e procedimentos do Domain Name System (“DNS”), de modo que qualquer nome registrado no DNS é um nome de domínio.

No Brasil, o responsável pelo registro de nomes de domínio, bem como pela administração e publicação do DNS para o domínio “.br”, a distribuição de endereços de sites e serviços de manutenção é o Registro.br. Atualmente, a Companhia é titular de diversos nomes de domínio, dentre os quais se destacam: “padtec.com.br” e “padtec.com”.

A própria Padtec S.A. desenvolve a maior parte de seus produtos, protegendo o know-how como segredo industrial, e eventualmente, depositando pedidos de registro de patentes e de softwares junto ao INPI. Em 2019, a Padtec S.A. deu início a um trabalho para incentivar projetos que gerem patentes. No desenvolvimento, a Padtec S.A. usa softwares de terceiros também, cujas licenças são devidamente adquiridas; mas muitas já são open-source. Atualmente, poucos são os contratos de licença de fato relevantes para o desenvolvimento das atividades. A investida possui algumas parcerias tecnológicas, que complementam seus produtos, ainda sem muita representatividade para o negócio.

Entre os projetos desenvolvidos pela Companhia relacionados à criação de tecnologias, know-how e segredos industriais em relação aos quais ainda não foi solicitado registro perante o INPI, destacam-se o TM1200G, TM800G, Projeto 200G, software NMS e amplificadores ópticos.

De acordo com a lei brasileira, pertencerão exclusivamente ao empregador/contratante os direitos de propriedade intelectual relativos aos trabalhos desenvolvidos durante a vigência de contrato de trabalho/prestação de serviços expressamente destinado à pesquisa e desenvolvimento, ou em que a atividade do empregado/contratado seja prevista, ou ainda, que decorra da própria natureza dos encargos concernentes a esses vínculos. Já em relação aos direitos de propriedade intelectual resultantes de parcerias com terceiros, a titularidade deve ser regulada em contrato.

Caso a Companhia não seja capaz de comprovar sua titularidade sobre os direitos de propriedade intelectual ou ainda que tem licença para uso e/ou comercialização, poderá ser impedida de continuar utilizando e/ou explorando comercialmente referidos softwares, patentes, tecnologia, know-how, invenções, segredos industriais ou de negócio e outros direitos de propriedade intelectual, sem prejuízo do pagamento de indenização por violação de direitos de propriedade intelectual, o que poderá resultar em impactos adversos relevantes para suas atividades e para seus resultados operacionais e financeiros.

Além disso, no caso dos contratos de parceria celebrados com terceiros para o desenvolvimento de patentes, softwares e outras tecnologias, a Companhia precisará repartir com referidos terceiros os ganhos financeiros resultantes da exploração econômica dos direitos de propriedade intelectual desenvolvidos no âmbito da parceria, na proporção prevista em cada um dos

### Campinas

Rua James Clerk Maxwell, 507  
Parque Tecnológico Techno Park  
Campinas • SP • CEP 13.069-380

+55 19 2104-9700  
padtec@padtec.com.br

## 1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

contratos. Ademais, alguns dos contratos preveem que caso a Companhia não explore comercialmente as obras desenvolvidas no âmbito da parceira dentro de determinado período de tempo, a propriedade intelectual sobre referidos trabalhos será revertida em favor do parceiro e que caso ocorra a rescisão dos contratos de parceria em razão de descumprimentos cometidos pela Companhia, esta perderá seus direitos de propriedade intelectual sobre os resultados da parceria. Ainda, alguns contratos preveem a obrigação de comunicar o parceiro caso a Companhia tenha a intenção de industrializar e/ou comercializar produtos resultantes de tecnologia concorrente.

Adicionalmente, a Companhia utiliza certos softwares e tecnologias licenciados junto a terceiros. A Companhia não pode garantir que será capaz de renovar ou manter em vigor os contratos de licenciamento referentes a tais softwares e outras tecnologias e/ou que será capaz de substituí-los em tempo hábil e sem grandes impactos às suas operações, de modo que a o término ou a rescisão de algum contrato de licenciamento, seja por justa causa (em caso de inadimplemento contratual pela Companhia, incluindo em caso de atrasos nos pagamentos, ou caso a Companhia deixe de comunicar alterações societárias), de forma imotivada, ou, ainda, em razão de fatores alheios à sua vontade, poderá resultar em impactos adversos relevantes nas atividades e nos resultados operacionais e financeiros da Companhia.

d. contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

- i. em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos
- ii. em favor de partidos políticos
- iii. para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

Não aplicável uma vez que a Companhia nunca realizou nenhuma contribuição financeira em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos, partidos políticos ou para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos.

**1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior****FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA 2026 – SEÇÃO 1****1. Atividades do Emissor**

1.7. Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar<sup>1</sup>:

a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou receitas provenientes de clientes domiciliados no Brasil totalizando 72,4% da receita operacional líquida total da Companhia, no valor de R\$ 211,2 milhões.

b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou receitas provenientes do exterior, totalizando 27,6% da receita operacional líquida total da Companhia, correspondente a R\$ 80,6 milhões.

---

<sup>1</sup> Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição de valores mobiliários, as informações devem se referir às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social e às últimas informações contábeis divulgadas pelo emissor. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de emissor de valores mobiliários, as informações devem se referir às 3 últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social e às últimas informações contábeis divulgadas pelo emissor.

**Campinas**

Rua James Clerk Maxwell, 507  
Parque Tecnológico Techno Park  
Campinas • SP • CEP 13.069-380

+55 19 2104-9700  
padtec@padtec.com.br

## 1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

padtec

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA 2026 – SEÇÃO 1

#### 1. Atividades do Emissor

1.8. Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 1.7, descrever impactos relevantes decorrentes da regulação desses países nos negócios do emissor

As leis e eventuais regulações estrangeiras se aplicam às subsidiárias da investida Padtec S.A. nos territórios onde operam. Ademais, os produtos da Padtec podem estar sujeitos à regulamentação estrangeira se vendidos e instalados nos respectivos territórios, como no caso das certificações FCC e CE nos Estados Unidos e na Europa, respectivamente.

**1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)****FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA 2026 – SEÇÃO 1****1. Atividades do Emissor**

1.9. Em relação a informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG), indicar:

- a. se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade
- b. a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento
- c. se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso
- d. a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado
- e. se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor
- f. se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor
- g. se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas
- h. se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas
- i. explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:
  - i. a não divulgação de informações ASG
  - ii. a não adoção de matriz de materialidade
  - iii. a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG
  - iv. a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas
  - v. a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas
  - vi. a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

A Companhia não divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade nem realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa.

Ainda assim, a Companhia acompanha diversos indicadores e iniciativas ASG (tais como quantidade de novos empregados contratados a cada ano, movimentações internas de pessoal, censo desses empregados (sexo, faixa etária, cor, localidade de trabalho), programas de desenvolvimento e capacitação técnica internos e externos para seus empregados, clientes e

**Campinas**

Rua James Clerk Maxwell, 507  
Parque Tecnológico Techno Park  
Campinas • SP • CEP 13.069-380

+55 19 2104-9700  
padtec@padtec.com.br

## 1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)



parceiros, pesquisas de clima realizada junto a empregados e de satisfação realizada junto a clientes e ações para promoção do bem estar social de pessoas menos favorecidas, principalmente na região onde situa-se sua fábrica em Campinas). A Companhia possui Sistema de Gestão Ambiental (SGA) conforme a ISO 14001:2015 desde 2022 e Sistema de Gestão de Qualidade ("SGQ") conforme a ISO 9001 desde 2004.

A Companhia está se estruturando para divulgar informações ASG, elaborar e adotar uma matriz de materialidade, adotar recomendações relacionadas a questões climáticas, identificar os ODSs aplicáveis ao seu negócio e realizar inventários de emissão de gases do efeito estufa, porém ainda não tem um cronograma estabelecido para tal.

**Campinas**  
Rua James Clerk Maxwell, 507  
Parque Tecnológico Techno Park  
Campinas • SP • CEP 13.069-380

+55 19 2104-9700  
padtec@padtec.com.br

**1.10 Informações de sociedade de economia mista****FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA 2026 – SEÇÃO 1****1. Atividades do Emissor**

1.10. Indicar, caso o emissor seja sociedade de economia mista:

a. interesse público que justificou sua criação

b. atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:

- i. os programas governamentais executados no exercício social anterior, os definidos para o exercício social em curso, e os previstos para os próximos exercícios sociais, critérios adotados pelo emissor para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público indicado na letra “a”
- ii. quanto às políticas públicas acima referidas, investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos – geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições
- iii. estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do emissor ou declaração de que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas

c. processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não aplicável, uma vez que a Companhia não é sociedade de economia mista.

**1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante****FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA 2026 – SEÇÃO 1****1. Atividades do Emissor**

1.11. Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor<sup>1</sup>.

Não houve no último exercício social aquisição ou alienação de quaisquer ativos relevantes que não se enquadrem como operação normal nos negócios da Companhia.

---

<sup>1</sup> Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir ao último exercício social. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição de valores mobiliários, as informações devem se referir às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social e às últimas informações contábeis divulgadas pelo emissor. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de emissor de valores mobiliários, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais e ao exercício social corrente.

## 1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

padtec

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA 2026 – SEÇÃO 1

#### 1. Atividades do Emissor

1.12. Indicar operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo o emissor e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas<sup>1</sup>.

Não houve no último exercício social qualquer operação de fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações envolvendo a Companhia.

---

<sup>1</sup> Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir ao último exercício social. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição de valores mobiliários, as informações devem se referir às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social e às últimas informações contábeis divulgadas pelo emissor. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de emissor de valores mobiliários, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais e ao exercício social corrente.

## 1.13 Acordos de acionistas

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA 2026 – SEÇÃO 1

#### 1. Atividades do Emissor

1.13. Indicar a celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas<sup>1</sup>.

A Companhia não tem conhecimento da existência de nenhum acordo de acionistas vigente.

---

<sup>1</sup> Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir ao último exercício social. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição de valores mobiliários, as informações devem se referir às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social e às últimas informações contábeis divulgadas pelo emissor. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de emissor de valores mobiliários, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais e ao exercício social corrente.

#### Campinas

Rua James Clerk Maxwell, 507  
Parque Tecnológico Techno Park  
Campinas • SP • CEP 13.069-380

+55 19 2104-9700  
padtec@padtec.com.br

## 1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA 2026 – SEÇÃO 1

#### 1. Atividades do Emissor

1.14. Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor<sup>1</sup>.

Não houve no último exercício social nenhuma alteração significativa na forma de condução dos negócios da Companhia.

---

<sup>1</sup> Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir ao último exercício social. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição de valores mobiliários, as informações devem se referir às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social e às últimas informações contábeis divulgadas pelo emissor. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de emissor de valores mobiliários, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais e ao exercício social corrente.

## 1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas



### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA 2026 – SEÇÃO 1

#### 1. Atividades do Emissor

1.15. Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais<sup>1</sup>.

Não houve no último exercício social a celebração de contratos relevantes pela Companhia e suas controladas que não fossem diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

---

<sup>1</sup> Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir ao último exercício social. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição de valores mobiliários, as informações devem se referir às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social e às últimas informações contábeis divulgadas pelo emissor. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de emissor de valores mobiliários, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais e ao exercício social corrente.

## 1.16 Outras informações relevantes

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA 2026 – SEÇÃO 1

#### 1. Atividades do Emissor

1.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### Seção 2 do Formulário de Referência 2026 da Companhia

#### 2. Comentários dos Diretores

##### 2.1. Os diretores devem comentar sobre:

As informações financeiras e os comentários apresentados neste item 2 referem-se às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 (e anteriores quando estiver indicado), em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC) e devem ser lidas em conjunto com essas demonstrações financeiras consolidadas auditadas e suas respectivas notas explicativas. As informações apresentadas a seguir, exceto quando indicado de forma diferente, são expressas em moeda corrente nacional (em milhares de Reais).

##### a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para conduzir o seu plano de negócio e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. A Administração da Companhia visa preservar uma sólida base de capital para manter a confiança dos investidores, credores e demais participantes do mercado, assegurando o desenvolvimento de seus negócios.

Indicadores Financeiros Consolidados (R\$ mil)	31/12/25
Lucro (prejuízo) Líquido (LL)	6.961
Receita Operacional Líquida (RL)	291.854
<b>margem líquida = LL / RL</b>	<b>2,39%</b>
Patrimônio Líquido (PL)	134.974
<b>retorno sobre PL = LL / PL</b>	<b>5,16%</b>
Ativo Total (AT)	653.086
<b>retorno sobre ativos = LL / AT</b>	<b>1,07%</b>
Ativo Circulante (AC)	380.529
Passivo Circulante (PC)	128.499
<b>índice de liquidez corrente = AC / PC</b>	<b>2,96</b>
<b>capital circulante líquido = AC - PC</b>	<b>252.030</b>
Passivo Não Circulante (PNC)	389.613
<b>nível de alavancagem = (PC + PNC) / PL</b>	<b>3,84</b>

A Padtec Holding não possui atividades operacionais, assim, a totalidade da receita operacional líquida registrada em suas demonstrações financeiras advém das atividades da controlada

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

padtec

Padtec S.A. O resultado líquido registrado em 2025 também reflete principalmente os resultados auferidos pela Padtec S.A.

Ao final do exercício de 2025 a Companhia registrou patrimônio líquido consolidado no valor de R\$ 135,0 milhões. O índice de liquidez corrente, no valor de 2,96, demonstra um equilíbrio entre ativos e obrigações de curto prazo. O índice de endividamento, demonstrado pela relação entre o capital de terceiros e o capital próprio, foi de 3,84 ao final de 2025.

### b. estrutura de capital

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia é de R\$ 138,4 milhões, dividido em 79.469.626 ações ordinárias escriturais, sem valor nominal.

As principais fontes de recursos para financiamento do capital de giro são provenientes de capital próprio, nota de crédito à exportação (modalidade NCE) captada junto ao Banco Votorantim, um forfait captado junto ao Bando do Brasil e recursos tomados com o BNDES (modalidade EXIM) e a FINEP.

As linhas de financiamento tomadas junto à FINEP destinam-se a investimentos em tecnologia e os recursos são liberados de acordo com o desembolso e comprovação dos custos do plano estratégico de inovação da Padtec S.A.

<b>Estrutura de Capital Consolidada (R\$ mil)</b>	<b>2025</b>
empréstimos e financiamentos de curto prazo	22.760
empréstimos e financiamentos de longo prazo	260.073
<b>Empréstimos e financiamentos totais</b>	<b>282.833</b>
fornecedores	47.942
outros passivos	187.337
patrimônio líquido	134.974
<b>Passivo Total</b>	<b>653.086</b>
empréstimos	43%
fornecedores	7%
outros passivos	29%
patrimônio líquido	21%
<b>Passivo Total</b>	<b>100%</b>
empréstimos	282.833
(-) disponibilidade e instrumentos financeiros	(146.314)
<b>= Dívida líquida (caixa líquido)</b>	<b>136.519</b>
+ patrimônio líquido	134.974
<b>= Capitalização líquida</b>	<b>271.493</b>
dívida líquida / capitalização líquida	50,28%
PL / capitalização líquida	49,72%
<b>Capitalização líquida</b>	<b>100,00%</b>

O custo médio de captação em 2025 foi de 9,3% ao ano. Do total do endividamento, R\$ 282,8 milhões, cerca de 8% são de curto prazo, demonstrando o bom perfil da dívida da Companhia.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A Companhia não está sujeita a hipóteses de resgate de suas ações. Entretanto, o Estatuto Social da Padtec Holding determina que é de competência da Assembleia Geral deliberar a respeito do resgate ou amortização de ações, observadas as normas legais a respeito.

### c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os saldos das obrigações contratuais em 2025 referem-se à investida direta Padtec S.A. e à investida indireta Padtec Colômbia. A necessidade destes recursos para a Companhia está atrelada à continuidade da expansão das suas atividades e de suas subsidiárias, no Brasil e exterior, ao investimento em pesquisa e desenvolvimento inerente às suas atividades e ao reforço de capital de giro.

Pagamentos devidos (R\$ mil)	2025
Empréstimos e financiamentos - curto prazo	22.760
Empréstimos e financiamentos - longo prazo	260.073
<b>Total</b>	<b>282.833</b>

Entendemos que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros assumidos. O índice de liquidez corrente (representado pelo total do ativo circulante dividido pelo total do passivo circulante) em 31 de dezembro de 2025 era de 2,96.

### d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Os recursos captados junto a terceiros são utilizados principalmente no capital de giro da Companhia e suas subsidiárias e para investimento em ativos não circulantes, relacionados ao desenvolvimento de novas tecnologias. As captações realizadas também objetivam manter a liquidez da Companhia e um bom perfil de endividamento por meio do alongamento do prazo médio de seu endividamento.

Acreditamos que as fontes de financiamentos utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendem às necessidades de capital de giro e investimentos, e buscamos sempre preservar o perfil de vencimento da dívida financeira e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

### e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, não vislumbramos necessidades de recursos que não possam ser suportados com recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. E caso sejam necessários recursos adicionais para a cobertura de deficiência de liquidez no curto

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

prazo, a Companhia poderá contratar novas linhas de financiamento ou, ainda, buscar captar recursos junto ao mercado financeiro e de capitais.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

Em 31 de dezembro de 2025, a dívida bruta da Companhia totalizava R\$ 282,8 milhões, sendo que R\$ 22,8 milhões representavam dívidas de curto prazo e R\$ 260,0 milhões representavam dívidas de longo prazo. A posição de caixa da Companhia, considerando caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras em garantia, somava R\$ 146,3 milhões. Como resultado, a dívida líquida ao final de 2025 era de R\$ 136,5 milhões.

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A tabela abaixo apresenta a composição do endividamento da Companhia em 31 de dezembro de 2025:

R\$ mil					CONSOLIDADO
Modalidade	Taxa Pactuada	Taxa Efetiva Média Anual	Vencimentos	Garantia	31/12/25
<b>Moeda Nacional</b>					
Finep	TR + 2,30% e 2,80% ao ano	3,08%	15/02/20 a 15/12/42	Fiança Bancária	100.851
Exim BNDES	IPCA + 7,20% ao ano	8,27%	15/09/24 a 15/06/29	Fiança Bancária	150.587
					251.438
<b>Moeda Estrangeira</b>					
Banco do Brasil - Forfait	8,30% ao ano	9,31%	02/05/24 a 24/01/27	Fluxo de Conta Vinculada	5.630
FINIMP - Banco Votorantim	variação cambial + 4,5% ao ano	4,87%	28/10/24 a 24/01/25	Fluxo de Conta Vinculada	-
FINIMP - Banco do Brasil	3,0% ao ano	3,25%	29/10/24 a 25/04/25	Recebíveis	-
NCE - Votorantim	variação cambial + 7,80% ao ano	13,64%	30/09/24 a 28/03/28	Fluxo de Conta Vinculada	25.765
					31.395
					<b>282.833</b>
<b>Curto prazo</b>					22.760
					8,0%
<b>Longo prazo</b>					260.073
					92,0%
					<b>282.833</b>

Não há outros empréstimos ou financiamentos tomados pela Companhia além dos descritos nesse item 10) f) i).

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia não possui outras operações de longo prazo com instituições financeiras ao final de 2025 além daquelas mencionadas no item anterior.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

padtec

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 31 de dezembro de 2025 possui cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre elas. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

- iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

O empréstimo obtido junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES na modalidade Exim exige que o valor da liberação pleiteada deverá corresponder a 80% (oitenta por cento) do valor do compromisso de exportação assumido.

A Companhia monitora periodicamente esse índice, de forma a garantir que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas até 31 de dezembro de 2025.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía financiamentos contratados e não utilizados.

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

No ano de 2025 não ocorreram alterações significativas nas demonstrações financeiras da Companhia.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

padtec

### Demonstração do Resultado

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Demonstração dos Resultados (em R\$ milhares, exceto percentual)	Exercício social encerrado em 2025	AV	Exercício social encerrado em 2024	AV	AH
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>365.953</b>		<b>372.224</b>		<b>-1,7%</b>
Impostos incidentes sobre as vendas	(62.720)		(65.767)		-4,6%
Devoluções e cancelamentos	(11.379)		(7.698)		47,8%
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>291.854</b>	<b>100,0%</b>	<b>298.759</b>	<b>100,0%</b>	<b>-2,3%</b>
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(187.259)	-64,2%	(203.716)	-68,2%	-8,1%
<b>Lucro bruto</b>	<b>104.595</b>	<b>35,8%</b>	<b>95.043</b>	<b>31,8%</b>	<b>10,1%</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>					
Despesas administrativas	(30.145)	-10,3%	(26.454)	-8,9%	14,0%
Despesas comerciais	(35.118)	-12,0%	(34.530)	-11,6%	1,7%
Despesas de pesquisa e desenvolvimento	(20.822)	-7,1%	(34.257)	-11,5%	-39,2%
Provisões	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	4.636	1,6%	(5.638)	-1,9%	-182,2%
<b>Lucro (prejuízo) antes das receitas (despesas) financeiras</b>	<b>23.146</b>	<b>7,9%</b>	<b>(5.836)</b>	<b>-2,0%</b>	<b>-496,6%</b>
Resultado financeiro líquido	(15.714)	-5,4%	(21.608)	-7,2%	-27,3%
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>7.432</b>	<b>2,5%</b>	<b>(27.444)</b>	<b>-9,2%</b>	<b>-127,1%</b>
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	(471)	-0,2%	(394)	-0,1%	19,5%
<b>Lucro (prejuízo) do exercício</b>	<b>6.961</b>	<b>2,4%</b>	<b>(27.838)</b>	<b>-9,3%</b>	<b>-125,0%</b>

**O ano foi marcado por decisões estruturais importantes, guiadas pela disciplina na execução, pelo aumento da rentabilidade bruta e pelo foco em eficiência econômica.**

Em 2025, a Padtec avançou de forma consistente em sua estratégia centrada em rentabilidade, eficiência operacional e maior previsibilidade dos resultados. A leve redução na receita refletiu ajustes no ritmo produtivo e a priorização de contratos com melhor retorno, contribuindo para o avanço significativo da geração operacional de caixa, evidenciado no EBITDA e Lucro.

A Companhia ampliou a diversificação de suas fontes de receita, com destaque para o crescimento das operações internacional e para a expansão da oferta de **serviços, softwares e plataformas**. Como resultado, 2025 se consolidou como o **segundo maior ano de vendas da história da Padtec nessa unidade de negócios**, reforçando o posicionamento em soluções de maior valor agregado e recorrência.

Os avanços estratégicos e operacionais implementados ao longo do ano resultaram **na maior margem bruta dos últimos cinco anos**, impulsionada pela melhoria no mix de produtos, disciplina comercial e eficiência industrial. A redistribuição do parque fabril e da operação de serviços também contribuiu para ganhos de produtividade, otimização de processos e maior flexibilidade operacional.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

padtec

Os resultados de 2025 foram consistentes e apresentaram evolução consistente ao longo dos meses. As receitas operacionais líquidas permaneceram praticamente estáveis em comparação a 2024, refletindo um planejamento consciente orientado ao equilíbrio entre a demanda, capacidade produtiva, rentabilidade e eficiência. No 4T25, a margem bruta alcançou 36,2%, e o EBITDA somou R\$ 15,3 milhões, totalizando R\$ 42,7 milhões em 2025, crescimento de 144,0% sobre o ano anterior.

Os indicadores de tráfego de dados seguem em trajetória consistente de expansão, impulsionados pelo crescimento do mercado de data centers, maior demanda por soluções de conectividade robustas, tanto para interconexão entre data centers quanto para redes de distribuição de dados digitais. Adicionalmente, a intensificação do uso de serviços de streaming, jogos online e aplicações de inteligência artificial reforçam a existência de uma nova onda de investimentos em conectividade. Ainda assim, no contexto brasileiro, 2025 foi marcado por desafios relevantes, especialmente em função do custo de capital.

Apesar do cenário macroeconômico e geopolítico desafiador, que trouxe incertezas para diversos participantes do setor, o impacto sobre a cadeia de suprimentos da Companhia permaneceu neutro. **A Padtec conta com flexibilidade e neutralidade tecnológica**, não estando sujeita a restrições geopolíticas relevantes na escolha de fornecedores, o que permite atender projetos internacionais de acordo com as necessidades específicas de cada cliente.

### Demonstração do Fluxo de Caixa

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

(em R\$ mil, exceto %)	Consolidado	
	Exercício social encerrado em 2025	Exercício social encerrado em 2024
<b>Fluxo de caixa</b>		
Caixa líquido atividades operacionais	# 28.858	(33.159)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(26.416)	(30.140)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(82.251)	168.474
Variação cambial de caixa em moeda estrangeira	2.083	2.453
<b>Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(77.726)</b>	<b>107.628</b>

Em 2025, o caixa líquido nas atividades operacionais foi positivo em R\$ 28,9 milhões, devido, principalmente, a conversão em caixa do contas a receber e dos estoques da Companhia. Já o fluxo de caixa das atividades de investimentos foi negativo em R\$ 26,4 milhões, em função de aquisições de ativos imobilizados e da variação no intangível ao longo do ano. Conforme esse detalhamento, a redução registrada no caixa líquido da Padtec entre 2024 e 2025 foi de R\$ 77,7 milhões.

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

### Seção 2 do Formulário de Referência 2026 da Companhia

#### 2. Comentários dos Diretores

##### 2.2. Os diretores devem comentar:

##### a. resultados das operações do emissor, em especial:

##### i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Padtec Holding S.A. é uma *holding* e suas receitas advêm das atividades da subsidiária Padtec S.A.

O modelo de negócios da Padtec S.A. divide-se nas unidades de negócios (ou business units - "BUs") Equipamentos/DWDM e Serviços, Softwares e Plataformas. A unidade de negócios de Equipamentos/DWDM engloba os projetos desenvolvidos para cada cliente, considerando suas realidades e necessidades. O ciclo de vendas desses projetos é relativamente extenso e eventuais alterações nas "vendas" podem levar mais de 45 dias para serem contabilizadas no faturamento da Companhia.

Os últimos dois anos foram muito desafiadores para todas as empresas que atuam no ecossistema de telecomunicações. O mercado e a cadeia de valor dos equipamentos apresentaram sinais de saturação em decorrência de ajustes dos estoques e de capacidades instaladas. Os sinais de saturação atingiram a infraestrutura das redes de alta capacidade no coração das redes (*backbones* ópticos), refletindo-se na contração de vendas (e nos faturamentos) dos participantes dessa cadeia produtiva. Em alguns casos, as redes de telecomunicação acabaram sendo usadas no seu limite máximo, devido à otimização de capital por parte de operadores e provedores de internet. Desafios macroeconômicos e geopolíticos resultaram em elevados níveis de incerteza no Brasil e no exterior e somaram-se a este cenário desafiador, impactando os resultados dos *players* em 2024 e 2025.

Buscando formas de minimizar riscos com os efeitos da situação descrita acima, a Padtec vem realizando esforços para aumentar a diversificação das origens de receitas em suas duas unidades de negócios, Equipamentos/DWDM e Serviços, Softwares e Plataformas.

A Companhia é um importante suporte à missão crítica de garantir a continuidade dos serviços de internet e transmissão de dados em diversos setores da economia.

##### ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O resultado da Companhia em 2025 foi impactado pelas questões vivenciadas no ecossistema de telecomunicações abordadas no item i acima, desafios macroeconômicos e geopolíticos que resultaram na estabilidade na receita operacional bruta. Adicionalmente, a reestruturação

## 2.2 Resultados operacional e financeiro



conduzida no 3T25, que resultou na redução no quadro de empregados da Companhia e em desembolsos pontuais significativos naquele trimestre, também contribuiu para o resultado registrado no ano, com reflexos principalmente nos custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados e nas despesas operacionais (administrativas, comerciais e de pesquisa e desenvolvimento).

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

As receitas auferidas pela Companhia são impactadas diretamente pelas alterações na taxa de inflação, pois grande parte dos contratos da Padtec S.A. com seus clientes é indexado a índices de inflação. As mudanças econômicas, principalmente no que tange à taxa de juros de curto e longo prazo, índice de inflação e política cambial brasileira também podem afetar os valores registrados nas receitas. Porém, historicamente, tais mudanças não têm produzido efeitos na Padtec S.A.

Diversos serviços utilizados pela Companhia têm seus valores reajustados com base na variação do IGP-M, IPCA e INPC, entre eles despesas com pessoal (salários, encargos e benefícios) e gastos com viagens, comunicação e aluguel. Porém, este impacto é atenuado a medida em que as receitas recorrentes também são indexadas pela inflação, majoritariamente pelo IGP-M e pelo IST.

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A Diretoria não identificou impactos significativos devidos à inflação e à taxa de juros nos resultados operacional e financeiro da Companhia no último exercício social. Entretanto, as oscilações ocorridas com taxa de câmbio no Brasil impactaram os resultados financeiros em 2025. A Padtec S.A. está sujeita a variações de preços dos seus insumos importados e indexados ao dólar norte-americano e, sempre que possível, busca incluir em seus contratos de fornecimento com clientes cláusulas de correção de desequilíbrio econômico financeiro do contrato em questão. Adicionalmente, as receitas obtidas com vendas advindas do mercado externo vêm crescendo nos últimos anos, contribuindo para minimizar os riscos de eventuais oscilações cambiais.

## 2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

padtec

### Seção 2 do Formulário de Referência 2026 da Companhia

#### 2. Comentários dos Diretores

##### 2.3. Os diretores devem comentar:

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não há nenhuma norma e/ou alteração em normas existentes válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2025, ou após essa data, que afetem materialmente as demonstrações financeiras da Padtec. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida, mas ainda não esteja vigente.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não houve opiniões modificadas e/ou ênfases no relatório da auditoria independente relativo ao exercício de 2025.

## 2.4 Efeitos relevantes nas DFs

### Seção 2 do Formulário de Referência 2026 da Companhia

#### 2. Comentários dos Diretores

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional no exercício de 2025.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária no exercício de 2025.

c. eventos ou operações não usuais

No exercício de 2025, não houve quaisquer eventos ou operações não usuais com relação a Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas suas demonstrações financeiras ou seus resultados.

ou comentados nos demais itens desta seção.

## 2.5 Medições não contábeis



### Seção 2 do Formulário de Referência 2026 da Companhia

#### 2. Comentários dos Diretores

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. informar o valor das medições não contábeis

Em suas divulgações de resultados trimestrais e anuais, a Companhia apresenta o EBITDA (earnings before interest, tax, depreciation and amortization), sigla em inglês para denominar o “LAJIDA” (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização), uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Resolução CVM 156/22.

O EBITDA consiste no lucro líquido ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelas despesas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelos custos e despesas de depreciação e amortização. Nesse sentido, a análise do resultado operacional através do EBITDA tem o benefício de anular o efeito de ganhos ou perdas não operacionais gerados por transações financeiras ou do pagamento de impostos.

A geração de caixa consolidada estimada pelo EBITDA não é uma medida reconhecida pelo BR GAAP ou pelo IFRS e não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e, por isso, não deverá ser considerada como uma medida alternativa para o lucro (prejuízo) líquido, como um indicador isolado de desempenho operacional ou como uma alternativa para o fluxo de caixa ou como fonte de liquidez.

A Companhia utiliza o EBITDA como medida de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Resolução CVM 156/22, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Resolução CVM 156/22 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Padtec pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades.

O EBITDA apresentado pela Padtec é de R\$ 42,7 milhões em 2025 e de R\$ 17,5 milhões em 2023.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>EBITDA (R\$ mil)</b>	42.718	17.541

## 2.5 Medições não contábeis

**padtec**

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Abaixo, segue a reconciliação do resultado líquido consolidado para o EBITDA:

R\$ mil	2025	2024
<b>Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA</b>		
<b>Lucro (prejuízo) Líquido</b>	<b>6.961</b>	<b>(27.838)</b>
Depreciação e Amortização	19.572	23.376
Resultado Financeiro	15.714	21.608
Imposto de Renda e Contribuição Social	471	394
<b>EBITDA</b>	<b>42.718</b>	<b>17.541</b>

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Diretoria da Companhia entende que o EBITDA é uma medida prática para aferir seu desempenho operacional e sua condição financeira, tendo em vista que não são considerados para o seu cálculo o resultado financeiro líquido, o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido, os custos e as despesas com depreciação e amortização. Adicionalmente, este é um indicador complementar na avaliação do desempenho operacional das companhias, por ser utilizado por investidores e analistas de investimento para avaliar os desempenhos e comparar diferentes companhias.

a seção.

## 2.6 Eventos subsequentes as DFs



### Seção 2 do Formulário de Referência 2026 da Companhia

#### 2. Comentários dos Diretores

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente:

Não houve nenhum evento na Companhia subsequente às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 que as altere substancialmente.

## 2.7 Destinação de resultados

padtec

### Seção 2 do Formulário de Referência 2026 da Companhia

#### 2. Comentários dos Diretores

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia, conforme demonstrações financeiras individuais, registrou lucro líquido no valor total de R\$ 7,0 milhões, o qual foi integralmente destinado à absorção de prejuízos acumulados de exercícios anteriores, nos termos do artigo 189 da Lei das Sociedades por Ações. Não houve distribuição de dividendos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Após a absorção do lucro líquido, o prejuízo restante, no valor de R\$ 9.138.230,50 (nove milhões, cento e trinta e oito mil, duzentos e trinta reais e cinquenta centavos), registrado na conta de prejuízos acumulados.

##### a. regras sobre retenção de lucros

A Companhia adota como regra sobre retenção de lucros as previsões contidas em seu Estatuto Social, na Política de Destinação de Resultados da Padtec Holding S.A. e na Lei nº 6.404/1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), autorizando a assembleia geral a deliberar reter parcela de lucro líquido do exercício.

Após as deduções legais, o saldo remanescente do lucro líquido será destinado à criação de uma reserva estatutária de investimento, a qual não deverá exceder 80% do capital social. A reserva estatutária de investimento terá por finalidade financiar o desenvolvimento, o crescimento e a expansão dos negócios da Companhia.

##### b. regras sobre distribuição de dividendos

Em 31 de dezembro de 2025, o estatuto social da Companhia previa que os acionistas teriam direito de receber como dividendo obrigatório, naquele exercício, quantia equivalente a 25% do lucro líquido anual, caso, após apurado o resultado do exercício e deduzido eventuais prejuízos acumulados, fosse registrado lucro líquido.

Depois que o limite da reserva de investimentos for alcançado, o saldo deverá ser distribuído aos acionistas como um dividendo adicional.

##### c. periodicidade das distribuições de dividendos

Conforme estabelecido na Política de Destinação de Resultados da Companhia, é garantido aos acionistas a distribuição anual de dividendos. Sem prejuízo a esta distribuição, o Conselho de Administração poderá deliberar pela elaboração de demonstrações financeiras em períodos inferiores ao de um exercício social completo e distribuir dividendos em função do lucro apurado

## 2.7 Destinação de resultados

nessas demonstrações financeiras. E tais dividendos poderão ser considerados para o cômputo da distribuição de dividendos obrigatórios. Ademais, poderão, ainda por deliberação do Conselho de Administração, ser distribuídos dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, em seu Estatuto Social e na Política de Destinação de Resultados da Padtec Holding S.A., a Companhia não possui restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Política de Destinação de Resultados da Padtec Holding S.A. foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de julho de 2021 e está disponível no site da Companhia em [www.padtec.com.br](http://www.padtec.com.br) (Relações com Investidores > Governança Corporativa > Políticas e Códigos).

## 2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs



### Seção 2 do Formulário de Referência 2026 da Companhia

#### 2. Comentários dos Diretores

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

- i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos
- ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
- iii. contratos de construção não terminada
- iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Diretoria não tem conhecimento de ativos e passivos detidos pela Companhia ou por suas investidas que não apareçam em seu balanço patrimonial ou de outros itens relevantes que não estejam evidenciados em suas demonstrações financeiras.

## 2.9 Comentários sobre itens não evidenciados



### Seção 2 do Formulário de Referência 2026 da Companhia

#### 2. Comentários dos Diretores

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

b. natureza e o propósito da operação

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

A Diretoria não tem conhecimento de ativos e passivos detidos pela Companhia ou por suas investidas que não apareçam em seu balanço patrimonial ou de outros itens relevantes que não estejam evidenciados em suas demonstrações financeiras, que devessem ser indicados no item anterior.

## 2.10 Planos de negócios

### Seção 2 do Formulário de Referência 2026 da Companhia

#### 2. Comentários dos Diretores

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

- i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Ao longo de 2025, a Padtec concentrou seus investimentos na consolidação de sua estratégia de rentabilidade, inovação tecnológica, expansão internacional e ampliação da recorrência de receitas por meio de serviços, softwares e plataformas. O exercício foi marcado por avanços relevantes em produtos, soluções digitais, mercado externo e parcerias estratégicas, refletindo uma atuação disciplinada e alinhada às transformações do setor de telecomunicações.

O investimento contínuo em tecnologia permaneceu como um dos principais pilares da Companhia. Em 2025, a Padtec avançou na consolidação da plataforma LightPad Max, sua geração de transponders DWDM de altíssima capacidade, que combina menor custo por bit transmitido, elevada eficiência energética e alto desempenho em sistemas ópticos coerentes. Ao longo do ano, a Companhia ampliou o portfólio dessa plataforma, incluindo versões adequadas a ambientes de Data Centers, com destaque para soluções com alimentação AC, fortalecendo sua atuação em mercados de alto crescimento impulsionados por cloud, inteligência artificial e edge computing.

No segmento de transceivers plugáveis coerentes, a Padtec expandiu sua oferta de módulos de até 400 Gb/s, de baixo consumo energético, aplicáveis tanto em transponders quanto em roteadores IP de diferentes fabricantes. Esses plugáveis, integrados ao sistema de gerenciamento NMS+, reforçam a visão estratégica da Companhia de soluções integradas IP + DWDM, ampliando sua presença em redes metropolitanas, redes de alta capacidade e Data Centers de grande escala.

Em softwares e automação de redes, 2025 marcou a evolução das plataformas digitais da Companhia. A Padtec apresentou ao mercado novos avanços da solução Smart Operations, que integra funcionalidades como Smart Site e Smart Workspot, além de novos módulos voltados à gestão de ativos, fibra óptica e dispositivos de rede. Destacou-se também a evolução do Padtec Assistant, ferramenta baseada em inteligência artificial generativa para apoio à operação e resolução de problemas em redes de clientes, reforçando o posicionamento da Companhia em automação, eficiência operacional e uso de IA.

## 2.10 Planos de negócios



O exercício de 2025 foi igualmente relevante para a expansão da atuação internacional. A Padtec inaugurou sua subsidiária no México, considerada estratégica para atender a crescente demanda por conectividade e Data Centers na América do Norte e Central. Além disso, firmou parcerias comerciais com empresas como FixUno e Braxem, ampliando sua presença nos mercados do México, Estados Unidos, Caribe e América Central, com foco na distribuição de soluções DWDM e serviços especializados.

No Brasil, a Companhia intensificou parcerias com integradores e canais especializados, com destaque para a aliança com a 3Trend, voltada à execução de projetos de missão crítica nos setores de telecomunicações, energia, utilities e infraestrutura industrial. Essa parceria fortaleceu a presença da tecnologia da Padtec em aplicações que exigem elevados níveis de confiabilidade, desempenho e disponibilidade de rede.

A unidade de negócios de Serviços, Softwares e Plataformas ganhou relevância estratégica ao longo de 2025, tornando-se um dos principais vetores de crescimento da Companhia. Essa unidade ampliou a oferta de contratos de operação e manutenção de redes, serviços de suporte técnico especializado, outsourcing estratégico e atuação por meio do Network Operations Center (NOC), atendendo a uma base crescente de clientes no Brasil e no exterior. Em 2025, os serviços representaram entre 20% e 25% da receita total, com crescimento expressivo em relação ao exercício anterior.

No campo organizacional, a Padtec conduziu em 2025 uma reestruturação de sua diretoria, com o objetivo de reforçar o foco em produtos, inovação, expansão internacional e eficiência operacional. A reorganização incluiu a criação e fortalecimento de áreas estratégicas ligadas a produtos, vendas internacionais e serviços, alinhando a estrutura interna ao novo posicionamento competitivo da Companhia.

Como resultado dos investimentos realizados e das decisões estratégicas adotadas, a Padtec encerrou 2025 com receita líquida de R\$ 291,9 milhões, EBITDA de R\$ 42,7 milhões e lucro líquido de R\$ 6,9 milhões, revertendo o prejuízo do exercício anterior. A Companhia também apresentou melhora significativa em sua estrutura de capital, com redução relevante do endividamento e da alavancagem, reforçando sua capacidade de geração de caixa e sustentabilidade financeira.

Em 2025, os investimentos da Companhia foram financiados por recursos próprios, geração operacional de caixa, linhas de crédito e instrumentos de fomento à inovação. Esses investimentos abrangeram despesas de P&D, desenvolvimento de softwares, ampliação do portfólio de produtos, estruturação de operações internacionais e fortalecimento da unidade de serviços.

Por fim, a Padtec manteve-se atenta ao longo de 2025 a oportunidades de crescimento inorgânico, avaliando iniciativas que possam agregar competências, tecnologias

## 2.10 Planos de negócios

complementares e acesso a novos mercados, tanto no Brasil quanto no exterior, em linha com seu planejamento estratégico de médio e longo prazo.

### ii. fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos previstos para 2026 serão financiados por capital próprio da Companhia, utilizando o saldo de caixa e equivalentes de caixa, bem como sua própria geração operacional de caixa. A Padtec ainda poderá contar com eventuais captações de recursos obtidos por meio de financiamentos no mercado financeiro e de capitais, de acordo com o cenário de mercado e conveniência para a Companhia.

### iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia não possui desinvestimentos relevantes em andamento nem desinvestimentos previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos, já divulgada pela Companhia que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia ou de suas investidas.

c. novos produtos e serviços, indicando:

- i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas
- ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços
- iii. projetos em desenvolvimento já divulgados
- iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Para o ano de 2026, a Administração da Companhia pretende se concentrar nos aspectos apresentados no item 2.10.a acima.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A Padtec é ASG na essência. O propósito da Padtec é tornar a conectividade, uma importante ferramenta de integração socioeconômica, viável e acessível para todas as pessoas. Maior

## 2.10 Planos de negócios

padtec

conectividade implica em menos deslocamento de pessoas e, portanto, menos emissão de carbono e uma vida mais saudável e produtiva. Diariamente, a Companhia aperfeiçoa seu compromisso com questões ESG – Environmental, Social and Governance, através da oferta de soluções que permitam a condução de serviços essenciais e a inclusão digital com práticas de produção comprometidas com o meio ambiente, a preservação de recursos, a segurança de seus colaboradores e clientes e que agreguem valor a todos os seus públicos de interesse.

**Campinas**  
Rua James Clerk Maxwell, 507  
Parque Tecnológico Techno Park  
Campinas • SP • CEP 13.069-380

+55 19 2104-9700  
[padtec@padtec.com.br](mailto:padtec@padtec.com.br)

## 2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

### Seção 2 do Formulário de Referência 2026 da Companhia

#### 2. Comentários dos Diretores

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

A Diretoria acredita que não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e de suas investidas que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

### 3.1 Projeções divulgadas e premissas

## FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA 2026 – SEÇÃO 3

### 3. Projeções<sup>1</sup>

3.1. As projeções devem identificar:

- a. objeto da projeção
- b. período projetado e o prazo de validade da projeção
- c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle
- d. valores dos indicadores que são objeto da previsão<sup>2</sup>

A Companhia não divulga projeções.

<sup>1</sup> A divulgação de projeções e estimativas é facultativa. Caso o emissor tenha divulgado projeções e estimativas, elas devem ser incluídas na presente seção.

<sup>2</sup> Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir ao último exercício social. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição de valores mobiliários, as informações devem se referir às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social e às últimas informações contábeis divulgadas pelo emissor. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de emissor de valores mobiliários, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais e ao exercício social corrente.

## 3.2 Acompanhamento das projeções

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA 2026 – SEÇÃO 3

#### 3. Projeções<sup>1</sup>

**3.2. Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:**

a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

A Companhia não divulga projeções.

---

<sup>1</sup> A divulgação de projeções e estimativas é facultativa. Caso o emissor tenha divulgado projeções e estimativas, elas devem ser incluídas na presente seção.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco



### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA 2026 – SEÇÃO 4

#### 4. Fatores de Risco

4.1. Descrever os fatores de risco com efetivo potencial de influenciar a decisão de investimento, observando as categorias abaixo e, dentro delas, a ordem decrescente de relevância<sup>1,2</sup>:

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, nas demonstrações financeiras da Companhia, incluindo as respectivas notas explicativas, bem como os fatores de risco mencionados neste item 4.1 deste Formulário de Referência.

Os negócios, situação financeira, reputação, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder substancial ou totalmente o seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia.

Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem afetar a Companhia adversamente. Além disso, riscos adicionais não conhecidos atualmente ou considerados irrelevantes pela Companhia, na data deste Formulário de Referência, também poderão afetar adversamente a Companhia.

Para os fins deste item 4.1 deste Formulário de Referência, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia e de suas controladas, bem como na cotação em bolsa de valores dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas neste item 4.1 devem ser compreendidas nesse contexto.

Não obstante a subdivisão deste item 4.1 deste Formulário de Referência, determinados fatores de risco que estejam expostos em um item podem também se aplicar a outros itens.

Ainda, cumpre ressaltar que a Companhia é uma holding, de modo que os riscos relatados abaixo estão relacionados tanto à Companhia quanto a suas subsidiárias, as quais efetivamente possuem atividades operacionais. Dessa forma, os riscos da Companhia sempre estiveram diretamente relacionados à sua própria atividade de investimentos e seus resultados podem ser

<sup>1</sup> A lista apresentada possui caráter mínimo e não exaustivo. Quando o emissor não possuir fatores de risco relevantes associados a algum item da lista, esta circunstância deve ser expressamente mencionada. Adicionalmente, a relevância dos fatores de risco deve considerar tanto a perspectiva financeira, cuja ênfase recai no potencial impacto sobre o valor do emissor, quanto a perspectiva dos impactos externos causados pelo emissor, não apenas sobre investidores, mas também sobre terceiros como cidadãos, consumidores, empregados, comunidades etc.

<sup>2</sup> A descrição dos fatores de risco deve ser elaborada em benefício da compreensão pelos investidores, abstendo-se o emissor de formular declarações de caráter genérico sobre riscos de investimento e de limitar sua responsabilidade ou de quaisquer pessoas que atuem em seu nome.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

fortemente impactados pelos riscos que influenciam suas sociedades investidas, especialmente a Padtec S.A.

a. emissor

***A Companhia poderá não pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas titulares de ações.***

De acordo com o Estatuto Social e com a Política de Destinação de Resultados da Companhia, deverá ser pago aos acionistas, no mínimo, 25% de lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), sob a forma de dividendos ou juros sobre capital próprio. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízos ou retido nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações e pode não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Além disso, a Lei das Sociedades por Ações permite que uma companhia aberta suspenda a distribuição obrigatória de dividendos em determinado exercício social, caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral Ordinária que a distribuição é incompatível com a situação financeira da Companhia. Na hipótese de ocorrência de qualquer um desses eventos, os titulares de ações da Companhia podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

Nesse sentido, a capacidade da Companhia em cumprir e executar sua estratégia de investimento, bem como a sua capacidade de pagar dividendos aos acionistas, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, dependem do fluxo de caixa e dos lucros das suas sociedades investidas e suas distribuições. Não se pode garantir a geração de lucros ou, na ocorrência destes, a distribuição de dividendos por parte de suas sociedades investidas. Não há, portanto, garantia de que tais recursos serão disponibilizados ou que serão suficientes para o cumprimento de suas obrigações financeiras e para o pagamento de dividendos aos seus acionistas.

Os resultados futuros estão sujeitos a expressiva flutuação em função de uma combinação de fatores, muitos dos quais alheios ao controle da Companhia e de suas investidas. Os resultados operacionais passados ou o crescimento recente da Companhia e de suas investidas não devem servir como um indicador de seu desempenho futuro.

***A implantação de políticas para redução de barreiras alfandegárias (impostos e processos) para produtos importados pode impactar os resultados da Companhia.***

A Padtec S.A., principal controlada da Companhia, é uma empresa constituída no Brasil e regida pelas leis brasileiras, que desenvolve e produz seus produtos no Brasil. Parte dos componentes utilizados são importados, mas toda a tecnologia é desenvolvida no País e os produtos são fabricados em suas instalações localizadas em Campinas, no estado de São Paulo.

Eventual decisão do Governo Federal pela diminuição de impostos de importação de produtos similares aos produzidos e vendidos pela Companhia ou a adoção de quaisquer outras medidas similares que criem facilidades para a atuação dos competidores estrangeiros da Companhia no mercado nacional, como flexibilização de regras para concessão de ex-tarifários, poderão impactar negativamente as vendas, prejudicar a competitividade da Companhia e, consequentemente, os resultados financeiros.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco



***A Companhia pode não receber retornos significativos do investimento realizado em pesquisa e desenvolvimento (P&D).***

O investimento da Companhia no desenvolvimento de novos produtos, serviços e soluções, como tentativa de acompanhar a evolução tecnológica do mercado de telecomunicações (que tem ciclo de vida curto), por meio de pesquisas e fontes de ampliação de *know-how* tem um custo elevado e não há garantia de retorno financeiro. Além disso, soluções e produtos com lançamentos acelerados ou com ciclo de vida curto exigem altos níveis de gastos com pesquisa e desenvolvimento. Os investimentos em P&D realizados pela Companhia podem não ser eficientes e, portanto, não resultarem em crescimento de vendas e de receitas, o que consequentemente pode resultar em um impacto adverso nos resultados operacionais e financeiros da Companhia.

***A Companhia investe nos seus projetos de desenvolvimento (P&D) tendo como base projeções de demandas que podem ser imprecisas devido à volatilidade econômica e resultar em receitas abaixo do volume estimado.***

Qualquer variação significativa no cenário econômico pode afetar a demanda e, portanto, as projeções realizadas pela Companhia podem se mostrar imprecisas.

Por exemplo, crises econômicas e recessões podem restringir o acesso às linhas de crédito, e incertezas na economia podem resultar em atrasos na decisão dos clientes em adquirir novos produtos ou serviços de telecomunicações, impactando diretamente na comercialização das soluções de transmissão óptica flexíveis fornecidas pela Companhia. Como resultado, é possível que a Companhia faça projeções de demandas maiores do que o verificado na realidade, resultando em investimentos mais altos que o necessário, dada a demanda efetiva no respectivo tempo dos clientes que adquirem a sua infraestrutura e tecnologia. Nesse cenário, a Companhia pode não ter retorno suficiente para cobrir os seus investimentos, impactando negativamente o seu fluxo de caixa e receitas com vendas no geral, prejudicando o seu resultado financeiro.

Além disso, caso a Companhia faça projeções de demanda menores do que aquelas de fato verificadas pelo mercado, também pode ser prejudicada, uma vez que um aumento na demanda que não venha acompanhado de investimentos suficientes no desenvolvimento de P&D e na linha de produção pode resultar em perda da oportunidade de aumentar a receita da Companhia ou resultar na degradação da qualidade de seus produtos, com potencial impacto negativo reputacional e possibilidades de perda de clientes e facilitação da entrada de novos concorrentes no mercado em que atua.

***A Companhia pode não ser capaz de diversificar seu portfólio de serviços e soluções.***

A Padtec tem buscado ampliar a participação de serviços, softwares, plataformas e soluções integradas em seu mix de receitas, inclusive para reduzir a sazonalidade típica do negócio de equipamentos e aumentar a recorrência de receitas. Caso a Companhia não consiga desenvolver, lançar, comercializar ou escalar tais ofertas com êxito, ou caso elas não obtenham aceitação suficiente pelo mercado, sua receita poderá permanecer mais concentrada em linhas de negócio mais sujeitas à volatilidade de demanda e a ciclos de contratação mais longos. Isso poderá afetar negativamente a receita, a rentabilidade, a geração de caixa, a competitividade e a condição financeira da Companhia.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco



***A Companhia utiliza algumas tecnologias de autoria e/ou coautoria de terceiros relevantes para suas atividades, com base em contratos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e licenciamento de direitos de propriedade intelectual celebrados com referidos terceiros. A Companhia poderá não ser capaz de renovar ou manter em vigor referidos contratos de licenciamento, ou mesmo de fornecimento de insumos-chave, hipótese em que seria impedida de continuar utilizando tais tecnologias, resultando em impactos adversos relevantes para suas atividades.***

A Companhia utiliza algumas tecnologias de autoria e/ou coautoria de terceiros relevantes para suas atividades, com base em contratos de P&D e licenciamento de direitos de propriedade intelectual celebrados com referidos terceiros. A Companhia poderá não ser capaz de renovar ou manter em vigor referidos contratos de licenciamento, ou mesmo de fornecimento de insumos-chave para sua produção, hipótese em que seria impedida de continuar utilizando tais tecnologias, resultando em impactos adversos relevantes para suas atividades.

Tais contratos poderão ser suspensos, resilidos ou rescindidos em caso de inadimplemento contratual pela Companhia (incluindo em caso de atrasos nos pagamentos), caso a Companhia não comunique alterações societárias ou mesmo de forma imotivada pela contraparte ou em função de fatores alheios à vontade das partes. A Companhia não pode assegurar que será capaz de substituir tecnologias em tempo hábil e sem grandes impactos às suas operações, de modo que o término da relação ou a rescisão de algum contrato relacionado à tecnologia estratégica, ainda que por fatores alheios à sua vontade, poderá resultar em impactos adversos relevantes nas atividades e nos resultados operacionais e financeiros da Companhia.

***A Companhia pode não ser capaz de renovar ou manter em vigor os contratos de licenciamento de software ou de fornecimento de insumos-chave em sua produção.***

A Companhia poderá não ser capaz de renovar ou manter em vigor os contratos de licenciamento dos softwares ou de fornecimento de insumos-chave por ela utilizados. Tais contratos poderão ser suspensos ou rescindidos em caso de inadimplemento contratual pela Companhia (incluindo em caso de atrasos nos pagamentos), ou mesmo de forma imotivada pelo fornecedor ou em função de fatores alheios à vontade das partes, hipótese em que a Companhia ficará impedida de continuar utilizando referidos softwares. A Companhia não pode assegurar que será capaz de substituir tais softwares ou insumos por outros com o mesmo padrão de qualidade e performance em tempo hábil e sem grandes impactos às suas operações, visto que referidos softwares e insumos sustentam uma grande quantidade de informações e processos, de modo que o término ou rescisão de tais contratos, ainda que por fatores alheios à vontade da Companhia, poderá resultar em impactos adversos relevantes nas suas atividades e nos seus resultados operacionais e financeiros.

***A estratégia de negócios da Companhia pode não ser executada com sucesso, o que poderá afetar negativamente os planos da Companhia para aumentar a receita e a rentabilidade.***

A estratégia de negócios da Companhia depende, dentre outros aspectos, da sua capacidade de realizar expansões na comercialização de seus produtos, diversificações em suas linhas de receita, bem como de oportunidades de expansão dos serviços em território nacional e internacional, fatores macroeconômicos favoráveis, acesso a financiamentos e empréstimos concedidos em condições atrativas e aumento do consumo dos produtos da Companhia. A Companhia não pode garantir que sua estratégia de negócios será integralmente implementada

## 4.1 Descrição dos fatores de risco



ou conduzida com êxito, o que poderá gerar um crescimento menor do que o esperado ou, ainda, incorrer em um aumento dos gastos operacionais, tendo como consequência a redução da margem de lucros da Companhia. Ainda, o eventual insucesso na execução de qualquer dos referidos objetivos poderá afetar negativamente os planos da Companhia para aumentar a receita e a rentabilidade, e consequentemente seus resultados e a cotação de suas ações.

***Decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos podem causar efeitos adversos para a Companhia.***

A Companhia é e pode vir a ser ré em processos judiciais, administrativos e arbitrais, nas esferas cível, tributária, trabalhista, entre outros, cujos resultados podem ser desfavoráveis. Decisões contrárias aos interesses da Companhia poderão representar perdas financeiras e impedir a realização de projetos conforme inicialmente planejados, podendo afetar adversamente sua reputação, seus negócios e resultados. O valor das provisões constituídas pela Companhia poderá ser inferior ao valor total das condenações referentes aos processos citados acima, o que poderá impactar ativos líquidos, tais como caixa e, no limite, a própria solvência da Companhia.

Da mesma forma, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria são e/ou podem vir a se tornar réus em processos judiciais, administrativos e arbitrais, nas esferas cível, ambiental, criminal, tributária, entre outros. Podem também ser alvo de investigações, por exemplo em decorrência de violações relacionadas a atos de corrupção, cuja instauração e/ou resultados podem afetá-los negativamente, especialmente em se tratando de processos de natureza criminal. Isso poderia, eventualmente, impossibilitá-los do exercício de suas funções na Companhia, o que poderia causar um efeito adverso relevante na reputação, nos negócios ou nos resultados da Companhia, direta ou indiretamente.

Além disso, a Companhia e seus representantes, conforme o caso, podem incorrer em custos com honorários advocatícios para o patrocínio desses processos, além de serem obrigados a oferecer garantias em juízo, o que poderá reduzir a liquidez e afetar a condição financeira da Companhia.

O eventual envolvimento em processos que causem dano à imagem da Companhia, ou decisões contrárias aos seus interesses, incluindo decisões que impeçam a realização dos negócios como inicialmente planejados, podem causar um efeito adverso relevante, inclusive reputacional.

Para mais informações acerca das ações judiciais promovidas contra a Companhia, veja as demais seções deste item 4 deste Formulário de Referência.

***O risco de autuações fiscais contra a Companhia e suas controladas pode impactar negativamente a reputação e resultados financeiros da Companhia.***

Tendo em vista o ramo de atividade da Companhia e suas controladas, em especial a Padtec S.A., estas estão sujeitas a uma ampla e complexa regulamentação tributária nos âmbitos municipal, estadual e federal, abrangendo obrigações principais e acessórias. A interpretação ou execução equivocada de quaisquer desses dispositivos legais pode resultar em autuações fiscais relevantes para as sociedades do Grupo Padtec.

Além disso, os resultados operacionais da Companhia poderão ser impactados por alterações na legislação tributária brasileira ou por resultados desfavoráveis de contingências tributárias.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco



A legislação tributária brasileira é alterada regularmente pelos Governos Federal, Estadual e Municipal. Tais alterações incluem criação de novos tributos, alterações nas alíquotas e, por vezes, criação de tributos temporários destinados a determinados propósitos governamentais específicos, bem como alterações na interpretação de tal legislação por tribunais brasileiros. A Companhia não pode garantir que, diante de alterações que aumentem a carga tributária, será capaz de manter o preço de seus serviços, seu fluxo de caixa projetado ou sua lucratividade, o que poderá impactar negativamente os seus negócios.

A Companhia pode estar sujeita a fiscalizações das autoridades fiscais de tempos em tempos. Como resultado de tais fiscalizações, as posições fiscais da Companhia podem ser questionadas pelas autoridades fiscais. A Companhia não pode garantir que os provisionamentos para tais processos serão corretos, que não haverá identificação de exposição fiscal adicional, e que não será necessária constituição de reservas fiscais adicionais para qualquer exposição fiscal. Qualquer aumento no montante da tributação como resultado das contestações às posições fiscais da Companhia pode afetar adversamente os seus negócios, os seus resultados operacionais e a sua condição financeira.

As atividades desenvolvidas pela Companhia e suas controladas, assim como o uso de seus produtos ou serviços por seus clientes, são regidas por leis e regulamentações aplicáveis a negócios em geral. Adicionalmente, a Padtec S.A. é beneficiária de incentivos fiscais, especialmente da Lei 11.196/05 (“Lei do Bem”) e da Lei 8.248/91 (“Lei da Informática”, alterada pela Lei 13.969/19).

Dessa forma, desenquadramentos a quaisquer dos requisitos dos incentivos fiscais mencionados acima por parte da sua principal controlada pode levar à perda dos benefícios e a autuações por parte dos órgãos reguladores, o que pode impactar adversamente nossos negócios e resultados financeiros e operacionais.

***Incidentes de segurança cibernética, incluindo ataques à infraestrutura necessária para manter os sistemas de tecnologia da informação (TI) da Companhia podem resultar em danos financeiros e à sua reputação. Interrupções significativas ou violações na segurança das plataformas virtuais da Companhia ou em seus sistemas de TI podem afetar adversamente seus negócios.***

A Companhia opera em um ambiente com risco de incidentes de segurança cibernética, resultantes de eventos não intencionais ou ataques deliberados de terceiros, que podem envolver métodos de ataques sofisticados com objetivo de acesso não autorizado às redes e aos sistemas de tecnologia de dados da Companhia, aos dados confidenciais de clientes da Companhia, à manipulação ou destruição de dados, podendo causar a interrupção dos serviços da Companhia.

Ainda, as operações da Companhia dependem do funcionamento eficiente e ininterrupto de seus sistemas de TI, que é importante ferramenta de administração dos recursos e controle de seus ativos tangíveis e intangíveis relevantes. Caso estes sistemas tenham seu funcionamento interrompido por falhas próprias, falhas na prestação de serviços pelos fornecedores contratados, seja por infecção por vírus nos computadores, invasão física ou eletrônica, ou em razão da impossibilidade de cumprimento das disposições contratuais aplicáveis e/ou da manutenção ou renovação dos contratos de licenciamento, a Companhia pode não ser capaz de lidar tempestivamente com o incidente e pode haver a interrupção temporária das operações da Companhia, bem como a sua responsabilização perante terceiros que venham a ser afetados

## 4.1 Descrição dos fatores de risco



direta ou indiretamente por tais ocorrências, o que pode afetar adversamente as operações da Companhia e, conseqüentemente, seus resultados, bem como impactar negativamente sua reputação e as interações com partes interessadas, incluindo organizações governamentais e órgãos reguladores, fornecedores, clientes e outros.

Adicionalmente, as plataformas virtuais e sistemas de TI da Companhia são suscetíveis a danos causados por interrupções ou desligamentos devido a quedas de energia, falhas de *hardware*, falhas estruturais ou operacionais, vírus de computador, ataques de *hackers*, problemas diversos de segurança de dados, falhas de telecomunicações, erro do usuário, fraudes, catástrofes, atualizações indevidas ou inesperadas de sistema ou *software*, problemas na integração ou migração, ou outros eventos imprevistos. Violações ou interrupções das plataformas virtuais ou sistemas de tecnologia da informação da Companhia, violações de informações confidenciais, corrupção de dados ou outros problemas de segurança de dados podem afetar negativamente a Companhia, sua reputação, seu relacionamento com clientes ou parceiros de negócios e a percepção de investidores e outras partes interessadas em relação à Companhia.

Falhas nos controles de segurança da rede também podem afetar a performance, uma vez que os servidores são vulneráveis a ataques de vírus e quebras na segurança, podendo causar interrupções, atrasos, perdas de dados ou incapacidade de aceitar e completar ordens. Os sistemas de *back-up* para determinados aspectos das operações da Companhia não são totalmente redundantes e o plano de recuperação de desastres pode não cobrir todos estes eventos.

Quaisquer falhas ou problemas podem, no futuro, afetar adversamente a quantidade e o relacionamento com os clientes. Fatores que poderiam ocorrer e prejudicar significativamente as operações, incluem: falhas no sistema e interrupções por perda de energia, falhas em telecomunicações, sabotagem, vandalismo, ataques terroristas, cibernéticos e situações similares, erros de *softwares*, vírus de computadores, disfunções físicas ou eletrônicas em nos sistemas de computadores e data centers da Companhia. Além disso, quaisquer interrupções que afetem o site da Companhia também poderiam causar danos à sua reputação, demandar gastos significativos de capital e outros recursos, e expor a Companhia a riscos de perdas, processos judiciais e responsabilidades. Assim, os resultados de operações da Companhia podem ser negativamente afetados caso qualquer das interrupções descritas acima ocorra.

***A Companhia pode não ser capaz de comprovar sua titularidade/direito ou licença de uso sobre softwares, patentes, know-how, tecnologias e outros direitos de propriedade intelectual desenvolvidos internamente, hipótese em que a Companhia poderá ser impedida de continuar utilizando referidos softwares, sem prejuízo do pagamento de indenização por violação de propriedade intelectual, resultando em impactos adversos relevantes para suas atividades e para seus resultados operacionais e financeiros.***

A Companhia desenvolveu internamente (e continua a fazê-lo), por meio de seus funcionários e de parcerias com terceiros, certos *softwares*, patentes, *know-how*, segredos industriais e de negócios, tecnologias e outros direitos de propriedade intelectual relevantes para suas atividades e seus negócios.

De acordo com a lei brasileira, pertencerão exclusivamente ao empregador/contratante os direitos de propriedade intelectual relativos aos trabalhos desenvolvidos durante a vigência de contrato de trabalho/prestação de serviços expressamente destinado à pesquisa e desenvolvimento, ou em que esta atividade do empregado/contratado esteja assim prevista, ou

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

ainda, que decorra da própria natureza dos encargos concernentes a esses vínculos. Já em relação aos direitos de propriedade intelectual resultantes de parcerias com terceiros, a titularidade deve ser regulada em contrato.

Caso a Companhia não seja capaz de comprovar sua titularidade sobre os direitos de propriedade intelectual ou ainda que tem licença para o respectivo uso e/ou comercialização, poderá ser impedida de continuar utilizando e/ou explorando comercialmente referidos *softwares*, sem prejuízo do pagamento de indenização por violação de direitos de propriedade intelectual, o que poderá resultar em impactos adversos relevantes para suas atividades, seus negócios e seus resultados operacionais e financeiros.

Ainda, o uso inadequado dos produtos da Companhia ou as medidas tomadas para proteger sua propriedade intelectual, industrial ou autoral ou ainda a utilização de propriedade intelectual de terceiros por parceiros ou fornecedores da Companhia, sem autorização, podem resultar em custos significativos e desviar os recursos e a atenção da administração e equipes operacionais, administrativas ou tecnológicas para que se procedam às devidas proteções, correções ou alterações para suas corretas utilização, podendo afetar adversamente os negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor dos valores mobiliários de emissão da Companhia.

***A incapacidade ou falha em proteger a propriedade intelectual da Companhia ou a violação, pela Companhia, à propriedade intelectual de terceiros, podem ter impactos negativos no resultado operacional da Companhia.***

O sucesso da Companhia depende, em parte, de sua capacidade de proteger e preservar seus ativos passíveis de proteção por institutos de propriedade intelectual.

A Companhia acredita que suas marcas e patentes são ativos valiosos e importantes para seu sucesso e que problemas relacionados a propriedade intelectual podem afetá-la significativamente, de forma adversa. Eventos como o indeferimento definitivo de seus pedidos de registro de marca e/ou patente perante o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (“INPI”) e o uso sem autorização ou outra apropriação indevida das marcas e/ou patentes registradas da Companhia podem diminuir o valor das marcas e/ou invenções patenteadas da Companhia ou afetar sua reputação, de modo que a Companhia poderá sofrer impacto negativo em seus resultados operacionais.

***A Companhia e/ou suas subsidiárias podem não ser capazes de obter e/ou renovar ou manter em vigor autorizações governamentais e licenças operacionais.***

O funcionamento regular da fábrica, dos escritórios e dos centros de manutenção da Padtec S.A. depende de autorizações, licenças e alvarás para ocupação dos respectivos imóveis e funcionamento das operações. Os alvarás de funcionamento emitidos pelos Municípios locais e os certificados de segurança contra incêndio e pânico emitidos pelos corpos de bombeiros de cada Estado possuem prazos de validade e requisitos de manutenção e devem ser renovados de tempos em tempos e/ou atualizados sempre que necessário, com ou sem o pagamento de taxas. Em razão das dificuldades e lentidão de alguns órgãos governamentais ou de eventual dificuldade da Companhia em fornecer documentos relativos aos imóveis, a Padtec S.A. pode não ser capaz de obter ou de manter todas as licenças, alvarás e autorizações necessárias ou, ainda, não obter as suas renovações de forma tempestiva.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco



A não obtenção ou a não renovação dessas licenças poderá: (i) resultar em autos de infração; (ii) sujeitar a Companhia e suas subsidiárias ao pagamento de multas; (iii) impedir a Companhia de abrir novos estabelecimentos e operar estabelecimentos existentes; (iv) resultar na interdição ou fechamento de seus estabelecimentos; e (v) expor a Padtec S.A. a riscos adicionais no caso de acidentes de segurança e proteção ou evento similar e afetar adversamente tal instalação enquanto uma licença estiver pendente.

A estratégia de negócios da Padtec S.A. poderá ser afetada caso tenha que suspender ou fechar algum de seus estabelecimentos em consequência da incapacidade de obter ou renovar as licenças ou se um acidente afetar adversamente uma unidade enquanto estiver com uma licença pendente, o que, conseqüentemente, poderá impactar adversamente a Companhia, seus negócios, atividades e resultados financeiros e operacionais.

***A Companhia pode não ser capaz de obter ou manter o registro de suas marcas e suas patentes.***

A Companhia pode enfrentar dificuldades em seu processo de obtenção ou manutenção de registros e pedidos de registro de marcas e patentes, tais como oposições, sobrestamentos, processos administrativos de nulidade, indeferimento, processos judiciais e/ou arbitragens. Caso não obtenha êxito na obtenção e/ou manutenção do registro de suas marcas e patentes, a Companhia poderá enfrentar dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes; ou no caso das patentes, empregar a invenção sem a devida remuneração. Há ainda a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca ou de patente, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas e invenções patenteadas, sem prejuízo do pagamento de indenizações.

***A Companhia poderá não ser capaz de prevenir, identificar, analisar, quantificar, avaliar ou monitorar comportamentos contrários à legislação e regulamentação aplicáveis e aos seus padrões de ética e conduta, o que pode ocasionar impactos adversos relevantes sobre seus negócios, sua situação financeira, seus resultados operacionais e sobre a cotação de suas ações em bolsa de valores.***

A Companhia está sujeita a diversas leis e regulamentações que estabelecem regras de conduta, tais como Lei n.º 8.429/1992 ("Lei de Improbidade Administrativa"), Lei n.º 9.613/1998 ("Lei de Prevenção à Lavagem de Dinheiro"), Lei n.º 12.846/2013 ("Lei Anticorrupção"), Decreto n.º 8.420/2015 ("Decreto Regulamentador da Lei Anticorrupção"), Decreto-Lei n.º 2.848/1940 ("Código Penal"), Lei n.º 8.137/1990 ("Lei de Crimes Contra a Ordem Tributária"), Lei n.º 8.666/1993 ("Lei de Licitações"), assim como outras normas estrangeiras potencialmente aplicáveis, como o Foreign Corrupt Practices Act ("FCPA"), dos Estados Unidos, e o UK Bribery Act ("UKBA"), do Reino Unido. Os processos de governança, gestão de riscos e *compliance* da Companhia podem não ser capazes de prevenir, identificar, analisar, quantificar, avaliar ou monitorar (i) violações à Lei de Improbidade Administrativa, à Lei Anticorrupção, à Lei de Prevenção à Lavagem de Dinheiro ou outras violações relacionadas a outras leis e regulamentos similares aplicáveis, nas esferas cível, administrativa ou criminal, (ii) ocorrências de comportamentos fraudulentos ou desonestos por parte de administradores, funcionários ou terceiros atuando em nome, em interesse ou benefício da Companhia, ou (iii) outras ocorrências de comportamentos não condizentes com princípios éticos, que possam afetar adversamente sua reputação, seus negócios, suas condições financeiras e seus resultados operacionais, bem como a cotação de mercado de suas ações.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco



A existência de quaisquer investigações, inquéritos ou processos de natureza administrativa e/ou judicial, nas esferas cível e/ou penal, relacionados a atos que violem as leis aplicáveis, praticados contra a administração pública do Brasil ou do exterior, por administradores, funcionários ou terceiros que agem em nome, em interesse ou benefício da Companhia podem resultar em: (i) multas e indenizações nas esferas administrativa e civil, além de sanções às pessoas físicas responsáveis na esfera penal; (ii) perda de licenças operacionais; (iii) proibição ou suspensão de atividades; e/ou (iv) perda de direitos de contratar com a administração pública, de receber incentivos ou benefícios fiscais ou quaisquer financiamentos e recursos da administração pública; entre outras sanções e consequências. Por conseguinte, se a Companhia não for capaz de manter seus processos de governança, gestão de riscos e *compliance* operando de maneira efetiva, poderá não ser capaz de elaborar suas demonstrações e informações financeiras adequadamente, reportar seus resultados de maneira precisa, prevenir a ocorrência de fraudes e/ou a ocorrência de outros desvios. Dessa forma, a falha e/ou a ineficácia nos controles internos da Companhia poderão ter um efeito adverso significativo em seus negócios.

Ademais, a Companhia também está sujeita ao risco reputacional decorrente da percepção negativa do nome da Companhia pelo envolvimento em qualquer uma das hipóteses acima por parte de administradores, clientes, contrapartes, acionistas, investidores, reguladores e a sociedade de modo geral. Tal risco pode ter origem em diversos fatores, inclusive os relacionados ao não cumprimento de obrigações legais, práticas de negócio inadequadas relacionadas a seus clientes, produtos e serviços, relacionamento com parceiros com postura ética questionável, má conduta de colaboradores, vazamento de informações, práticas anticoncorrenciais, falhas no processo de gestão de riscos, entre outros. A reputação da Companhia também pode ser impactada indiretamente por ações ilegais ou ilícitas praticadas por terceiros, como parceiros de negócios. Os danos à reputação da Companhia, sanções ou outras imposições legais também podem produzir efeitos adversos sobre seus negócios, suas condições financeiras e seus resultados operacionais, bem como a cotação de mercado de suas ações.

Além disso, os métodos de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia podem não prever exposições futuras ou serem suficientes contra riscos desconhecidos e/ou não mapeados e que poderão ser significativamente maiores do que aquelas indicadas pelas medidas históricas que foram utilizadas. Ainda, as informações em que a Companhia se baseia ou com que alimenta ou mantém modelos históricos e estatísticos podem ser incompletas ou incorretas, o que poderá gerar um efeito adverso relevante sobre seus negócios.

Caso seus colaboradores ou outras pessoas relacionadas à Companhia se envolvam em práticas fraudulentas, corruptas ou desleais, violem leis e regulamentos aplicáveis ou as políticas internas em benefício ou no interesse da Companhia, esta pode ser responsabilizada por qualquer uma dessas violações, o que pode resultar em sanções que podem ter um efeito adverso relevante sobre sua reputação, seus negócios, suas condições financeiras e seus resultados operacionais, bem como a cotação de mercado de suas ações.

***Não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados pode afetar adversamente a Companhia culminando em aplicação de multas e outros tipos de sanções.***

A Companhia coleta, utiliza, processa, armazena e gerencia dados pessoais no curso normal de seus negócios. Tais dados pessoais podem ser processados em desacordo com a legislação e estão sujeitos a incidentes de segurança. Desde agosto de 2021, com a entrada em vigor das

## 4.1 Descrição dos fatores de risco



sanções da Lei nº 13.709, denominada Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), caso a Companhia não esteja em conformidade com a LGPD, ela e suas subsidiárias poderão estar sujeitas às sanções, de forma isolada ou cumulativa, de (i) advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas, (ii) obrigação de divulgação de incidente, (iii) suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pelo controlador, em caso de reincidência, (iv) suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, (v) bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais, (vi) proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados, (vii) multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R\$50.000.000 (cinquenta milhões de reais) por infração, (viii) multa diária, observado o limite total mencionado. Além disso, a Companhia pode ser responsabilizada por danos materiais, morais, individuais ou coletivos por ela causados e ser considerada solidariamente responsável por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por ela e suas subsidiárias, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD.

Nota-se que, em caso de insuficiência na prestação de informações sobre o tratamento conforme as exigências da LGPD, a Companhia também poderá sofrer sanções administrativas por órgãos e entidades de proteção de dados pessoais, defesa do consumidor e defesa do interesse público.

Desta forma, falhas na proteção dos dados pessoais tratados pela Companhia e suas subsidiárias, bem como a inadequação à legislação aplicável, podem acarretar, de forma isolada ou cumulativa, advertência, obrigação de divulgação de incidente, bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais, suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados e incidência de multas, implicando custos que podem ter um efeito adverso negativo à sua reputação e em seus resultados e, conseqüentemente, afetar o valor de suas ações negociadas em bolsa de valores.

***A Companhia pode precisar de recursos financeiros adicionais no futuro e poderá emitir novas ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, o que pode resultar na diluição da participação acionária vigente. Adicionalmente, a diluição da participação acionária pode ocorrer em caso de fusão, incorporação ou outra transação societária similar em relação às empresas que a Companhia possa adquirir no futuro.***

A Companhia pode precisar de recursos financeiros adicionais no futuro e poderá lançar ofertas públicas ou privadas de ações ou de outros valores mobiliários de sua emissão conversíveis em ações. Os recursos que a Companhia captar por meio da distribuição pública de ações ou valores mobiliários convertidos em ações podem ser obtidos com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, incluindo investidores em ações, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações, o que pode causar uma diluição de participação acionária. Além disso, a diluição de participação acionária poderá ocorrer em caso de fusão, incorporação ou qualquer outra transação societária similar em relação a empresas que a Companhia possa adquirir no futuro.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco



***Incêndios, inundações ou outros desastres naturais ou de origem humana podem afetar as instalações e a estrutura de custos da Companhia, o que pode causar um efeito material adverso em suas atividades, situação financeira e resultados operacionais.***

Incêndios, inundações, danos causados por desastres naturais ou de origem humana, danos ambientais e outras condições imprevistas ou imprevisíveis podem causar danos significativos às atividades da Companhia, danificar ou destruir as suas instalações e propriedades e causar custos adicionais. Interrupções duradouras no fornecimento de energia elétrica nas instalações da Companhia podem implicar aumentos significativos nos custos. A ocorrência de tais eventualidades pode causar um efeito material adverso nas atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

Ademais, a Companhia não pode garantir que os seguros contratados contra tais eventos serão adequados para cobrir integralmente todos os riscos potenciais ao seu negócio. Qualquer dano ambiental verificado nas instalações da Companhia pode também resultar em obrigação de indenização, bem como a Companhia pode enfrentar eventuais questionamentos no âmbito administrativo e judicial, com a possibilidade de arbitramento de multas e até mesmo interrupção de operações. A ocorrência de qualquer dos eventos acima pode reduzir significativamente a produtividade e a rentabilidade de uma unidade de produção específica e afetar adversamente a Companhia, podendo, inclusive, acarretar em danos à reputação e prejudicar seu relacionamento com clientes e outras partes interessadas.

***A Companhia pode não dispor de seguro suficiente para se proteger contra perdas substanciais.***

A Companhia não pode garantir que as coberturas das apólices estarão disponíveis ou serão suficientes para cobrir eventuais danos decorrentes de sinistros relacionados a riscos inerentes às suas atividades (como riscos de engenharia, responsabilidade cível, incêndio, quedas, entre outros). Além disso, existem determinados tipos de riscos que podem não estar cobertos por suas apólices, tais como guerra, caso fortuito, força maior ou interrupção de certas atividades.

Na eventualidade da ocorrência de um dos eventos não garantidos ou que excedam as coberturas previstas em suas apólices atuais, a Companhia pode sofrer um revés financeiro para recompor e/ou reformar os ativos atingidos por tais eventos, o que poderá comprometer o investimento por ela integralizado e, mesmo na hipótese da ocorrência de um sinistro coberto pelas apólices, não é possível garantir que o pagamento do seguro será realizado de forma tempestiva, ou em valor suficiente para compensá-la integralmente pelos danos decorrentes de tal sinistro, o que poderá afetar negativamente seus resultados financeiros. Ainda, no caso dos eventos segurados, a cobertura de apólices de seguro está condicionada ao pagamento do respectivo prêmio. Uma eventual falha da Companhia em pagar esses prêmios no futuro, cumulada com a ocorrência de um sinistro, poderia colocar a Companhia em uma situação de risco, dados que danos, mesmo que segurados, não estariam sujeitos à cobertura pela seguradora.

Ademais, a Companhia poderá ser obrigada a arcar com o pagamento de multas e outras penalidades em caso de atraso na entrega das unidades comercializadas, penalidades que não se encontram cobertas pelas suas apólices de seguro.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco



Adicionalmente, não há como garantir que, quando do vencimento de suas atuais apólices de seguro, a Companhia conseguirá renová-las em termos suficientes e favoráveis para si. Por fim, sinistros que não estejam cobertos pelas apólices contratadas pela Companhia ou a impossibilidade de renovação de apólices de seguros podem afetar adversamente seus negócios ou sua condição financeira.

b. seus acionistas, em especial os acionistas controladores

***Os interesses de eventuais acionistas controladores da Companhia podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas.***

Os interesses de eventuais acionistas controladores podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas da Companhia. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas controladores têm o poder de eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração, exercer o controle geral sobre a administração, determinar suas políticas, vender ou de alguma forma transferir ações que representem o seu controle por eles detidas e determinar o resultado de qualquer deliberação dos acionistas da Companhia, inclusive operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, venda de todos ou substancialmente todos os ativos, assim como determinar a distribuição e pagamento de quaisquer dividendos futuros. Os eventuais acionistas controladores da Companhia poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos, parcerias, busca de financiamentos, ou tomar outras decisões que possam ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas e que possam não resultar em melhorias nos resultados operacionais, causando um efeito relevante adverso para a Companhia.

Visando minimizar conflitos de interesse, a Companhia dispõe de Política para Transações com Partes Relacionadas (“Política”) que visa assegurar que as suas transações e de suas controladas, envolvendo Partes Relacionadas sejam realizadas em condições comutativas, não menos favoráveis à Companhia e às suas controladas do que seriam caso fossem realizadas com terceiros que não são Partes Relacionadas, sob as mesmas circunstâncias ou em cenários similares.

São consideradas Partes Relacionadas à Companhia: (a) aquelas, direta ou indiretamente, relacionadas por meio de um ou mais intermediários, quando a parte: (i) controlar, for controlada por, ou estiver sob o controle comum da Companhia (inclusive controladoras ou controladas); (ii) tiver participação na Companhia que lhe confira influência significativa sobre a Companhia (o poder de participar nas decisões financeiras e operacionais, mesmo não tendo o controle sobre as políticas correspondentes); ou (iii) tiver controle conjunto sobre a Companhia; (b) as coligadas da Companhia; (c) joint venture (empreendimento conjunto) em que a Companhia seja investidora; (d) Membros do Pessoal Chave da Administração da Companhia, de suas controladas ou de seus controladores; (e) Membros Próximos da Família de qualquer pessoa referida nas alíneas (a) ou (d) acima; ou (f) sociedade controlada, controlada em conjunto ou significativamente influenciada por, ou em que o poder de voto significativo na sociedade seja, direta ou indiretamente, detido por qualquer pessoa referida nas alíneas (d) ou (e).

c. suas controladas e coligadas

***Os resultados da Companhia dependem dos recursos disponibilizados por suas subsidiárias, e não é possível assegurar que estes recursos serão disponibilizados no***

## 4.1 Descrição dos fatores de risco



### ***momento necessário ou que serão suficientes para o cumprimento das obrigações da Companhia.***

A Companhia é uma *holding* que controla ou participa indiretamente do capital de outras sociedades que atuam no ecossistema de telecomunicações. A capacidade de cumprimento de suas obrigações financeiras e de pagamento de dividendos aos acionistas depende do fluxo de caixa e dos lucros provenientes de suas subsidiárias, bem como da distribuição desses lucros para a Companhia. Não há garantia de que tais recursos serão disponibilizados para a Companhia no momento necessário ou que serão suficientes para o cumprimento das obrigações financeiras e pagamento de dividendos aos acionistas da Companhia.

Os demais riscos relacionados às controladas da Companhia estão listados no item 4.1(a) deste Formulário de Referência.

#### d. seus administradores

### ***O desligamento ou perda dos serviços de pessoas estratégicas para a Companhia ou sua inabilidade de atrair e manter outras pessoas estratégicas pode afetar adversamente os seus negócios.***

O mercado em que a Companhia atua é competitivo e eventual inabilidade da Companhia em atrair e manter funcionários e administradores em posições estratégicas, atrair novos talentos ou treiná-los adequadamente, poderão ter um efeito adverso para a Companhia.

Ainda, os executivos da Companhia participam ativamente da administração das demais empresas do Grupo Padtec. Dessa forma, a manutenção de tais administradores, bem como a identificação de executivos que agreguem o mesmo grau de experiência, relacionamento, e conhecimento do setor, é fundamental para a estratégia de crescimento da Companhia e das suas sociedades investidas, em especial a Padtec S.A. Caso haja a saída de um dos seus principais executivos e a Companhia não seja capaz de substituí-lo por outro de igual ou superior capacidade, os negócios e desempenho financeiro e operacional da Companhia poderão ser afetados adversamente.

#### e. seus fornecedores

### ***Certos insumos-chave estão sujeitos a riscos relacionados à importação e a Companhia adquire outros insumos-chave de um número limitado de fornecedores domésticos e internacionais, o que pode limitar a capacidade da Companhia de adquirir tais insumos de forma oportuna e dentro do orçamento aprovado.***

A evolução do mercado de telecomunicações pode resultar em impactos no fornecimento limitado de equipamentos essenciais para a fabricação dos produtos ofertados pela Companhia. O incremento na demanda por parte de clientes e a limitada quantidade de fornecedores, a maioria estrangeiro, pode ocasionar alguns riscos:

- vulnerabilidade às flutuações cambiais nos casos em que os insumos são importados e pagos com dólares norte-americanos, euros ou outra moeda estrangeira;
- dificuldades em gerenciar inventário devido a uma incapacidade de prever com precisão a disponibilidade e o *lead-time* de certos insumos; e

## 4.1 Descrição dos fatores de risco



- a imposição de direitos aduaneiros ou outros direitos sobre insumos-chave que são importados.

Se algum desses riscos se concretizar, eles podem resultar na incapacidade da Companhia de fornecer soluções aos clientes em tempo hábil ou podem afetar os preços dos produtos oferecidos pela Companhia, que podem ter um efeito adverso sobre o negócio, a situação financeira e os resultados das operações da Companhia.

As companhias do setor de telecomunicações, incluindo as que oferecem equipamentos de infraestrutura, como no caso da Companhia, dependem de vários fornecedores de tecnologia, equipamentos e serviços. Qualquer dificuldade em obter tais produtos ou serviços decorrentes de pouca oferta, demanda excessiva das empresas mundiais de telecomunicações, descontinuidade das operações de um ou mais fornecedores importantes, restrição ao uso de tecnologia específica, problemas de fornecimento devido a situações adversas, entre outros, podem comprometer os planos de expansão da Companhia, ou prejudicar a continuidade de seus produtos e soluções, afetando negativamente seus negócios, condição financeira e resultado operacional. Além disso, alguns fornecedores de equipamentos do setor de telecomunicações estão sediados em outros países fora do Brasil, de forma que problemas na economia ou na política daqueles países podem afetar os negócios, condição financeira e resultado operacional da Companhia.

***A Companhia possui importantes parceiros cuja substituição exigiria um grau de investimento e de complexidade de homologação elevado, o que demandaria tempo e recursos, podendo resultar em impactos adversos relevantes para suas operações e seus resultados financeiros.***

A Companhia possui uma lista de mais de 100 (cem) fornecedores de material produtivo ativos, entre os quais alguns se destacam por apresentar um valor agregado significativo em seus produtos. Grande parte desse valor agregado está diretamente relacionado ao alto grau de complexidade envolvido na produção, testes de qualidade e tecnologia empenhada. Levando-se em conta a tecnologia e o nível de confiança requerido pelo mercado em que a Companhia atua, a disponibilidade de fornecimento se restringe significativamente, tendo em vista que os níveis de confiabilidade e qualidade desses itens precisam ser elevados. Considerando esse cenário, a Companhia possui hoje alguns importantes fornecedores de material produtivo cuja substituição exigiria um grau de investimento elevado, principalmente em engenharia, para readequar os equipamentos. Assim, a substituição de um desses parceiros requereria um grau de complexidade de homologação elevado, o que demandaria tempo e recursos da Companhia, podendo resultar em impactos adversos relevantes para suas operações e resultados financeiros. Para os serviços operacionais, a Companhia possui uma lista de mais de 400 (quatrocentos) fornecedores ativos, sendo alguns desses serviços classificados como estratégicos, pois as execuções das atividades operacionais também requerem um grau importante de qualidade e nível de atendimento elevado.

A perda de fornecedores estratégicos pode afetar as atividades da Companhia, que poderá não conseguir substituí-los com a rapidez necessária, ocasionando atrasos na entrega de produtos e serviços aos seus clientes. Nesse caso, a Companhia poderá ser parte de eventuais impasses com referidos clientes e incorrer em perdas financeiras como resultado de uma possível diminuição de receita com as vendas de produtos e serviços, além de sofrer prejuízos com o possível aumento de custo de seus produtos e da prestação de serviços tendo em vista a necessidade de substituição desses fornecedores estratégicos.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco



***A Companhia pode figurar como responsável solidária por eventuais danos ambientais causados por seus fornecedores.***

Na esfera cível, os danos ambientais implicam responsabilidade objetiva e solidária. Isto significa que a obrigação de reparar a degradação causada poderá afetar a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a ocorrência do dano ambiental (incluindo parceiros e/ou fornecedores), independentemente da comprovação de culpa dos agentes, o que poderá afetar adversamente os resultados e atividades da Companhia. Ainda, a contratação de terceiros para proceder a qualquer intervenção nos empreendimentos e atividades da Companhia, tais como, gerenciamento de áreas contaminadas, supressão de vegetação, construções ou disposição final de resíduos, não exime a responsabilidade da Companhia por eventuais danos ambientais causados pela empresa contratada. Caso a Companhia seja responsabilizada por esses eventuais danos, seus resultados poderão ser adversamente afetados.

***Uma nova crise global de escassez de semicondutores pode novamente impactar a Companhia.***

Por cerca de dois anos, entre 2020 e 2022, o mundo vivenciou uma crise global de escassez de semicondutores, componentes importantes de nossa linha de produção. A crise atingiu os mais diversos segmentos, especialmente o automobilístico e eletrônico. A Companhia conseguiu contornar esta questão com soluções alternativas, por vezes, sendo obrigada a pagar valores mais altos, com condições de pagamento menos favoráveis, e suportar prazos de entrega mais alongados. Caso a indústria sofra uma nova crise global de escassez de semicondutores, poderá surtir outros impactos nas vendas, receita, fluxo de caixa e ciclo financeiro, e afetar adversamente os resultados da Companhia.

f. seus clientes

***O longo prazo para recebimento ou a inadimplência de clientes da Companhia e de suas subsidiárias pode afetar significativamente a sua capacidade de pagamento.***

A controlada Padtec S.A. atua como avalista em determinados contratos de financiamento para seus clientes junto a instituições financeiras, no Brasil e no exterior, e assim, corre o risco de sofrer prejuízo financeiro caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro de antecipação falhe no cumprimento de suas obrigações contratuais. Isso porque a Companhia assume os riscos de inadimplência de seus clientes, que podem ser afetados pelo desempenho da economia, alta de juros e risco de crédito, o que impacta diretamente nos recebíveis da Companhia. Portanto, caso o cliente venha a se tornar inadimplente, não se pode garantir que a Companhia será capaz de reaver o valor total do saldo devedor de qualquer contrato no qual tenha sido avalista, o que poderia ocasionar um efeito material adverso na sua condição financeira e nos seus resultados operacionais. Adicionalmente, desequilíbrios entre custo e vencimento de empréstimos e financiamentos captados no mercado financeiro em relação a recursos a receber dos clientes poderão afetar de forma negativa e substancial seus resultados.

***A Companhia pode não ser capaz de repassar integralmente aos clientes os aumentos de custos em que incorre, incluindo os aumentos de preços de seus fornecedores.***

Os custos da Companhia também são afetados pelo preço pago pelos insumos, produtos e serviços oferecidos pelos fornecedores. E as receitas oriundas dos contratos firmados com

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

clientes não são necessariamente ajustadas pelos mesmos índices pelos quais são ajustados os contratos com os fornecedores. Se os custos aumentarem e a Companhia não for capaz de repassar esses acréscimos para os clientes, a Companhia terá que absorver tais acréscimos, o que poderá afetar negativamente seus resultados.

***Percentual relevante das receitas da Companhia advém de certos clientes estratégicos, de modo que o término das relações comerciais com referidos clientes impactará de forma relevante os resultados da Companhia.***

A Companhia poderá não ser capaz de renovar ou manter em vigor os contratos celebrados com clientes estratégicos, visto que tais contratos poderão ser rescindidos em caso de inadimplemento contratual pela Companhia, ou mesmo de forma imotivada pelos clientes ou em função de fatores alheios à vontade das partes. Adicionalmente, em caso de expiração dos prazos de vigência de referidos contratos, a Companhia não pode garantir que será capaz de renová-los e/ou que as condições jurídicas e comerciais hoje vigentes serão mantidas.

O término das relações contratuais com clientes estratégicos poderá resultar em impactos adversos relevantes nas atividades e nos resultados operacionais e financeiros da Companhia.

g. setores da economia nos quais o emissor atue

***A incapacidade da Companhia e de suas controladas de realizarem investimentos necessários para manter o ciclo tecnológico inerente às suas áreas de atuação e de se manterem atualizadas frente às inovações do mercado podem afetar negativamente os seus resultados operacionais.***

O plano de negócios da Companhia se concentra em desenvolver soluções ópticas com alta base tecnológica, de modo que, caso não consiga se manter atualizada frente às inovações de modelos tecnológicos e de negócios, poderá sofrer impactos negativos.

Nesse sentido, a continuidade da Companhia depende de sua capacidade de (i) obter recursos suficientes para financiamento das atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D) de novas tecnologias, (ii) desenvolver produtos e serviços com a utilização de novas tecnologias ou atualizar tecnologicamente seus produtos no tempo exigido pelo mercado de telecomunicações, (iii) comercializar seus produtos e serviços a preços competitivos comparativamente a seus concorrentes nacionais e internacionais, (iv) expandir suas atividades para o mercado externo de forma significativa, (v) realizar vendas em volume suficiente para garantir o retorno dos recursos aplicados em P&D, e (vi) diversificar suas linhas de receita.

Caso a Companhia seja incapaz de introduzir produtos e serviços inovadores e tecnologicamente avançados em uma indústria caracterizada pela rápida obsolescência dos produtos, seu crescimento e seus esforços de manter a lucratividade poderão ser afetados adversamente. O modelo de negócios da Companhia depende de sua capacidade de agilmente introduzir produtos com tecnologia adequados para o avanço do mercado de telecomunicações.

Para ser bem-sucedida em sua estratégia de introduzir produtos e serviços inovadores em um mercado que se caracteriza por um curto ciclo de vida dos produtos, resultante de rápidas mudanças na tecnologia e na preferência dos clientes, a Companhia depende de diversos fatores, tais como a disponibilidade de novos produtos, a disponibilidade de componentes inovadores para uso em seus produtos, um controle de qualidade eficaz, a agilidade para o

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

lançamento de produtos e serviços, uma correta estimativa da demanda, o treinamento do pessoal de vendas e o entendimento das demandas dos clientes para que sejam desenvolvidas as soluções adequadas.

Nesse sentido, a Companhia poderá não ter acesso a novas tecnologias, ou ser bem-sucedida na incorporação dessa nova tecnologia às suas soluções. Ademais, os padrões de protocolos de rede e internet, bem como os demais padrões adotados pelo setor de atuação da Companhia, estão sujeitos à rápida mudança e evolução constante, não podendo a Companhia garantir que os padrões adotados para desenvolver novas soluções serão ou permanecerão eficientes e/ou competitivos neste mercado.

Ainda, a Companhia pode não ser capaz de captar recursos suficientes para o financiamento das suas atividades de P&D, desenvolver novas tecnologias, comercializar seus produtos de forma competitiva ou obter retorno para seus investimentos em P&D, o que poderá vir a prejudicar a sua perenidade e a criação de valor para seus acionistas e demais partes interessadas.

***A concorrência nos mercados de atuação da Companhia (infraestrutura em telecomunicações) poderá se intensificar no futuro, inclusive oriunda de maior agressividade comercial dos concorrentes no seu principal mercado de atuação.***

Os mercados para os produtos e serviços comercializados pela Companhia e suas subsidiárias são extremamente competitivos, não impondo qualquer barreira legal à entrada de novos *players*. Várias companhias estabelecidas e em fase de desenvolvimento investem recursos para desenvolver e lançar produtos que competirão com os da Padtec S.A.

As disputas comerciais entre EUA e China podem direcionar concorrentes norte-americanos e chineses a aumentarem seu foco de atuação no mercado latino americano, podendo impactar as vendas da Companhia.

A Padtec S.A. pode não ser capaz de manter ou aumentar sua participação de mercado, o que poderia prejudicar os seus negócios. A competição intensa ainda pode resultar em diminuição de preços e redução de margens e a Companhia pode não ser capaz de competir com seus concorrentes de forma eficaz.

Se a Padtec S.A. não conseguir competir de maneira eficiente com os seus concorrentes atuais e futuros em seus diversos mercados de atuação, ou se os atuais e futuros concorrentes em tais mercados continuarem a expandir os seus modelos de negócios de modo agressivo, a investida poderá adotar medidas para combater tal concorrência, como, por exemplo, a redução dos preços dos produtos e serviços oferecidos, ou, ainda, experimentar atrasos e cancelamentos dos pedidos dos seus clientes. A Companhia não tem como garantir o crescimento dos mercados em que atua e, caso estes não cresçam conforme esperado, o seu negócio como um todo poderá ser afetado adversamente.

A capacidade atual da Padtec S.A. de prever o valor e a quantidade de pedidos é limitada e assim deve continuar, em virtude da dependência sobre as necessidades apresentadas pelos clientes. Dessa forma, é possível que a Companhia não seja capaz de reduzir suas despesas operacionais como proporção da sua receita para mitigar qualquer redução futura em suas margens brutas ou volume de vendas.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

Se a Companhia não puder diminuir sua estrutura de custos em resposta à pressão imposta pela redução de preços causada pelo aumento de concorrência, suas operações e seus resultados poderão ser adversamente afetados.

***A Companhia pode não conseguir contratar e reter profissionais com a capacitação técnica requerida para desenvolver suas atividades.***

Para executar seu plano de negócios, a Companhia necessita de profissionais com elevada e específica capacitação técnica. A Padtec pode não conseguir contratar e reter essas pessoas, o que poderá impactar negativamente as entregas de seus produtos e serviços.

h. regulação dos setores em que o emissor atue

***As atividades da Companhia e de suas controladas podem ser afetadas pela regulação estatal.***

O exercício das atividades da Companhia e de suas controladas não é fortemente afetado pela regulação estatal. Entretanto, a Padtec S.A. deve ter registro válido junto ao CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia e seus produtos devem ser homologados pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL). Para alguns serviços dentro do escopo do segmento de Serviços, Softwares e Plataformas (Operação e Manutenção) também é necessária a emissão de documentação de responsabilidade técnica junto ao CREA.

i. países estrangeiros onde o emissor atue

***As condições políticas e econômicas nos países em que as controladas da Companhia operam podem afetar negativamente seus negócios.***

Algumas controladas da Companhia estão sediadas e realizam vendas no exterior, de modo que a Companhia fica exposta aos riscos relacionados às mudanças nas legislações locais, condições sociais, políticas e econômicas, o que pode afetar adversamente seu negócio, condição financeira e resultados operacionais.

***A Companhia está sujeita ao cumprimento das leis dos países em que realiza vendas e pode ser parte em processos judiciais ou administrativos com potencial de causar efeitos adversos para a Companhia.***

A Companhia e suas controladas estão sujeitas ao cumprimento da legislação e regulação dos países em que estão localizadas e nos quais realizam vendas de equipamentos e serviços, podendo, inclusive, ser parte em processos judiciais, administrativos e arbitrais, nas esferas cível, tributária e trabalhista perante autoridades estrangeiras, entre outros, cujos resultados podem ser desfavoráveis para a Companhia. O eventual envolvimento em processos que causem dano à imagem da Companhia, ou decisões contrárias aos seus interesses, incluindo decisões que impeçam a realização de suas vendas, podem causar um efeito adverso relevante, inclusive reputacional.

j. questões sociais

A Companhia não vislumbra fatores de risco com efetivo potencial de influenciar a decisão de investimento advindos de questões sociais.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

### k. questões ambientais

#### ***A Companhia está sujeita a regulamentação ambiental.***

As atividades fabris da Companhia no Brasil estão sujeitas às leis e aos regulamentos federais, estaduais e municipais de proteção ambiental que impõem diversas obrigações, como requisitos de licenciamento ambiental, gestão de resíduos sólidos, descargas de poluentes no ar, água e solo, emissões atmosféricas, entre outros. A Companhia está sujeita, ainda, à fiscalização ou inspeção dessas entidades para verificação do cumprimento das normas e regulamentações vigentes.

Em razão das dificuldades e lentidão de alguns órgãos administrativos, a Companhia pode não conseguir obter, renovar ou manter em vigor as licenças ambientais necessárias ao regular funcionamento dos estabelecimentos em que mantém operações e nos quais são desenvolvidas atividade consideradas potencialmente poluidoras.

O não cumprimento de tais leis e regulamentos pode sujeitar o infrator a multas administrativas, interrupção obrigatória de atividades, embargo do estabelecimento e sanções penais, além da obrigação de correção dos danos e pagamento de indenização por danos ambientais e de terceiros, sem limites. Além disso, o direito ambiental brasileiro adota um sistema de responsabilidade objetiva solidária por danos ambientais, o que torna o poluidor responsável mesmo nos casos em que não seja negligente, podendo a Companhia se tornar solidariamente responsável pelas obrigações de eventuais terceiros contratados. Se a Companhia ou suas subsidiárias se tornarem sujeitos a passivos ambientais, quaisquer custos que possam incorrer para corrigir possíveis danos ambientais conduziram a uma redução de seus recursos financeiros, causando assim um impacto adverso nos negócios e resultados das operações da Companhia.

À medida que as leis ambientais e sua aplicação se tornam cada vez mais rigorosas, as despesas com o cumprimento dos requisitos ambientais também poderão aumentar. Além disso, a possível implementação de novos regulamentos, mudanças nos regulamentos existentes ou a adoção de outras medidas podem fazer com que a quantidade e a frequência de gastos com preservação ambiental variem significativamente em comparação com as estimativas atuais ou custos históricos. Quaisquer despesas futuras não planejadas podem afetar substancial e/ou negativamente os negócios, condições financeiras e resultados das operações da Companhia.

### l. questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

A Companhia não vislumbra fatores de risco com efetivo potencial de influenciar a decisão de investimento advindos de questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição.

### m. outras questões não compreendidas nos itens anteriores

***O mercado brasileiro de valores mobiliários é conhecido por sua volatilidade e baixa liquidez, o que pode restringir substancialmente a capacidade dos investidores de negociar ações ordinárias de emissão da Companhia ao preço e na ocasião que desejarem.***

## 4.1 Descrição dos fatores de risco



O mercado de capitais brasileiro é significativamente menor, menos líquido, mais concentrado e, geralmente, mais volátil do que alguns mercados internacionais.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, como o Brasil (considerados, em geral, de natureza mais especulativa), envolve maior risco em comparação a outros mercados mais desenvolvidos, que possuem condições políticas e econômicas mais estáveis. E, por isso, esses investimentos estão sujeitos a determinados riscos econômicos e políticos, tais como, entre outros: (i) mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que possam afetar a capacidade de investidores de obter retorno, total ou parcial, em relação a seus investimentos; e (ii) restrições a investimento estrangeiro e a repatriamento do capital investido.

As características dos mercados de capitais emergentes, particularmente o brasileiro, onde as ações da Companhia são negociadas, poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de negociar as ações ordinárias de emissão da Companhia de que sejam titulares, pelo preço e na ocasião desejados, resultando em um maior grau de risco para os investidores. Adicionalmente, vendas, compras ou a percepção de uma possível negociação de um volume substancial das ações de emissão da Companhia poderão prejudicar o valor de mercado dessas ações. Se um mercado ativo e líquido de negociação não for desenvolvido e mantido, o preço de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia poderá ser negativamente impactado.

***Eventual instabilidade política afeta adversamente a economia brasileira, o que pode influenciar adversamente o preço de negociação das ações ordinárias da Companhia.***

A incerteza política e econômica e quaisquer novas políticas ou mudanças nas políticas atuais podem ter um efeito adverso relevante sobre os negócios, resultados operacionais, condição financeira e perspectivas da Companhia. A economia local foi e continua a ser afetada por eventos políticos no Brasil, que também afetam a confiança dos investidores e do público em geral, impactando adversamente o desempenho da economia brasileira e aumentando a volatilidade dos títulos e valores mobiliários emitidos por empresas nacionais.

***A economia do Brasil permanece vulnerável a fatores externos, o que pode ter um efeito adverso sobre o crescimento do País e sobre os negócios e resultados operacionais da Companhia.***

A globalização dos mercados de capitais aumentou as vulnerabilidades dos países a eventos adversos. O Brasil permanece vulnerável a flutuações financeiras e econômicas internacionais, inclusive com relação a países da América Latina e a países de mercados emergentes.

As recentes e contínuas recessões e crises em determinados países, além de reduções nas taxas de crescimentos de determinadas nações, afetam a economia brasileira de muitas formas, gerando inclusive uma retração nos fluxos comerciais e de capital e impacto nos preços de *commodities*, o que impacta a certeza do investidor e a confiança do consumidor.

Adicionalmente, crises em outros países emergentes podem diminuir o interesse dos investidores em valores mobiliários locais, incluindo os de emissão da Companhia, o que pode afetar adversamente o preço de mercado das suas ações. A ocorrência de efeitos negativos como os mencionados acima pode levar à deterioração das condições macroeconômicas no

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

Brasil, cujos impactos decorrentes podem conseqüentemente afetar os negócios e os resultados operacionais da Companhia.

***A inflação e os esforços governamentais para combatê-la podem contribuir para um cenário de incerteza econômica, afetando adversamente a Companhia e o preço de mercado das suas ações.***

A flutuação nas taxas de juros e a inflação podem afetar adversamente a Companhia.

Muitas vezes a Companhia não consegue reajustar os preços que cobra de seus clientes para compensar os efeitos da inflação em sua estrutura de custos, o que pode resultar em aumento de custos e redução nas margens operacionais e líquidas. As taxas de juros elevadas impactam também a capacidade de financiamento por parte dos clientes da Companhia.

***O Governo, em suas diversas esferas, exerce influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e a política brasileira, poderão causar um efeito adverso relevante nas atividades da Companhia e de suas controladas.***

A Companhia não tem controle sobre as medidas e políticas que o Governo pode vir a adotar no futuro, e tampouco pode prevê-las.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo nas políticas ou normas que venham a afetar o País no futuro pode contribuir para a incerteza econômica e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro e dos valores mobiliários emitidos no exterior por companhias brasileiras, incluindo a Companhia.

As condições políticas e econômicas afetam diretamente os negócios e podem resultar em um efeito adverso relevante para a Companhia, bem como impactar as condições de mercado e os preços dos valores mobiliários no Brasil.

***Desvalorizações do Real em relação ao Dólar Norte-Americano podem ter um efeito adverso sobre o crescimento da economia brasileira como um todo e prejudicar a condição financeira da Companhia e os resultados de suas operações.***

Não é possível prever ou influenciar quaisquer políticas cambiais adotadas pelo governo brasileiro e a Companhia pode ser adversamente afetada por essas políticas.

## 4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco



### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA 2026 – SEÇÃO 4

#### 4. Fatores de Risco

4.2. Indicar os 5 (cinco) principais fatores de risco, dentre aqueles enumerados no campo 4.1, independentemente da categoria em que estejam inseridos

- 1) A concorrência nos mercados de atuação da Companhia (infraestrutura em telecomunicações) poderá se intensificar no futuro, inclusive oriunda de maior agressividade comercial dos concorrentes no seu principal mercado de atuação.
- 2) A Companhia pode não ser capaz de diversificar seu portfólio de serviços e soluções.
- 3) A incapacidade da Companhia e de suas controladas de realizarem investimentos necessários para manter o ciclo tecnológico inerente às suas áreas de atuação e de se manterem atualizadas frente às inovações do mercado podem afetar negativamente os seus resultados operacionais.
- 4) A Companhia possui importantes parceiros cuja substituição exigiria um grau de investimento e de complexidade de homologação elevado, o que demandaria tempo e recursos, podendo resultar em impactos adversos relevantes para suas operações e seus resultados financeiros.
- 5) O desligamento ou perda dos serviços de pessoas estratégicas para a Companhia ou sua inabilidade de atrair e manter outras pessoas estratégicas pode afetar adversamente os seus negócios.

#### Campinas

Rua James Clerk Maxwell, 507  
Parque Tecnológico Techno Park  
Campinas • SP • CEP 13.069-380

+55 19 2104-9700  
padtec@padtec.com.br

## 4.3 Descrição dos principais riscos de mercado



### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA 2026 – SEÇÃO 4

#### 4. Fatores de Risco

4.3. Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.

As atividades da Companhia e de suas controladas estão expostas a diversos riscos financeiros, compreendendo, principalmente, risco de capital, risco de taxa de juros, de taxa de câmbio, de crédito e de liquidez, conforme destacados abaixo.

#### Instrumentos financeiros designados para *hedge* de fluxo de caixa

Como procedimento de gestão de seus riscos de mercado, a Companhia administra suas exposições em moeda estrangeira por meio da contratação de instrumentos financeiros derivativos atrelado ao dólar, considerando a previsão de pagamento.

Em março de 2024, a controlada Padtec S/A designou para *hedge accounting* de fluxos de caixa os instrumentos derivativos para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa futuro atribuíveis a alteração na taxa de câmbio US\$/R\$ oriundas do pagamento de principal e juros do passivo financeiro (empréstimo) contratado pela Companhia.

A estrutura de *hedge accounting* consiste na estratégia de gestão de risco que busca a convergência de seu custo de captação para o Certificados de Depósito Interbancário (CDI), conforme abaixo:

Modalidade	Prazos	Indexador ativo	Indexador passivo	Valor
SWAP	mar/24 a mar/28	VC* + 7,80% a.a	CDI + 1,49% a.a	USD 6.426

\*variação cambial.

Em 31 de março de 2026, a Companhia possuía o seguinte instrumento financeiro derivativo:

em R\$ milhares:

Banco	Contrato	Consolidado					
		Valor justo Ponta Ativa		Valor justo Ponta Passiva		Ganho/perda	
		31/03/26	31/12/25	31/03/26	31/12/25	31/03/26	31/12/25
<b>Votorantim</b>							
Curva - Swap	Swap	19.057	25.765	18.296	23.782	761	1.983
Market to Market	Swap	18.693	24.789	18.618	24.182	75	607

### 4.3 Descrição dos principais riscos de mercado



A mensuração da marcação a mercado do SWAP foi realizada considerando o efeito das variações dos indexadores das pontas passivas e ativas, com base em informação de mercado disponível no momento, desta mensuração.

A movimentação do instrumento financeiro derivativo está demonstrada abaixo:

	<b>Hedge de Fluxo de Caixa</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>971</b>
Ganho marcação a mercado	-
Atualização monetária cambial e juros	(4.363)
Ganho reconhecidos no ORA	3.999
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>607</b>
Atualização monetária cambial e juros	(1.051)
Perda reconhecidos no ORA	519
<b>Saldo em 31 de março de 2026</b>	<b>75</b>

A Companhia monitora as flutuações das taxas de juros variáveis atreladas a determinadas dívidas e utiliza-se, quando necessário, dos instrumentos derivativos com o objetivo de gerenciar estes riscos. No quadro abaixo demonstramos as posições dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para cobertura de risco de taxa de juros:

#### Risco de taxa de juros: Derivativos de juros em aberto em 31 de março de 2026

Banco	Contrato	Vencimento	Valor Contábil	Valor Justo
Votorantim	Swap de juros	mar/24 a mar/28	75	75

#### Risco de Capital

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades regulares ao mesmo tempo em que busca maximizar o retorno de suas operações para todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização da utilização de instrumentos de dívida e de patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia e de suas controladas é formada pelo endividamento (empréstimos e financiamentos deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras em garantia e pelo seu patrimônio líquido. Em 31 de março de 2026 e em 31 de dezembro de 2025, a posição do Grupo Padtec era a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/26	31/12/25	31/03/26	31/12/25
Dívida	-	-	357.836	362.099
Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras	65	62	127.042	146.314
Dívida líquida (caixa líquido)	(65)	(62)	230.794	215.785
Patrimônio líquido	143.809	135.102	143.688	134.974
Índice de endividamento (caixa) líquido	0%	0%	161%	160%

## 4.3 Descrição dos principais riscos de mercado



### Risco de Crédito

É o risco de a Companhia sofrer prejuízo financeiro, caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe ao cumprimento de suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis originados, em sua grande maioria, de clientes recorrentes e aplicações financeiras. Para atenuar esse risco, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecendo acompanhamento permanente do saldo devedor de suas contrapartes.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza aplicações em instituições de baixo risco de crédito e com limite máximo de saldo de aplicações, determinado pela Administração. A Administração entende que não há risco de crédito significativo ao qual a Padtec esteja exposta, considerando níveis de concentração e relevância dos valores em relação ao seu faturamento.

### Risco de Liquidez

É o risco de que a Companhia eventualmente possa encontrar dificuldades em cumprir obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista.

A abordagem no gerenciamento do risco de liquidez visa garantir o pagamento das obrigações, motivo pelo qual há o objetivo de manter disponibilidade em caixa para cumprimento das obrigações de curto prazo, fazendo o possível para que sempre haja liquidez suficiente para cumprir as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia e de suas controladas.

A Padtec trabalha alinhando disponibilidade e geração de recursos, a fim de cumprir suas obrigações nos prazos acordados. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações. A posição em 31 de março de 2026 era:

	Consolidado			
	Valor Contábil	Até 1 ano	1-2 anos	2-18 anos
Aplicações financeiras em garantia	62.192	-	62.192	-
Operações financeiras	38.607	21.279	30.370	(13.042)
Operações de arrendamento mercantil	(5.147)	(2.119)	(5.055)	2.027
Empréstimos e financiamentos	(274.162)	(17.244)	(18.481)	(238.437)
Fornecedores	(51.120)	(51.120)	-	-
Operações financeiras	(38.607)	(21.279)	(30.370)	13.042
<b>Total</b>	<b>(268.237)</b>	<b>(70.483)</b>	<b>38.656</b>	<b>(236.410)</b>

### Risco de Taxa de Câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia. A Administração analisa e acompanha as suas exposições para a tomada de decisão na contratação de instrumentos de proteção das respectivas exposições em moeda estrangeira. A exposição líquida em moeda estrangeira em 31 de março de 2026 e 31 de

### 4.3 Descrição dos principais riscos de mercado



dezembro de 2025 está demonstrada na tabela a seguir:

	Consolidado		Consolidado	
	31/03/26		31/12/25	
	R\$	US\$	R\$	US\$
<b>Ativos</b>				
Contas a receber de clientes	42.176	8.081	49.439	8.985
<b>Passivos</b>				
Empréstimos e financiamentos	(23.630)	(4.527)	(31.395)	(5.706)
Fornecedores	(40.003)	(7.664)	(35.712)	(6.490)
<b>Total</b>	<b>(21.457)</b>	<b>(4.110)</b>	<b>(17.668)</b>	<b>(3.211)</b>

#### Risco de Taxa de Juros

As operações da Companhia são indexadas a taxas prefixadas, pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e pelo CDI. Sendo assim, a Administração entende que qualquer oscilação nas taxas de juros não representaria nenhum impacto significativo nos resultados da Companhia.

O valor contábil dos instrumentos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de taxas de juros em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 era:

	Consolidado	
	31/03/25	31/12/24
<b>Ativos</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	116.099	158.084
Aplicações financeiras em garantia	32.153	32.599
Títulos e valores mobiliários	21.348	1.837
Instrumentos financeiros derivativos	747	971
Operações financeiras	75.877	88.085
<b>Passivos</b>		
Empréstimos e financiamentos	(319.617)	(339.878)
Operações financeiras	(75.877)	(88.085)
<b>Exposição líquida</b>	<b>(149.270)</b>	<b>(146.387)</b>

A Companhia realizou em 31 de março de 2026 a análise de sensibilidade dos principais riscos aos que seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros. Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo do seu resultado. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia está qualificando os riscos através exposição líquida das variáveis (dólar, CDI, IGP-M, IPCA, TJLP e Selic), conforme demonstrado abaixo.

## 4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

padtec

	Consolidado		
	Valor provável	Acréscimo 25%	Acréscimo 50%
<b>Taxa de câmbio</b>			
Contas a receber de clientes	42.176	10.544	21.088
Fornecedores	(40.003)	(10.001)	(20.002)
Empréstimos e financiamentos	(23.630)	(5.908)	(11.815)
<b>Impacto no resultado</b>		<b>(5.365)</b>	<b>(10.729)</b>
<b>Taxa de juros</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	64.850	16.213	32.425
Aplicações financeiras em garantia	62.192	15.548	31.096
Títulos e valores mobiliários	22.047	5.512	11.024
Empréstimos e financiamentos	(274.162)	(68.541)	(137.081)
<b>Impacto no resultado</b>		<b>(31.268)</b>	<b>(62.536)</b>

## 4.4 Processos não sigilosos relevantes

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA 2026 – SEÇÃO 4

#### 4. Fatores de Risco

4.4. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis, ambientais e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas, indicando:

- a. juízo
- b. instância
- c. data de instauração
- d. partes no processo<sup>1</sup>
- e. valores, bens ou direitos envolvidos
- f. principais fatos
- g. resumo das decisões de mérito proferidas
- h. estágio do processo
- i. se a chance de perda é:
  - i. provável
  - ii. possível
  - iii. remota
- j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante
- k. análise do impacto em caso de perda do processo

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas eram parte em diversos processos judiciais e administrativos decorrentes de consecução de seus negócios, de natureza cível, tributária e trabalhista. O total das provisões em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 20.933 mil (provisões líquidas de depósitos judiciais somavam R\$ 19.202 mil), dos quais: (i) R\$ 8.885 mil são contingências trabalhistas; (ii) R\$ 2.749 mil referem-se a contingências cíveis; (iii) R\$ 9.354 mil correspondem a contingências tributárias; e (iv) R\$ 5 mil são contingências administrativas. Na referida data, a Companhia e suas controladas não eram parte em nenhum processo judicial e administrativo de natureza ambiental decorrente da consecução de seus negócios.

A Companhia, com base no parecer de advogados externos, classifica o risco de perda de tais processos como “remoto”, “possível” ou “provável”, sendo que as provisões constituídas e apresentadas nas demonstrações financeiras se referem aos processos cujo risco de perda é classificado como provável.

<sup>1</sup> Em relação aos processos judiciais sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho, devem ser indicadas apenas as iniciais dos nomes das partes.

#### 4.4 Processos não sigilosos relevantes

Com base no histórico de perdas da Companhia nos tribunais, na capacidade do processo por si de impactar de forma significativa o patrimônio, capacidade financeira ou os negócios da Companhia ou de suas controladas, bem como a influência que uma determinada decisão possa causar sobre a decisão do público investidor, a Administração acredita que os valores atualmente provisionados são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes dos processos dos quais é parte.

A Companhia adota como critério de relevância para prestar tal informação, aqueles processos que podem gerar efeitos não só patrimoniais, mas também que tenham grande relevância estratégica para a Companhia, em uma análise quantitativa e qualitativa em cada caso concreto.

Abaixo os processos não sigilosos considerados relevantes em que a Companhia e/ou suas controladas são parte:

- Processos de natureza cível:

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas figuravam como partes em 16 processos judiciais de natureza cível, que não correm sob sigilo de justiça (sendo em 11 como autores). Destacam-se, entre eles:

Processo nº 1076054-54.2018.8.26.0100	
a. juízo	1ª Vara Cível – São Paulo- SP
b. instância	1ª Instância
c. data da instauração	24/07/2018
d. partes no processo	Banco Santander S.A. x Padtec Holding S.A. e outros
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 4.423.130,44
f. principais fatos	Trata-se de processo cível movido pelo Banco Santander, que pleiteia a desconsideração da personalidade jurídica da ex-investida Editora Pini, querendo atingir os então acionistas desta ex-investida. O objeto da cobrança é uma cédula de crédito bancária emitida pela Editora Pini e inadimplida.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Não houve
h. estágio do processo	Instrução
i. chance de perda (provável possível ou remota)	Possível
j. motivo pelo qual o processo é relevante	Valor Patrimonial envolvido
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso, pela Companhia, do valor discutido nos autos devidamente atualizados.

Processo nº 5000575-77.2014.8.21.1001	
a. juízo	1ª Vara Cível – Porto Alegre- RS
b. instância	1ª Instância
c. data da instauração	19/12/2014
d. partes no processo	VKN Representações Comerciais Ltda. x Padtec S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 2.734.218,25

#### 4.4 Processos não sigilosos relevantes

f. principais fatos	<p>Trata-se de ação ordinária de cobrança. A autora alega que a Padtec não cumpriu integralmente o contrato de representação comercial, firmado em 24 de maio de 2007, e requer: pagamento de indenização sobre o montante das comissões efetivamente pagas e sobre a diferença das comissões não pagas, nulidade do item 7.1, da cláusula sétima do contrato (Alteração da base de cálculo), condenação ao pagamento da diferença de comissões sobre as vendas realizadas. O contrato foi inicialmente firmado para consultoria. Por isso, não se aplicaria a lei de Representação Comercial, no entender da Padtec.</p> <p>Em <b>28/04/2015</b>, a Padtec apresentou contestação e impugnou o valor da causa. Em <b>18/07/2016</b>, a autora apresentou réplica. Em <b>01/12/2016</b>, foi deferida prova pericial contábil.</p> <p>O laudo pericial foi apresentado em <b>julho/2023</b>, tendo ambas as partes se manifestado. Em <b>26/11/2023</b>, o perito foi intimado a se manifestar sobre as impugnações, o que ocorreu em <b>24/01/2024</b>. As partes impugnaram essa manifestação em <b>01/03/2024</b>, e o perito prestou esclarecimentos em <b>09/04/2024</b>, sobre os quais as partes se manifestaram em <b>17/05/2024</b>.</p> <p>Em <b>24/09/2024</b>, o juiz encerrou a fase pericial e intimou as partes a indicarem outras provas. Em <b>21/10/2024</b>, a Padtec requereu oitiva de testemunha, sendo certificada a ausência de manifestação da autora em <b>26/10/2024</b>. O processo ficou concluso para decisão em <b>28/11/2024</b>.</p> <p>Em <b>20/02/2025</b>, foi designada audiência de instrução e julgamento para <b>13/08/2025</b>, às 16h. Na mesma data, a Padtec opôs embargos de declaração para correção do nome de sua testemunha. Entre <b>28/02/2025</b> e <b>11/03/2025</b>, as partes requereram a realização da audiência em formato virtual ou, alternativamente, a oitiva por carta precatória. Em <b>17/10/2025</b>, foi marcada nova audiência para <b>04/12/2025</b>, às 14h, posteriormente alterada para <b>17/12/2025</b> por despacho publicado em <b>26/11/2025</b>.</p> <p>Ainda em <b>26/11/2025</b>, a parte autora informou não ter conseguido intimar sua testemunha, sendo determinada tentativa por oficial de justiça, que em <b>01/12/2025</b> certificou o insucesso na diligência.</p> <p>Por fim, em <b>17/12/2025</b>, foi realizada audiência de instrução e julgamento, com oitiva da preposta da Padtec e testemunhas.</p>
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Não houve
h. estágio do processo	Instrução
i. chance de perda (provável possível ou remota)	Provável
j. motivo pelo qual o processo é relevante	Valor Patrimonial envolvido
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso, pela investida Padtec S.A., do valor discutido nos autos devidamente atualizados.

- Processos de natureza trabalhista

Em 31 de dezembro de 2025, no tocante às ações trabalhistas, a Companhia é parte de apenas duas ações trabalhistas como primeira ou única reclamada por conta de sucessão por incorporação da Automatos Participações Ltda, ocorrida em 24 de novembro de 2022. No mais, a Companhia consta no polo passivo de outros 31 processos trabalhistas de ex-investidas, sob a tese de grupo econômico ou desconsideração da personalidade jurídica. Ademais, na referida data-base, a controlada Padtec S.A. era parte reclamada em 52 ações trabalhistas. O valor em risco atualizado do total dessas ações é de R\$ 18.887.323,23.

Entendemos que quando consideradas separadamente, apenas quatro das ações apresentam relevância (a que não corre em segredo de justiça abaixo especificada), por critério patrimonial especialmente. O conjunto delas, no entanto, pode ser considerado relevante pelos valores envolvidos.

Processo nº 0012068-15.2025.5.15.0114	
a. juízo	9ª Vara do Trabalho de Campinas
b. instância	1ª instância
c. data da instauração	18/09/2025
d. partes no processo	E. M. S. x Padtec S.A.

## 4.4 Processos não sigilosos relevantes

e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 2.301.371,72
f. principais fatos	Ação trabalhista movida por ex-empregado da Padtec S.A., pleiteando responsabilidade subsidiária, acúmulo de função, adicional de periculosidade e insalubridade, horas extras, intrajornada, interjornada, sobreaviso, adicional noturno e hora noturna reduzida, danos morais (ameaça de demissão por justa causa), FGTS, descontos indevidos, justiça gratuita e honorários advocatícios.  Foi designada audiência inicial para <b>12/02/2026 às 11h00</b> .
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Não houve
h. estágio do processo	Conhecimento
i. chance de perda (provável possível ou remota)	Possível
j. motivo pelo qual o processo é relevante	Valor Patrimonial envolvido
k. análise do impacto em caso de perda doprocesso	Em caso de perda, a investida Padtec S.A. será obrigada a com o valor da condenação.

Processo nº 1001067-34.2016.5.02.0036 / Carta Precatória 0010102-71.2022.5.15.0130	
a. juízo	36ª Vara do Trabalho de São Paulo - SP
b. instância	2ª instância
c. data da instauração	16/06/2016
d. partes no processo	P. P. D. O. M. x Editora Pini S/A, PSE Ltda., Padtec Holding S/A e Tech Build Construções e Investimentos Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 5.576.713,31
f. principais fatos	<p>Ação trabalhista movida por ex-empregado da ex-investida Editora Pini S.A., e PSE LTDA. pleiteando: i) o reconhecimento de grupo econômico entre as empresas; ii) a decretação da nulidade de todas as rescisões contratuais operadas e o reconhecimento da unicidade contratual na prestação de serviços no período de 01/09/1997 a 05/02/2016; iii) o reconhecimento de vínculo empregatício nos períodos em que laborou sem registro; iv) a retificação de CTPS para o labor no período de 01/09/1997 até 29/04/2016; v) o reconhecimento da última remuneração no importe de R\$ 38.971,17; vi) pagamento de diferenças salariais; vii) pagamento das verbas rescisórias; viii) pagamento de férias em dobro; ix) pagamento de 13º salários; x) a integralização das comissões; xi) pagamento do DSR; xii) pagamento de indenização por dano material e dano moral; xiii) a anulação dos registros como Diretor Estatutário na CVM; xiv) recolhimento do FGTS durante o período; xv) multa do art. 477 da CLT.</p> <p>Após a sentença, houve a interposição de Recurso Ordinário apenas pelo Reclamante. Posteriormente foram interpostos Recurso de Revista e Agravo de Instrumento, os quais o Reclamante desistiu para o prosseguimento do trânsito em julgado.</p> <p>Em sede de execução, foram homologados os cálculos do Reclamante no valor de R\$ 3.155.539,35 atualizado para 04/2021, com o início da tentativa de localização de bens em nome das empresas, ocasião em que o Reclamante pretendeu o reconhecimento de grupo econômico com a Padtec Holding.</p> <p>Após a manifestação da Padtec Holding no processo, foi requerida a suspensão do caso em razão da decisão do TST pelo sobrestamento de todos os processos em trâmite com a discussão acerca da inclusão ou não de empresa responsável solidária em fase executória.</p> <p>Em 02/2023 foi indeferido o pedido do Reclamante para reconhecimento de grupo econômico, momento o qual o Reclamante interpôs Agravo de Petição.</p> <p>Em 08/2023 o processo foi sobrestado em razão do Tema 1232 do STF. Contudo, em 01/2024 o sobrestamento do processo foi retirado, tendo em vista que foi devidamente instaurado o incidente de desconsideração da personalidade jurídica da empresa.</p> <p>Após a interposição de Agravo de Petição pelo Reclamante, a Padtec Holding opôs Embargos de Declaração e posteriormente Recurso de Revista e Agravo de Instrumento, estando pendente de decisão pelo TST.</p> <p>O TST entendeu por negar seguimento ao recurso, motivo pelo qual foi interposto Agravo Interno.</p> <p>Atualmente o processo encontra-se sobrestado em razão de decisão judicial.</p>

#### 4.4 Processos não sigilosos relevantes

<b>g. resumo das decisões de mérito proferidas</b>	A sentença de 1ª instância condenou a empresa em: "i) Reconhecimento de grupo econômico entre as empresas EDITORA PINI S.A. e PSE LTDA; ii) Reconhecimento da unidade contratual do período de 01º de setembro de 1997 até 05 de fevereiro de 2016; iii) Reconhecimento do último salário no valor de R\$ 38.971,77 (trinta e oito mil, novecentos e setenta e um reais e setenta e sete centavos); iv) Retificação de CTPS; v) Verbas rescisórias; vi) Pagamento de comissões; vii) Anulação dos registros dos atos de eleição e destituição do Reclamante como "Diretor Estatutário" junto à CVM, sob pena de multa; viii) Seguro Desemprego; ix) Recolhimento do FGTS e multa de 40%; x) Multa do artigo 467 da CLT; xi) Multa do artigo 477 da CLT; xii) Multa por infração de Convenção Coletiva de Trabalho por ausência de reajuste salarial; e xiii) Honorários Periciais no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais)." A condenação foi arbitrada no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) e custas no importe de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais). Em sede de Recurso Ordinário, o acórdão negou provimento ao recurso do Reclamante. Já em sede de Execução, em relação ao Agravo de Petição interposto pelo Reclamante, foi julgado procedente, reconhecendo o grupo econômico entre a Editora Pini, Padtec Holding e Tech Build, com a consequente responsabilidade solidária e determinação da inclusão das empresas no polo passivo da demanda. O TST proferiu a decisão suspendendo o trâmite dos autos em razão do Tema 42 da IRR, que trata da desconsideração da personalidade jurídica de empresas em processos trabalhistas.
<b>h. estágio do processo</b>	Execução
<b>i. chance de perda (provável possível ou remota)</b>	Possível
<b>j. motivo pelo qual o processo é relevante</b>	Valor Patrimonial envolvido
<b>k. análise do impacto em caso de perda do processo</b>	Em caso de perda, a Padtec Holding. será obrigada a arcar com o valor da condenação.

Processo nº 1000139-05.2015.5.02.0720	
<b>a. juízo</b>	20ª Vara do Trabalho de São Paulo – Zona Sul
<b>b. instância</b>	2ª instância
<b>c. data da instauração</b>	29/01/2015
<b>d. partes no processo</b>	F. M. N. x Officer S/A Distribuidora de Produtos de Tecnologia Em Recuperação Judicial e Padtec Holding S.A.
<b>e. valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$ 1.772.901,75
<b>f. principais fatos</b>	Ação trabalhista movida por ex-empregada da ex-investida Officer, pleiteando: i) integração de valores pagos por fora; ii) horas extras; iii) intervalo intrajornada; iv) integração de ajuda de custo como verba salarial; v) diferenças de verbas rescisórias; vi) diferença salarial de 12/2012; vii) férias; viii) indenização por dano material (honorários advocatícios). Após audiência, foi aditada a Inicial requerendo a responsabilidade solidária da Ideiasnet S/A e Ideiasnet Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Recebíveis Comerciais e Serviços. Em audiência posterior, a Reclamante desistiu da inclusão da Ideiasnet Fundo de Investimento. Após a sentença, foram interpostos Recursos Ordinários os quais foram considerados intempestivos e desertos. Foi interposto Recurso de Revista, que teve o seu seguimento denegado. As partes apresentaram cálculos, sendo o processo direcionado para o Perito Contábil. Foram homologados os cálculos apresentados pelo Perito. As Reclamadas embargaram a Execução, onde a Officer indicou imóveis para garantir a execução, os quais foram rejeitados, em razão de ser imóveis de terceiros. Já os embargos à execução da Ideiasnet foram rejeitados por serem intempestivos. Ambas as Reclamadas agravaram de petição, os quais não foram conhecidos. A Ideiasnet interpôs Recurso de Revista, o qual teve o seu seguimento denegado, sendo posteriormente apresentado o Agravo de Instrumento, o qual foi denegado seguimento. Interposto Agravo Interno, sendo negado o seu provimento. Em sequência, foi interposto Recurso Extraordinário, o qual aguarda julgamento no STF.
<b>g. resumo das decisões de mérito proferidas</b>	Em sede de sentença houve a condenação da Officer e da Ideiasnet solidariamente (com reconhecimento de grupo econômico) em: integração dos pagamentos feitos por fora; horas extras; intervalo intrajornada; integração da ajuda de custo. Em sede de sentenças de Embargos de Declaração, foi deferida a compensação sobre as verbas pagas a mesmo título. Em sede de acórdão, os recursos das Reclamadas foram considerados intempestivos e desertos.
<b>h. estágio do processo</b>	Execução
<b>i. chance de perda (provável possível ou remota)</b>	Possível
<b>j. motivo pelo qual o processo é relevante</b>	Valor Patrimonial envolvido

#### 4.4 Processos não sigilosos relevantes

k. análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a Padtec Holding será obrigada a com o valor da condenação.
--	---

- Processos de natureza tributária:

##### Padtec Holding S.A.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia figurava como parte em um processo judicial de natureza tributária, como autora, em razão de sucessão por incorporação da então controlada Automatos Participações Ltda em 24 de novembro de 2022. Não apresenta relevância, seja por critério patrimonial ou estratégico, na avaliação da Companhia.

##### Padtec S.A.

Abaixo, seguem os principais processos de natureza tributária nos quais a Padtec S.A. e/ou suas controladas faziam parte em 31 de dezembro de 2025:

Processo nº 0059419-17.2011.8.26.0114 (114.01.2011.059419-0)	
a. juízo	Setor das Execuções Fiscais, Campinas – SP
b. instância	2ª instância
c. data da instauração	15/09/2011
d. partes no processo	Estado de São Paulo x Padtec S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 7.100.329,69
f. principais fatos	Trata-se de Execução Fiscal (0059419-17.2011.8.26.0114) e Embargos à Execução (114.01.2012.000661-3) relativos à créditos de ICMS exigidos por meio do AIIM nº 3.055.911-0 em decorrência de supostas infrações quanto (i) ao pagamento do tributo; (ii) ao crédito do tributo; e (iii) a documentos e impressos fiscais.  Em 27/04/2016, os Autos foram suspensos tendo em vista a interposição de Embargos à Execução, processo nº 0000661-11.2012.8.26.0114 e devolvidos pelo Estado de São Paulo. Em abril/ 2020, prolatada sentença em 1ª instância.  Em agosto/ 2020, foram opostos embargos de declaração pela Padtec. Embargos rejeitados em 04/07/2023. Em 20/07/2023, protocolado recurso de apelação. Em 31/12/2025, sem novas atualizações.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Parcialmente procedente para cancelar o imposto, mantendo, todavia, a exigência das multas, sob o argumento de que decorreriam de obrigações acessórias, as quais seriam devidas independentemente da exoneração do imposto.
h. estágio do processo	Apelação
i. chance de perda (provável possível ou remota)	Possível
j. motivo pelo qual o processo é relevante	Valor patrimonial envolvido.
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso, pela investida Padtec S.A., do valor discutido nos autos devidamente atualizados. O valor apenas da multa está em R\$ 2.118.609,51.

Processo nº 5009008-74.2021.4.03.6105 (Embargos nº 5013070-60.2021.4.03.6105)	
a. juízo	5ª Vara Federal de Campinas – SP
b. instância	2ª instância
c. data da instauração	06/10/2021
d. partes no processo	União Federal x Padtec S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 2.744.558,01

## 4.4 Processos não sigilosos relevantes

<b>f. principais fatos</b>	Trata-se de Execução Fiscal consubstanciada na CDA nº 80 6 21 127486-04, que visa a cobrança dos débitos do Processo Administrativo nº 10831 724290/2014-65 referente ao Auto de Infração lavrado para exigência de Multa Regulamentar e diferenças apuradas a título de II, IPI, PIS e COFINS, em decorrência de suposto erro de classificação fiscal do produto denominado Módulo 10G. Ano calendário: 2006, 2007, 2008, 2009, 2010. Distribuídos em 04/10/2021 os Embargos à Execução Fiscal. Embargos recebidos no efeito suspensivo. Em 25/01/2022, apresentada à Impugnação aos Embargos à Execução Fiscal pela PFN. Perícia realizada em 17/10/2022. Em 13/12/2022 o Sr. Perito apresentou o laudo pericial e requereu a autorização para levantar seus honorários. Em 10/02/2023, protocolizada petição de manifestação ao laudo pericial, apresentando dois quesitos complementares a serem respondidos pelo Sr. Perito. Em 29/06/2023, apresentado Laudo Pericial Complementar. Em 14/07/2023, protocolizada manifestação ao Laudo Pericial Complementar. Em 26/10/2023, publicada sentença. Em 04/03/2024, houve a interposição de Recurso de Apelação pela Fazenda. Em 05/06/2024 protocolizada contrarrazões de recurso de apelação. Recurso pendente de julgamento. Em 31/12/25 sem novas movimentações.
<b>g. resumo das decisões de mérito proferidas</b>	Em 26/10/2023, publicada sentença que julgou procedente o nosso pedido para declarar a inexigibilidade da multa prevista nos autos e assim desconstituir a CDA nº 80621 127486-04, que instrui a execução fiscal nº 5009008-74.2021.4.03.6105.
<b>h. estágio do processo</b>	Apelação
<b>i. chance de perda (provável possível ou remota)</b>	Possível
<b>j. motivo pelo qual o processo é relevante</b>	Valor patrimonial envolvido.
<b>k. análise do impacto em caso de perda do processo</b>	Desembolso, pela investida Padtec S.A., do valor discutido nos autos devidamente atualizados.

Processo nº 44.498-A	
<b>a. juízo</b>	Prefeitura Municipal de Belo Horizonte-MG
<b>b. instância</b>	Recursal - Auto de Infração
<b>c. data da instauração</b>	27/05/2019
<b>d. partes no processo</b>	Prefeitura Municipal de Belo Horizonte-MG x PSG – Padtec Serviços Globais de Telecomunicações Ltda. (incorporada pela Padtec S/A)
<b>e. valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$ 6.365.916,70
<b>f. principais fatos</b>	Auto de Infração lavrado pelo Município de Belo Horizonte para a cobrança de ISSQN à alíquota de 5%, relativo a supostos serviços prestados pela empresa PSG, por sua filial estabelecida na cidade de Belo Horizonte/MG, no período de abril/2015 a abril/2016 e julho/2016. Em 28/06/2019 foi apresentada Impugnação. Em 18/11/2020, foi recebida intimação com a revisão de ofício do AIIM que o manteve na íntegra. Em 07/12/21, foi recebida intimação com decisão de 1ª instância que manteve o lançamento fiscal, abrindo prazo para recurso. Em 07/01/2022 apresentado o Recurso Voluntário ao CART (um recurso para os 2 processos vinculados). Em 25/07/22 o Recurso Voluntário deu entrada no CART. Em novembro de 2022, foi proferida a decisão. Em 17/06/2024, recebida a intimação do Acórdão. Em 28/06/2024, protocolizado o Recurso Especial. Em 31/12/2025, sem novas atualizações.
<b>g. resumo das decisões de mérito proferidas</b>	Em 07/12/21, decisão de 1ª instância que manteve o lançamento fiscal. Em 23/11/22, finalizado o julgamento para cancelar a multa qualificada e excluir a responsabilidade dos sócios e, por maioria, manter o AITI de obrigação acessória e o AITI da obrigação principal.
<b>h. estágio do processo</b>	Aguardando julgamento do Recurso Especial.
<b>i. chance de perda (provável possível ou remota)</b>	Possível
<b>j. motivo pelo qual o processo é relevante</b>	Valor patrimonial envolvido.

#### 4.4 Processos não sigilosos relevantes

<b>k. análise do impacto em caso de perda do processo</b>	Desembolso, pela Padtec, do valor discutido nos autos devidamente atualizados.
---	--

<b>Processo nº 5010321-31.2025.4.03.6105</b>	
<b>a. juízo</b>	Delegacia da Receita Federal de Julgamento
<b>b. instância</b>	1ª instância da esfera administrativa
<b>c. data da instauração</b>	31/10/2013
<b>d. partes no processo</b>	Receita Federal do Brasil x Padtec S.A.
<b>e. valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$ 4.820.452,83
<b>f. principais fatos</b>	Trata-se de Execução Fiscal ajuizada pela União Federal em face da Padtec. Em linhas gerais, a cobrança veiculada por meio do presente executivo decorre do [suposto] não recolhimento dos valores a título de PIS e Cofins, referente ao período compreendido entre 2012 e 2016 e o ano de 2018, em razão dos desdobramentos advindos da ação judicial de nº 0001621-50.2008.4.03.6105, por meio da qual discutiu-se a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins – controvérsia à época submetida ao Tema 69/STF. Em 05/12/2025, protocolada a exceção de pré-executividade alegando prescrição.
<b>g. resumo das decisões de mérito proferidas</b>	Não houve decisão de mérito neste caso.
<b>h. estágio do processo</b>	Conhecimento
<b>i. chance de perda (provável possível ou remota)</b>	Possível
<b>j. motivo pelo qual o processo é relevante</b>	Valor patrimonial envolvido.
<b>k. análise do impacto em caso de perda do processo</b>	Desembolso, pela investida Padtec, do valor discutido nos autos devidamente atualizados.

#### Campinas

Rua James Clerk Maxwell, 507  
Parque Tecnológico Techno Park  
Campinas • SP • CEP 13.069-380

+55 19 2104-9700  
padtec@padtec.com.br

## 4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA 2026 – SEÇÃO 4

#### 4. Fatores de Risco

4.5. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4

O valor total provisionado pela Companhia relacionado aos processos detalhados no item 4.4 é de R\$ 2.734.218,25.

#### **Campinas**

Rua James Clerk Maxwell, 507  
Parque Tecnológico Techno Park  
Campinas • SP • CEP 13.069-380

+55 19 2104-9700  
padtec@padtec.com.br

## 4.6 Processos sigilosos relevantes

## FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA 2026 – SEÇÃO 4

## 4. Fatores de Risco

4.6. Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados no item 4.4, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos

Processo nº 0011756-95.2019.5.15.0131	
a. juízo	12ª Vara do Trabalho de Campinas
b. instância	2ª instância
c. data da instauração	13/12/2019
d. partes no processo	R. M. O. X Padtec S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 2.804.833,37
f. principais fatos	<p>Ação trabalhista ajuizada por ex-empregado que pleiteia o pagamento de adicional de insalubridade e/ou periculosidade e fornecimento de PPP; declaração de ocorrência de doença de trabalho típico; o reconhecimento da responsabilidade objetiva patronal; reintegração ao emprego; danos morais; a anulação da dispensa por justa causa e convertida em demissão sem justa causa; o pagamento de horas extras e reflexos; e honorários advocatícios.</p> <p><b>Processo principal</b> Laudo médico (28/09/2021) reconheceu concausa de 25%, sem incapacidade. Em 31/03/2022, realizada audiência de instrução. Em 27/05/2022, sentença parcialmente procedente, com condenação por reversão da justa causa, insalubridade, horas extras e honorários. Após recursos de ambas as partes, foi publicado acórdão em 28/11/2023, mantendo a reversão da justa causa e acrescentando danos morais (R\$ 5.000,00) e intervalo interjornada. Recursos posteriores da reclamada não foram providos (TST, 29/05/2025). Em 30/07/2025, ocorreu o trânsito em julgado. Em 17/09/2025, determinada a transferência dos depósitos para execução. Processo arquivado em 20/11/2025.</p> <p><b>Execução provisória</b> Divergência de cálculos levou à perícia contábil (dez/2022), que apurou R\$ 96.688,94, valor posteriormente homologado (26/05/2023). A reclamada apresentou embargos à execução, parcialmente acolhidos em 18/04/2024. Recursos de ambas as partes foram negados (05/08/2024). Novos embargos do reclamante foram acolhidos apenas para esclarecimentos, sem alteração do resultado (2024–2025). Recurso de revista da reclamada teve seguimento negado (25/06/2025), com agravo em trâmite no TST desde 24/07/2025.</p>
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Em 01/06/2022, publicada a sentença que julgou parcialmente procedentes os pedidos do Autor. Em 30/10/2023, foi publicado acórdão que reformou parcialmente a sentença. Em 21/02/2024, foi publicado acórdão conhecendo os Embargos de Declaração da Padtec parcialmente.
h. estágio do processo	Julgamento TRT
i. chance de perda (provável possível ou remota)	Provável, sendo considerado o valor de R\$ 92.248,76 como provável e o valor de R\$ 138.149,78 como possível.
j. motivo pelo qual o processo é relevante	Valor patrimonial envolvido.
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a investida será obrigada a arcar com o valor da condenação.

## 4.7 Outras contingências relevantes

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA 2026 – SEÇÃO 4

#### 4. Fatores de Risco

##### 4.7. Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

Quando da venda das antigas investidas da Padtec Holding (então chamada Ideiasnet S.A.), estas apresentavam dívidas e contingências relevantes, especialmente de natureza tributária e trabalhista, que ficaram sob responsabilidade dos compradores. A depender do desempenho destas sociedades e da condução de suas atividades pelos compradores e novos administradores, a responsabilidade sobre tais dívidas e contingências pode eventualmente recair sobre a Companhia, como tem ocorrido em alguns processos trabalhistas das então investidas Officer e Pini, especialmente, ainda que, de acordo com os termos e condições específicos de cada contrato de compra e venda, a Companhia não tenha obrigação de responder por tais passivos.

Há, ainda, 57 processos administrativos fiscais, dos quais 13 são considerados de risco possível, e nos demais, o risco de perda é classificado como remoto. Tratam-se de Pedidos de Ressarcimento vinculados às Declarações de Compensação da controlada Padtec S.A., com créditos decorrentes de pagamento a maior dos impostos (IPI, COFINS, Cide e outros), não cumulativa, referentes a diversos períodos integralmente indeferidos e não homologados. O valor em risco totaliza, em 31 de dezembro de 2025, R\$ 6.591.805,98. Com relação aos processos classificados como de risco possível, em outubro de 2024, a manifestação de inconformidade não foi conhecida nos processos. Em dezembro, a Companhia interpôs recurso voluntário contra a decisão.

#### Campinas

Rua James Clerk Maxwell, 507  
Parque Tecnológico Techno Park  
Campinas • SP • CEP 13.069-380

+55 19 2104-9700  
padtec@padtec.com.br

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado



### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA 2026 – SEÇÃO 5

#### 5. Política de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos

5.1. Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos Corporativos (“Política de Gestão de Riscos”), aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada no dia 23 de fevereiro de 2021 e aditada em reuniões do Conselho de Administração realizadas em 25 de março de 2025 e 18 de setembro de 2025.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

O objetivo da Política de Gestão de Riscos da Companhia é estipular as diretrizes, princípios, papéis e responsabilidades no gerenciamento de riscos corporativos da Companhia, bem como o desenvolvimento, disseminação e implementação da cultura de gerenciamento de riscos, por meio da orientação dos processos de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos mapeados, visando promover melhoria contínua para os processos da Companhia e a obtenção de melhores resultados.

Com a implementação da Política de Gestão de Riscos, espera-se proteger e criar valor para a Companhia por meio da identificação dos riscos e do mapeamento dos processos, sistemas e controles que suportam suas atividades, permitindo a melhor tomada de decisão por sua administração.

I. os riscos para os quais se busca proteção

Para cumprimento dos objetivos propostos na Política de Gestão de Riscos da Companhia, os riscos aos quais a Companhia busca proteção estão descritos abaixo:

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado



CATEGORIA DOS RISCOS	DESCRIÇÃO DA CATEGORIA DOS RISCOS
<b>ESTRATÉGICO</b>	Riscos associados à tomada de decisões pela Administração da Companhia cuja materialização pode gerar perda substancial de valor econômico, de capital ou de participação de mercado da Companhia, como consequência de planejamento e/ou decisões falhas, usualmente relacionadas às estratégias de negócio/participação no mercado, investimentos, sucessão, inovação, competição e ambiente de negócios. São, portanto, riscos que podem prejudicar o núcleo do modelo de negócios da Companhia, desafiam a lógica das escolhas estratégicas, ameaçam a competitividade e prejudicam a capacidade de se alcançar ou manter um desempenho excepcional.
<b>OPERACIONAL</b>	Riscos decorrentes de falhas de processos e controles, falta de consistência e adequação dos sistemas de informação, bem como oriundos de erros ou fraudes que prejudiquem ou impossibilitem o exercício das atividades da Companhia. Os riscos operacionais geralmente acarretam redução, degradação ou interrupção, total ou parcial, das atividades da Companhia, com possível impacto negativo reputacional, além da potencial geração de passivos contratuais, regulatórios e ambientais.  Além disso, também incluem riscos financeiros que podem afetar de forma adversa as finanças da Companhia, associados à exposição das operações financeiras e relacionados a variações nos valores de seus ativos e passivos, descumprimento de obrigações financeiras de contrapartes, alto custo ou incapacidade de cumprir as obrigações financeiras, ineficiência na alocação de capital e falhas nos relatórios e reportes financeiros.

### II. os instrumentos utilizados para proteção

O processo de gestão de riscos da Companhia foi definido com base nas orientações do COSO – Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission e na norma ISO 31000: 2018 - Princípios e Diretrizes da Gestão de Riscos e é parte integrante do desenvolvimento das atividades da Companhia, incorporado na cultura e nas práticas organizacionais e adaptado aos processos de negócios. Este processo é constituído pelas seguintes etapas subsequentes e dependentes:

- etapa 1: Estabelecimento do contexto externo e do contexto interno
- etapa 2: Identificação dos Riscos
- etapa 3: Análise dos Riscos
- etapa 4: Avaliação dos Riscos
- etapa 5: Tratamento dos Riscos
- etapa 6: Monitoramento
- etapa 7: Comunicação

### III. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos<sup>1</sup>

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da Companhia considera a atuação

<sup>1</sup> A descrição deve contemplar (a) a indicação dos órgãos de administração, comitês ou outras estruturas assemelhadas; (b) discriminação das responsabilidades específicas de cada um desses órgãos, comitês ou de estruturas assemelhadas, e de seus membros, no gerenciamento de riscos; e (c) a estrutura hierárquica de tais órgãos, comitês ou estruturas assemelhadas.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado



conjunta dos órgãos de governança corporativa e de gestão, de acordo com o conceito das três linhas de defesa, conforme competências descritas abaixo:

- **1ª Linha de Defesa (Liderança - *front e back offices*)**

Contempla a gestão operacional, representada pelas diretorias, gerências e demais colaboradores das áreas e unidades de negócio que atuam diretamente nas operações e tarefas do dia a dia.

Os empregados que atuam na 1ª Linha de Defesa possuem propriedade sobre os riscos e são os responsáveis por implementar as ações corretivas com o objetivo de resolver as deficiências de controle e de processos, mitigando os riscos relacionados às atividades por eles exercidas. Desempenham papel crucial no relacionamento com a 2ª Linha de Defesa durante o processo de identificação de mapeamento de riscos, bem como no processo de execução dos planos de ação definidos pelas áreas de Gestão de Riscos, Controles Internos ou Auditoria Interna.

Os gestores são responsáveis por gerir os riscos inerentes aos processos sob sua responsabilidade a partir da identificação, avaliação, monitoramento e tratamentos desses riscos, com a participação das demais áreas a serem envolvidas, conforme divisão de competências prevista na Política de Gestão de Riscos.

Reporte à 2ª Linha de Defesa sobre os riscos inerentes às atividades exercidas pela 1ª Linha de Defesa que ainda não estejam cobertos por controles que mitiguem sua probabilidade de ocorrência e/ou impacto.

Implementação e monitoramento dos planos de ação para tratamento das deficiências identificadas nos respectivos processos.

Reporte da ocorrência de materialização dos riscos para a 2ª Linha de Defesa de imediato para tratamento e elaboração dos planos de ação.

- **2ª Linha de Defesa (áreas de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance*)**

Possui status de prevenção em relação aos riscos, com ênfase em controles internos e *compliance* das leis e regulamentos aplicáveis à Companhia, como também em relação aos aspectos de controladoria, com o monitoramento dos riscos financeiros e questões de reporte financeiro.

Deve orientar, monitorar e avaliar a aderência aos padrões e políticas definidas e dar suporte à 1ª Linha de Defesa para atingir os objetivos estabelecidos pela Companhia.

Deve assessorar a 1ª Linha de Defesa nos aspectos de controles internos, procedimentos, normas, e apoiar as políticas de gestão, definir papéis e responsabilidades, identificar mudanças de apetite a risco da Companhia, auxiliar a construção de processos, controles e procedimentos.

Facilitação, comunicação e monitoramento das práticas de gestão de riscos e auxílio na identificação de riscos segundo o apetite a riscos estabelecido pela Administração.

Avaliação da vulnerabilidade do ambiente de controles dos processos da Companhia através dos testes de efetividade.

Monitoramento da implementação dos planos de ação para as falhas identificadas e elaboração do planejamento da Gestão de Riscos.

- **3ª Linha de Defesa (área de Auditoria Interna)**

Fornece à Administração e aos órgãos de governança da Companhia, através do Comitê Estatutário de Auditoria e Riscos, avaliações estruturadas dos riscos mapeados, com base nos eventos e consequências relacionados, de forma independente e com objetividade dentro da Companhia.

De forma detectiva, provê avaliações sobre o status da governança, dos controles

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado



internos estruturados e de que forma este cenário impacta os objetivos da Companhia, tendo no seu escopo a avaliação de eficiência e eficácia da operação, salvaguarda de ativos, confiabilidade de informações, integridade dos processos, aderência em relação a leis, regulamentos, políticas e procedimentos, e análise dos processos das áreas de negócio e de apoio da Companhia.

Elaboração e operacionalização do plano de auditoria interna, por área da Companhia, de acordo com os riscos previamente mapeados e priorizados.

Avaliação da eficiência dos controles internos, com a medição do potencial impacto e probabilidade da eventual falha dos controles. Aos controles deficientes devem ser atreladas deficiências de Controles, sendo recomendado aos gestores das áreas responsáveis a criação de Planos de Ação para mitigação dos respectivos riscos.

Identificação de Ausências de Controles internos, com recomendação aos gestores das áreas responsáveis de criação de planos de ação, que resultem na elaboração de controles internos para mitigação dos respectivos riscos.

Identificação de apontamentos gerais sobre os processos auditados, com recomendação aos gestores das áreas responsáveis de criação de planos de ação para mitigação dos respectivos riscos.

Acompanhamento dos Planos de Ação sobre deficiências, ausências de controles internos e apontamentos gerais, identificados pela Auditoria Interna.

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Considerando a Política de Gestão de Riscos da Companhia, bem como as atribuições de cada órgão envolvido no processo de identificação, mapeamento e mitigação de riscos descritos acima, a Companhia entende que a atual estrutura operacional e de controles internos e gestão de riscos é adequada para a verificação da efetividade de sua Política de Gestão de Riscos e está preparada para prevenir e detectar fraudes e erros. A Companhia está constantemente buscando aprimorar os processos de controles e gestão de riscos, sempre visando à segurança e mitigação de seus riscos. Os procedimentos de controles internos e de gestão de riscos são ajustados e adaptados à medida que se julgue necessário.

## 5.2 Descrição dos controles internos



### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA 2026 – SEÇÃO 5

#### 5. Política de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos

5.2. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia segue processos internos que garantem o adequado fechamento contábil e o fluxo de informações, contendo as práticas e políticas contábeis vigentes, cronograma, fluxograma e checklist de atividades e pacote de divulgações. Dentre as práticas de controles internos adotadas, a Companhia destaca:

- Gerenciamento de riscos corporativos;
- Instituição de políticas corporativas relevantes de *compliance* e controles internos;
- Aprimoramento do *compliance* anticorrupção;
- Disponibilização de Canal de Denúncias, com aprimoramento contínuo; e
- Estrutura de Auditoria Interna, com escopo de atuação baseado na Política de Gestão de Riscos da Companhia, com reporte periódico ao Conselho de Administração, através do Comitê Estatutário de Auditoria e Riscos, em conformidade com as melhores práticas de governança corporativa.

Em relação à elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia elabora suas demonstrações financeiras com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), incluindo a legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

A Companhia revisa suas práticas conforme necessidade, com o objetivo de aperfeiçoar seus níveis de controle. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia possui práticas de controles internos baseados em premissas do Internal Control – Integrated Framework emitido pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – COSO e NBR-ISO 31000, com o objetivo de prezar pelo monitoramento eficiente e adequado do ambiente de controles internos, com base nos seus processos operacionais e financeiros.

A avaliação da estrutura de controles internos tem por objetivo fornecer conforto razoável em relação à confiabilidade das informações contábeis e à elaboração das demonstrações financeiras para divulgação externa. Nesse sentido, os controles internos da Companhia sobre a preparação das demonstrações financeiras incluem as políticas e procedimentos que, no entendimento da Companhia:

- se relacionam à manutenção dos registros que refletem precisa e adequadamente as transações e a alienação de seus ativos;
- fornecem segurança razoável de que as transações são registradas de forma a permitir a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e que seus recebimentos e pagamentos estão sendo feitos somente

## 5.2 Descrição dos controles internos



- de acordo com autorizações da administração da Companhia; e
- fornecem segurança razoável em relação à prevenção ou detecção de eventuais fraudes ou erros que poderiam ter um efeito relevante nas demonstrações financeiras.

O gerenciamento de riscos e controles internos relacionados à elaboração das demonstrações financeiras é realizado pela área de Controladoria da Companhia, por meio de informações recebidas e das análises de resultados apresentados em reuniões com a Diretoria.

A Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório. Todos os controles chaves da Companhia são mapeados para mitigar riscos e validados periodicamente.

A Companhia trabalhou ao longo de 2025 para atender e sanar os eventuais pontos levantados pelos seus auditores independentes no relatório de controles internos referente ao exercício anterior.

### b. as estruturas organizacionais envolvidas

A estrutura organizacional segue o modelo das três linhas de defesa (conforme descrito no item 5.1 deste Formulário de Referência), tendo uma parte significativa da estrutura organizacional envolvida nas atividades de controles internos.

A área de Controladoria da Companhia se reporta para a Diretoria Financeira, sendo responsável por atuar de forma objetiva por meio de controle dos processos e avaliação do impacto que eventual falha de controle possa prejudicar à elaboração das demonstrações financeiras.

O Comitê Estatutário de Auditoria e Riscos é responsável, dentre outras atribuições, por supervisionar as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar a sua independência e a qualidade dos serviços prestados, bem como acompanhar as atividades das áreas de auditoria interna e de controles internos da Companhia.

### c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A Auditoria Interna, que se reporta ao Comitê Estatutário de Auditoria e Riscos e possui autonomia de atuação, tem a responsabilidade de avaliar o grau de eficiência dos controles internos da Companhia.

A Auditoria Interna revisa periodicamente os processos da Companhia, avaliando os riscos operacionais destes processos, além de manter uma matriz de riscos e controles das áreas de negócio e da Administração, a qual é submetida periodicamente a testes dos referidos controles, com as devidas validações e pontos de ajustes realizados pelas diversas áreas da Companhia, em um processo de monitoramento e melhoria contínua.

Vale salientar, ainda, conforme a descrição de linhas de defesa, que a supervisão da eficácia dos controles internos da Companhia é também realizada e defendida pelas demais áreas da Companhia, que validam, revisam e atuam conforme os processos estabelecidos e disponibilizados internamente.

## 5.2 Descrição dos controles internos

padtec

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Em relação ao exercício de 31 de dezembro de 2025, na opinião dos auditores independentes da Companhia, não foram identificadas deficiências significativas nos controles internos.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A Companhia não apresentou deficiência significativa no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

## 5.3 Programa de integridade



### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA 2026 – SEÇÃO 5

#### 5. Política de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos

5.3. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

A Companhia possui práticas e procedimentos de integridade que têm como objetivo a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública. A fim de consolidar todas as práticas adotadas, a Companhia as formalizou em seu Código de Ética e Conduta. Essas normas internas voltadas à integridade reúnem um conjunto de mecanismos e procedimentos internos utilizados na prevenção, detecção e combate a desvios de conduta e descumprimento da legislação aplicável, tais como fraudes e corrupção.

Ademais, também está em vigor na Companhia a Política Anticorrupção e de Relacionamento com Setor Público, aprovada pela Diretoria em 02 de fevereiro de 2021.

- I. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

O Código de Ética e Conduta da Padtec prevê os princípios e valores da Companhia, além das regras e diretrizes que devem ser observadas na condução dos negócios da Companhia, respeitando as diferenças individuais, a legislação, os princípios éticos e sua cultura organizacional, evidenciando, portanto, o compromisso da Companhia com a disseminação de uma cultura de honestidade, boas práticas de gestão e a constante promoção de um ambiente corporativo transparente e ético. Ademais, a Companhia adota Políticas, Práticas e Procedimentos de integridade, para aproximar tal conceito ao dia-a-dia de seus colaboradores, e garantir sua observância.

A Companhia promove o cumprimento de todas as leis municipais, estaduais, federais e internacionais vigentes e aplicáveis ao seu negócio, nos contratos e convênios estabelecidos com o poder público e respeita as prescrições morais, de forma a assegurar relações transparentes, justas e profissionais, observando especialmente a Lei nº 12.486/2013 (Lei Anticorrupção), a Convenção sobre o Combate à Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), promulgada pelo Decreto nº 3.678/2000, e o FCPA- Foreign Corrupt Practices Act, - Act, 15 U.S.C. §§ 78dd-1 et seq., dos Estados Unidos da América, no que for aplicável (todos diplomas conjuntamente denominados “Legislação Anticorrupção”).

Os atos lesivos elencados na Legislação Anticorrupção, bem como qualquer prática de corrupção, de forma direta ou indireta, através de promessa, suborno, autorização ou oferta em nome da empresa de qualquer natureza ou mediante pagamento de propina a agente ou servidor do governo, partido político, candidato a mandato político ou qualquer outra pessoa, são atitudes

## 5.3 Programa de integridade



repudiadas e proibidas pela Companhia. Entende-se por agente do governo qualquer pessoa que atue em função oficial em nome de um governo, agência, departamento da Administração Pública, nacional ou estrangeira.

O Código de Ética e Conduta da Companhia também dispõe que cabe a todos os membros do Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento, membros do Conselho Fiscal, quando instalado, Diretores, empregados e estagiários da Companhia e de suas controladas, assim como aos terceiros contratados e qualquer pessoa agindo em seu nome, interesse e/ou benefício, a responsabilidade pelo cumprimento da legislação de prevenção à lavagem de dinheiro e demais fraudes, devendo todos manter-se alertas e atentos a transações não usuais, sendo certo que sempre que observarem uma transação suspeita, seja por meio de contratos com fornecedores ou clientes ou na própria atividade da empresa, devem relatá-la imediatamente ao seu superior ou ao Comitê de Ética da Companhia.

Os colaboradores que estiverem envolvidos em quaisquer práticas de lavagem de dinheiro ou qualquer outra prática de cunho ilegal, como por exemplo corrupção, recebimento de propina, fraude, entre outros, serão devidamente responsabilizados penal e administrativamente por suas ações.

Por fim, o Código de Ética e Conduta da Companhia é orgânico, portanto, está em constante desenvolvimento, de modo que quaisquer alterações necessárias são avaliadas periodicamente pelo Comitê de Ética e pelo Conselho de Administração.

- II. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A pessoa encarregada pelo Jurídico da Companhia atualmente exerce o cargo de *Compliance Officer*, sendo responsável pelo monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade.

A Companhia possui ainda um Comitê de Ética, órgão não estatutário colegiado da Companhia, de caráter independente e permanente, que tem como propósito avaliar, acompanhar e apurar as denúncias, questões e dúvidas que envolvem aspectos e valores éticos e de conduta da Companhia, dos membros do Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento, membros do Conselho Fiscal, quando instalado, Diretores, empregados e estagiários da Companhia e de suas sociedades controladas, assim como terceiros contratados e qualquer pessoa agindo em nome, interesse e/ou benefício da Companhia ou de suas controladas, a fim de suportar as medidas e decisões tomadas pelo Conselho de Administração e, quando for o caso, pela Diretoria.

O Comitê de Ética tem como atribuição apurar com rigor e imparcialidade quaisquer denúncias, questões e dúvidas relacionadas ou decorrentes do Código de Ética e Conduta da Companhia realizadas por meio dos Canais de Diálogo (em especial, o Canal de Denúncia) disponibilizados pela Companhia, incluindo aquelas relacionadas a supostas violações da Legislação Anticorrupção.

### 5.3 Programa de integridade



Por sua vez, a *Compliance Officer* será responsável pelo tratamento de dúvidas, dilemas éticos e situações não previstas no Código de Ética e Conduta, bem como pela análise do caso concreto de descumprimento ou violação do Código de Ética e Conduta e de seus princípios, sendo que a aplicação de eventuais sanções e medidas cabíveis deverão ter a validação da Diretoria da Companhia.

- III. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:
- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados
  - as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas
  - órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui um Código de Ética e Conduta que apresenta as diretrizes de comportamento esperadas por parte dos colaboradores, Administradores e executivos da Companhia nas suas relações internas e, entre outros, com clientes, fornecedores, acionistas, com a comunidade e com órgãos públicos em geral.

O Código de Ética e Conduta é destinado a todos os colaboradores, Administradores e executivos da Companhia, independentemente do nível hierárquico, localização geográfica ou funcional, assim como terceiros contratados para agir em nome, interesse e/ou benefício da Companhia.

O não cumprimento dos termos do Código de Ética e Conduta poderá sujeitar os colaboradores, Administradores e executivos da Companhia a medidas disciplinares, que incluem advertência, suspensão, demissão por justa causa e demais penalidades previstas na legislação trabalhista, independentemente de outras ações que a Companhia possa adotar, seja na esfera cível, criminal e/ou trabalhista.

O Código de Ética e Conduta da Companhia está disponível nos sites da Companhia ([www.padtec.com.br](http://www.padtec.com.br)), da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)). Sua última revisão foi aprovada em Reunião de Conselho de Administração da Companhia realizada em 18 de setembro de 2025.

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros
- se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados
- se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé
- órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

Através de formulário disponível na área Canal de Denúncia de seu website (<https://www.padtec.com.br/canal-de-denuncia/>), qualquer pessoa, seja colaborador ou terceiro, com ou sem vínculo com a Companhia, pode enviar comentários ou reportar violações ao Código de Ética e Conduta, inclusive anonimamente se preferir. Os relatos podem ser compartilhados

### 5.3 Programa de integridade

também através do e-mail [etica@padtec.com.br](mailto:etica@padtec.com.br). O anonimato é garantido para todas as pessoas que não queiram se identificar, mas realizam relatos sobre situações que atinjam as regras de conduta ética estabelecidas pela Companhia.

O canal de denúncias da Padtec é administrado internamente e as informações apresentadas nas denúncias são captadas e disponibilizadas para apuração e tratamento pelo Comitê de Ética, o qual, após análise e verificação dos fatos, reporta os casos ao Conselho de Administração.

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas<sup>1</sup>

Nos últimos três exercícios sociais não houve nenhum caso na Companhia.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, uma vez que a Companhia adota o Código de Ética e Conduta e a Política de Gestão de Riscos, conforme já descrito neste Formulário de Referência, como forma de prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

---

<sup>1</sup> A indicação pelo emissor dos casos independe de decisão administrativa ou judicial sobre os fatos detectados.

## 5.4 Alterações significativas



### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA 2026 – SEÇÃO 5

#### 5. Política de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos

5.4. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia está exposta.

## 5.5 Outras informações relevantes

padtec

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA 2026 – SEÇÃO 5

#### 5. Política de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos

##### 5.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não existem outras informações consideradas relevantes além daquelas divulgadas nos itens anteriores.

## 6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. – BNDESPAR</b>						
00.383.281/0001-09	Brasil	Sim	Não	01/06/2020		
Não						
18.084.240	22,756	0	0,000	18.084.240	22,756	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>		
TOTAL	0	0.000				
<b>FUNDAÇÃO CPQD - CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICAÇÕES</b>						
02.641.663/0001-10	Brasil	Não	Sim	01/06/2020		
Não	FUNDAÇÃO CPQD - CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICAÇÕES		Juridica	02.641.663/0001-10		
43.075.127	54,203	0	0,000	43.075.127	54,203	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>	<b>Ações (%) da espécie</b>	<b>Ações (%) do capital social</b>		
TOTAL	0	0.000				
<b>AÇÕES EM TESOURARIA</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
<b>OUTROS</b>						
18.310.259	23,041	0	0,000	18.310.259	23,041	
<b>TOTAL</b>						

## 6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
79.469.626	100,000	0	0,000	79.469.626	100,000	

## 6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
FUNDAÇÃO CPQD - CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICAÇÕES				02.641.663/0001-10		
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
1	100,000	1	100,000	2	100,000	
TOTAL						
1	50,000	1	50,000	2	100,000	

### 6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	30/04/2026
Quantidade acionistas pessoa física	4.760
Quantidade acionistas pessoa jurídica	16
Quantidade investidores institucionais	27

#### Ações em Circulação

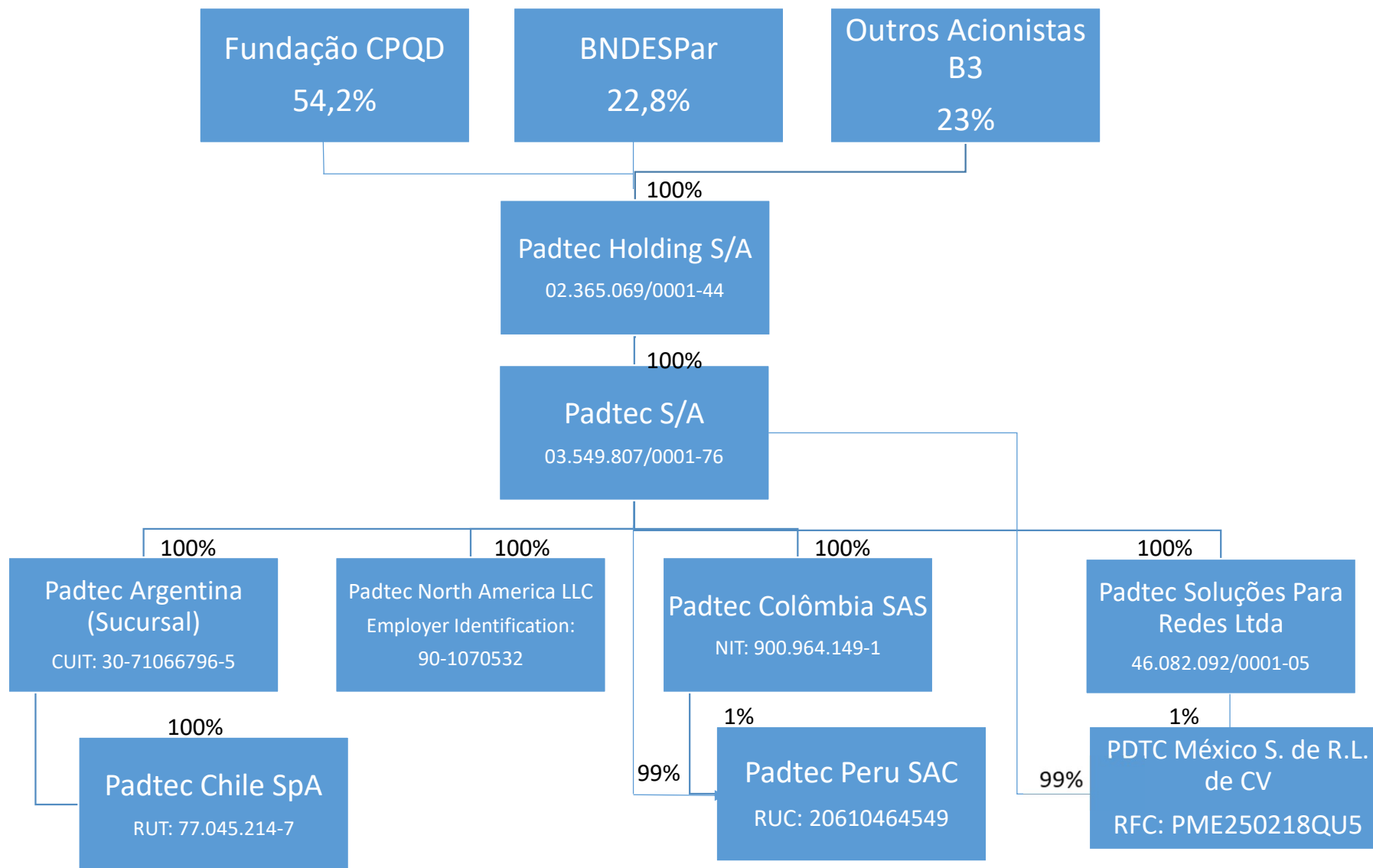
*Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria*

Quantidade ordinárias	35.549.200	44,733%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	35.549.200	44,733%

## 6.4 Participação em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Participação do emisor (%)
PADTEC S.A.	03.549.807/0001-76	100,00

### 6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico



## 6.6 Outras informações relevantes

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA 2026 – SEÇÃO 6

#### 6. Controle e Grupo Econômico

6.6. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não existem outras informações consideradas relevantes além daquelas já divulgadas ao longo deste item 6.

## 7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA 2026 – SEÇÃO 7

#### 7. Assembleia Geral e Administração

7.1. Descrever as principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal do emissor, identificando:

a. principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

A Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitês de Assessoramento e Diretoria Estatutária da Padtec Holding S.A. (“Política de Indicação”) visa estabelecer princípios, diretrizes, critérios, procedimentos e responsabilidades a serem observados na indicação de membros para esses órgãos, tanto para a Companhia como para suas controladas, garantindo a composição adequada dos órgãos e alinhamento às melhores práticas de governança corporativa. Nesse contexto, a Política de Indicação tem como fundamento: (i) as diretrizes de governança corporativa do Estatuto Social da Companhia (“Estatuto Social”); (ii) o Código de Ética e Conduta da Companhia; (iii) a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”); (iv) o “Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC” atualmente em vigor; (v) o “Regulamento de Listagem do Novo Mercado” da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3” e “Regulamento do Novo Mercado”, respectivamente); (vi) os respectivos Regimentos Internos dos órgãos de governança da Companhia, incluindo Conselho de Administração, Conselho Fiscal e comitês de assessoramento; e (vii) eventuais acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, caso aplicável.

A Política de Indicação foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de outubro de 2020, tendo sido aditada em 23 de fevereiro de 2021, 01 de abril de 2021 e 01 de setembro de 2022. O documento está disponível no site de relações com investidores (<https://www.padtec.com.br/investor/padtec-holding/>) na seção “Governança Corporativa” > “Políticas e Códigos”, bem como no site da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)).

Como regra geral, quaisquer Administradores da Companhia que venham a ser indicados para assunção de um cargo observarão os seguintes critérios: (i) devem ser altamente qualificados e possuir experiência (acadêmica, técnica e profissional) compatível com o cargo; (ii) devem ter reputação ilibada e idoneidade moral; (iii) não podem ser eleitos aqueles que exercerem função político-partidária; (iv) devem ter disponibilidade de tempo para dedicar-se à função de forma adequada; (v) devem estar alinhados aos valores e à cultura da Companhia e ao seu Código de Ética e Conduta; (vi) devem ser isentos de conflitos de interesses com a Companhia; (vii) não devem ocupar cargos em sociedade ou entidade que possa ser considerada concorrente da Companhia ou de suas controladas; (viii) não podem ter sido impedidos por lei, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, corrupção ativa ou passiva, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública, a propriedade ou o sistema financeiro nacional, ou a pena criminal que vede acesso a cargos públicos; (ix) não ser declarado inabilitado por ato da CVM; e (x) não pode ser eleito, salvo dispensa da assembleia geral de acionistas, aquele que ocupar cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado, em especial, em conselhos consultivos, de administração ou fiscal, e/ou tiver interesse conflitante com o da Companhia.

As indicações também devem observar os impedimentos e vedações legais previstos na Lei das Sociedades por Ações e nas regulamentações da CVM, além de considerar profissionais com características e perfis diferentes entre si, buscando a complementariedade de competências e a

#### Campinas

Rua James Clerk Maxwell, 507  
Parque Tecnológico Techno Park  
Campinas • SP • CEP 13.069-380

+55 19 2104-9700  
[padtec@padtec.com.br](mailto:padtec@padtec.com.br)

## 7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

diversidade, para proporcionar um debate bem-sucedido de ideias, que levem à tomada de decisões técnicas, isentas e fundamentadas visando o crescimento sustentável da Companhia.

No processo de seleção de candidatos, deverá ser evitada toda e qualquer tipo de predisposição que possa resultar em qualquer forma de discriminação, dentre outras, em razão de gênero, orientação sexual, origem étnica, religião, idade, aparência ou diversidade funcional. Não haverá nenhum tipo de reserva de cargos para membros da Diretoria Estatutária, não estatutária ou posições gerenciais para indicação direta por acionistas da Companhia.

b. se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:

i. a periodicidade das avaliações e sua abrangência

A Companhia utiliza mecanismos de avaliação de desempenho do Conselho de Administração, dos comitês de assessoramento e da Diretoria conforme políticas e práticas adotadas internamente e em observância ao Regulamento do Novo Mercado.

- Conselho de Administração e comitês de assessoramento

O Presidente do Conselho de Administração deve realizar, ao término do mandato do órgão, avaliação de desempenho do órgão como colegiado, cujo resultado será divulgado a todos os Conselheiros, bem como a avaliação individual de cada um de seus membros, cujo resultado será divulgado somente ao respectivo Conselheiro que foi objeto de avaliação. Além disso, o Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, contar com o apoio de consultoria externa no processo de avaliação.

O Conselho de Administração deverá realizar, anualmente, avaliação dos comitês de assessoramento como órgãos, cujo resultado é divulgado a todos os respectivos membros dos comitês. Não há avaliação individual dos membros dos comitês.

- Diretoria

A Companhia realiza a avaliação individual anual dos membros da Diretoria.

ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações

Os principais critérios utilizados na avaliação dos Diretores são: atuação, iniciativa, proatividade, tomada de decisões, postura profissional, relacionamento interpessoal, trabalho em equipe e comprometimento com metas e prazos. Além disso, a Companhia também avalia os indicadores de desempenho relacionados à performance dos Diretores, incluindo Receita Líquida, EBITDA e Lucro Líquido. Assim, os mecanismos de avaliação de desempenho dos Diretores compreendem o alcance de metas operacionais e financeiras e o desempenho individual.

Já os principais critérios a serem utilizados na avaliação dos membros do Conselho de Administração são: (i) participação nos debates das matérias deliberadas; (ii) interação frequente com os demais membros da administração e proatividade no processo de tomada de decisão; e (iii) comprometimento com as atividades desempenhadas.

A avaliação do Conselho de Administração como órgão, bem como dos comitês de assessoramento, deve levar em consideração as características e responsabilidades específicas do Conselho de Administração e de cada comitê de assessoramento, as decisões tomadas e os resultados alcançados ao longo do período avaliado.

iii. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

A Companhia pode vir a contratar serviços de consultoria ou assessoria externos para realizar as avaliações de desempenho do Conselho de Administração, comitês de assessoramento e da

## 7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Diretoria. No entanto, nos últimos 3 (três) exercícios sociais a Companhia não contratou tais serviços.

### c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia não adota regras específicas para a identificação e administração de conflitos de interesses. No entanto, de acordo com o Código de Ética e Conduta da Companhia, no exercício de suas funções, todos os colaboradores da Companhia, incluindo os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, quando instalado, comitês de assessoramento e da Diretoria devem agir exclusivamente em prol dos interesses da empresa na qual trabalham, devendo evitar situações que gerem conflitos de interesse com referida sociedade ou demais sociedades do Grupo Padtec, conforme o caso. Diante de situações que possam gerar tal forma de conflito, seja ele potencial ou real, as pessoas envolvidas devem se declarar impedidas de participar de qualquer discussão e decisão envolvendo a matéria e levar o assunto a seu superior hierárquico.

Não é admitido que colaboradores da Companhia, membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, quando instalado, comitês de assessoramento ou da Diretoria utilizem seus cargos, função, posição ou influência no Grupo Padtec para ter acesso a informações privilegiadas e utilizá-las em benefício próprio, de seus familiares, de pessoas de seu relacionamento ou de outras empresas, seja para realizar transações com valores mobiliários ou quaisquer outras operações de caráter comercial ou financeiro.

Adicionalmente às disposições previstas no Código de Ética e Conduta da Companhia, os conflitos de interesse também são identificados nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

### d. por órgão:

#### i. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de gênero

	Feminino	Masculino	Não Binário	Outros	Prefere Não Responder
Conselho de Administração	0	5	0	0	0
Diretoria Estatutária	1	3	0	0	0
Total	1	8	0	0	0

#### ii. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere Não Responder
Conselho de Administração	0	4	0	1	0	0	0
Diretoria Estatutária	0	4	0	0	0	0	0
Total	0	8	0	1	0	0	0

#### iii. número total de pessoas com deficiência, caracterizada nos termos da legislação aplicável

	Pessoa sem Deficiência	Pessoa com Deficiência	Prefere Não Responder
Conselho de Administração	4	1	0
Diretoria Estatutária	4	0	0
Total	8	1	0

#### (iv) número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que o emissor entenda relevantes

A Companhia não faz outros tipos de agrupamentos.

## 7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

padtec

e. se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

A Companhia não possui objetivos específicos com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de Administração e de seu Conselho Fiscal, quando instalado.

f. papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

A Companhia acompanha periodicamente a avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima, entretanto não possui indicadores de performance relativos a esse assunto.

### Campinas

Rua James Clerk Maxwell, 507  
Parque Tecnológico Techno Park  
Campinas • SP • CEP 13.069-380

+55 19 2104-9700  
padtec@padtec.com.br

## 7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

### Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Diretoria	1	3	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	5	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
<b>TOTAL = 9</b>	<b>1</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

### Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	4	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	4	0	1	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
<b>TOTAL = 9</b>	<b>0</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

### Quantidade de membros - Pessoas com Deficiência

	Pessoas com Deficiência	Pessoas sem Deficiência	Preferê não responder
Diretoria	0	4	0
Conselho de Administração - Efetivos	1	4	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
<b>TOTAL = 9</b>	<b>1</b>	<b>8</b>	<b>0</b>

## 7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA 2026 – SEÇÃO 7

#### 7. Assembleia Geral e Administração

7.2. Em relação especificamente ao conselho de administração, indicar:

a. órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração, para seu assessoramento e melhor desempenho de suas funções, instituir comitês técnicos e consultivos com objetivos definidos, sendo compostos por conselheiros e/ou especialistas nos respectivos temas de cada comitê, que deverão ter seus próprios regimentos. Nesse sentido, é também responsabilidade do Conselho de Administração definir as regras sobre composição, prazo de gestão, remuneração e funcionamento dos comitês de assessoramento.

Atualmente o Conselho de Administração conta com os seguintes comitês: (i) Comitê Estatutário de Auditoria e Riscos; (ii) Comitê de Remuneração e Governança; (iii) Comitê de Tecnologia; e (iv) Comitê de Ética. Cada um desses comitês possui um Regimento Interno, disponíveis no site de relações com investidores (<https://www.padtec.com.br/investor/padtec-holding/>) na seção “Governança Corporativa” > “Políticas e Códigos”, bem como no site da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)).

A Diretoria da Companhia também se reporta ao Conselho de Administração. Seu Regimento Interno também está disponível no site de relações com investidores (<https://www.padtec.com.br/investor/padtec-holding/>) na seção “Governança Corporativa” > “Políticas e Códigos”, bem como no site da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)).

b. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Compete ao Comitê Estatutário de Auditoria e Riscos: (i) recomendar ao Conselho de Administração a contratação, remuneração e substituição da Auditoria Independente; (ii) proceder, anualmente, à avaliação formal das Auditorias Interna e Independente, analisando, principalmente, aspectos relativos à qualidade, objetividade, independência e efetividade dos trabalhos; (iii) conhecer, discutir e acompanhar o planejamento e escopo dos trabalhos a serem desenvolvidos pela Auditoria Independente. A Auditoria Independente se reporta diretamente ao Comitê Estatutário de Auditoria e Riscos, informando qualquer dificuldade e o surgimento de temas relevantes durante seus trabalhos, e participa das reuniões ordinárias deste Comitê. Caso necessário, a Auditoria Independente poderá solicitar reuniões extraordinárias para tratar sobre temas relevantes.

A Política de Contratação de Serviços de Auditoria Independente e de Serviços Extra Auditoria da Padtec Holding S.A. foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de outubro de 2021 e revisada em reunião de 18 de setembro de 2025. O documento está disponível no site de relações com investidores (<https://www.padtec.com.br/investor/padtec-holding/>) na seção “Governança Corporativa” > “Políticas e Códigos”, bem como no site da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)).

c. se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração

#### Campinas

Rua James Clerk Maxwell, 507  
Parque Tecnológico Techno Park  
Campinas • SP • CEP 13.069-380

+55 19 2104-9700  
padtec@padtec.com.br

## 7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

A Padtec disponibiliza a seus colaboradores, Administradores e a qualquer pessoa interessada um canal idôneo no website da Companhia (“Canal de Denúncia”), que pode ser acessado em <https://www.padtec.com.br/canal-de-denuncia/>, para recebimento de quaisquer denúncias (inclusive anônimas) acerca de atos que atentem contra seu Código de Ética e Conduta. As denúncias feitas através deste canal serão recebidas pelo Comitê de Ética e serão tratadas com rigor e sigilo.

O Comitê de Ética mantém o Comitê Estatutário de Auditoria e Riscos informado sobre temas relevantes de falhas de ética, integridade e fraudes, definindo conjuntamente com este Comitê os procedimentos de investigação a serem adotados.

O Comitê de Ética mantém o Conselho de Administração ciente das principais discussões, por meio de reportes trimestrais, ou em periodicidade menor, quando necessário.

### **Campinas**

Rua James Clerk Maxwell, 507  
Parque Tecnológico Techno Park  
Campinas • SP • CEP 13.069-380

+55 19 2104-9700  
[padtec@padtec.com.br](mailto:padtec@padtec.com.br)

### 7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

#### Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e não instalado

**Nome** ALESSANDRA KARINE FIGUEIREDO CRESCENCIO ERTHAL **CPF:** 025.850.197-99 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Analista de Sistemas **Data de Nascimento:** 20/11/1972

**Experiência Profissional:** Alessandra construiu sua carreira em empresas como Microsoft, AWS, Accenture e Cisco Systems, atuando nas áreas de vendas, desenvolvimento de negócios e de estratégias comerciais, entre outras. Formada em Análise de Sistemas pela PUC-Campinas, a executiva possui MBA em Gestão de Negócios pela FGV, mestrado pela Universidade Federal Fluminense (UFF), pós-MBA pela Saint Paul Escola de Negócios, além de participação no Program for Leadership Development (PLD) da Harvard Business School, de Boston, nos EUA.  
 Não houve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.  
 Alessandra declara não ser pessoa politicamente exposta e que não participa em entidades do terceiro setor.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	02/03/2026	2 (dois) anos	Outros Diretores	Diretora de vendas global	02/03/2026		02/03/2026

#### Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

**Nome** ALEXANDRE PIOVESAN      **CPF:** 158.438.458-18      **Passaporte:**      **Nacionalidade:** Brasil      **Profis são:** Analista de Sistemas      **Data de Nascimento:** 17/04/1973

**Experiência Profissional:** Mais de 30 anos de experiência em TI e Telecom abrangendo Operações Internacionais, Programas de Transformação, Serviços e Soluções e Consultoria em Tecnologia e Gestão. Trabalhou na Claro como responsável pela entrega de serviços internacionais no Brasil, atuou como consultor de tecnologia na Accenture para diferentes áreas e indústrias e na entrega de serviços para grandes players de telecomunicações como Ericsson e Lucent Technologies. Possui MBA Executivo em Gestão Empresarial pela FGV, certificação de Conselheiro Consultivo e sua formação acadêmica inclui bacharelado em Análise de Sistemas pela PUC Campinas.  
 Não houve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.  
 Alexandre declara não ser pessoa politicamente exposta e que não participa em entidades do terceiro setor.

**Órgãos da Administração:**

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	14/07/2025	2 (dois) anos	Outros Diretores	Diretor de Produtos	21/07/2025		21/07/2025

**Condenações:**

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

**Nome** ANTONIO CARLOS VALENTE DA SILVA      **CPF:** 371.560.557-04      **Passaporte:**      **Nacionalidade:** Brasil      **Profis são:** Engenheiro      **Data de Nascimento:** 07/06/1952

**Experiência Profissional:** Antonio Carlos Valente iniciou sua carreira no Sistema Telebrás, onde ocupou diversos cargos. Foi membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), entre 1997 e 2004, da qual também foi vice-presidente. Em novembro de 2004, aceitou o convite da Telefónica para trabalhar na Espanha e, em seguida, foi nomeado presidente do grupo no Peru. Assumiu a presidência do conselho de administração da Telefónica no Brasil em 2006 e a presidência do Grupo Telefónica no País em 2007, onde foi também Conselheiro de Administração até abril de 2022. Graduado em Engenharia Elétrica e pós-graduado em Administração e Negócios pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), Valente assumiu o comando do grupo Vivo Participações em 2011 e foi responsável por grandes aquisições da companhia no Brasil, ajudando a consolidar a posição da operadora como a líder local em telefonia. Neste mesmo ano, também assumiu a presidência da Câmara Espanhola de Comércio no Brasil. Foi vice-presidente da Associação Brasileira de Telecomunicações (Telebrasil) e presidente do SindiTelebrasil, entidades representativas das empresas de telecomunicações. Atualmente, é Chairman na NTT Data Brasil, Padtec Holding, Fundação CPqD, e Conselheiro de Administração ou Consultivo de diversas empresas, dentre as quais a Aenza, Cinnecta, Ativa, Magnamed, Virtueyes bem como partner da Smartware Consulting. Não houve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial. Antonio Carlos Valente declara não ser pessoa politicamente exposta e que é atualmente chairman da Fundação NTT Data Brasil, uma entidade do terceiro setor.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2025	2 (dois) anos (até a AGO que irá aprovar DFs 31/12/2026)	Presidente do Conselho de Administração		30/04/2025	Sim	10/07/2020

#### Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

**Nome** CARLOS RAIMAR SCHOENINGER      **CPF:** 556.488.439-68      **Passaporte:**      **Nacionalidade:** Brasil      **Profis são:** Administrador de Empresas      **Data de Nascimento:** 07/08/1967

**Experiência Profissional:** Carlos é mestre em administração de empresas pela FGV, com inúmeras pós-graduações lato sensu (incluindo MBA) pela ESPM, Fundação Getúlio Vargas, IESE Business School e University of Michigan. Foi Conselheiro independente da Padtec S.A. de outubro 2016 a julho 2020 e da Padtec Holding S.A. de julho 2020 a janeiro 2021. Foi MD da Globenet, Diretor de Planejamento Estratégico, M&A, Relações com Investidores, Business Development e Planejamento Financeiro, Business Development – Telefonica Brasil S.A. e Vivo S.A. entre 1999 e 2016. Membro do Comitê de Investimentos da Visão Prev. S.A. Foi membro do Conselho de Administração da Tectotal S.A. de 2015 a 2016, conselheiro da AIX Participações S.A de 2015 a 2016, Diretor Estatutário da Wayra Aceleradora de 2015 a 2016. Em abril de 2023, foi eleito membro independente do Conselho de Administração da Desktop S.A., e também conselheiro da Minds Digital e Diretor da D-Infra da Fiesp.  
 Não houve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.  
 Carlos declara não ser pessoa politicamente exposta e que não participa em entidades do terceiro setor.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	12/05/2025	2 (dois) anos	Diretor Presidente / Superintendente		21/07/2025		01/02/2021

#### Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	
N/A	

**Nome** ERICK WERNER CONTAG    **CPF:** 000.000.000-00    **Passaporte:** 548456339    **Nacionalidade:** Estados Unidos    **Profis são:** Engenheiro    **Data de Nascimento:** 14/09/1961

**Experiência Profissional:** Em sua carreira, Erick tem gerenciado relacionamentos de C-level e projetos de telecomunicações / alta tecnologia para desde start ups a grandes empresas multinacionais e globais. Ele tem sucesso comprovado em iniciar, construir e operar infraestrutura digital e negócios de alta tecnologia. Em 2011, e novamente em 2013, o Erick recebeu o prêmio Global Telecom Business Power 100, uma homenagem concedida aos 100 executivos mais poderosos da indústria de telecomunicações. Erick ocupou cargos executivos nos EUA e na América Latina e também atuou no Conselho de Administração de várias empresas e associações do setor. Desde abril de 2021, ele é membro do Conselho de Administração da Padtec Holding, integrando, ainda, o respectivo Comitê de Tecnologia. Erick é co-fundador e Presidente do Conselho de Administração da Seafields Solutions Limited (desde dezembro 2022) e presidente do Conselho da Fundação SubOptic (desde janeiro 2021). Graduado em Engenharia Elétrica pela Universidade de Tulsa, EUA, e possui certificação em Gerenciamento Executivo de Engenharia do Instituto de Estudos de Superiores de Administración (IESA). Ele recentemente frequentou o Programa Executivo na Singularity University. Não houve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial. Erick declara não ser pessoa politicamente exposta e que não participa em entidades do terceiro setor.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2025	2 (dois) anos (até a AGO que irá aprovar DFs 31/12/2026)	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		30/04/2025	Não	31/03/2021

#### Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

**Nome** LEONARDO COSTA CHAMSIN      **CPF:** 218.489.078-26      **Passaporte:**      **Nacionalidade:** Brasil      **Profis são:** Administrador de Empresas      **Data de Nascimento:** 27/02/1982

**Experiência Profissional:** Leonardo é formado em Administração de Empresas com MBA em Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria pela FGV, Leonardo possui sólida experiência em gestão financeira estratégica, liderando equipes e processos que impulsionam a rentabilidade e a sustentabilidade organizacional. Ele é especialista em planejamento orçamentário, análise de riscos e compliance, com histórico comprovado em otimização de custos e captação de recursos, além de forte atuação em fusões e aquisições, implementação e integração de estratégias de vendas, finanças e transformação de negócios. Leonardo atuou em grandes empresas em diversos setores, tais como CLI Corredor Logístico e Infraestrutura, Alpargatas S.A., Sforza Holding, Vigzul Tecnologia e Monitoramento S.A., GE - General Electric do Brasil e Johnson & Johnson. Não houve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial. Leonardo declara não ser pessoa politicamente exposta e que não participa em entidades do terceiro setor.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	12/05/2025	2 (dois) anos	Diretor Financeiro / Diretor de Relações com Investidores		21/07/2025		12/05/2025

#### Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

**Nome** MARCIO TAVARES DOS SANTOS      **CPF:** 010.116.290-11      **Passaporte:**      **Nacionalidade:** Brasil      **Profis são:** Servidor Público      **Data de Nascimento:** 27/10/1985

**Experiência Profissional:** Graduado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Marcio possui mestrado em História pela mesma universidade e doutorado em Arte pela Universidade de Brasília (UnB). Marcio possui trajetória de atuação em gestão cultural e em administração estratégica e atualmente exerce a função de Secretário Executivo do Ministério da Cultura. Conselheiro de Administração da Empresa Brasil de Comunicações (EBC) e do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA). Com passagem pela Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul, onde ocupou as funções de Diretor Administrativo, Diretor do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul e do Memorial do Rio Grande do Sul. Também atuou na Câmara dos Deputados em atividades de assessoramento superior no âmbito das comissões e de sua Mesa Diretora. Não houve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial. Marcio declara ser pessoa politicamente exposta, uma vez que ocupa cargo de Secretário Executivo do Ministério da Cultura. Marcio declara que não participa em entidades do terceiro setor.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2025	2 (dois) anos (até a AGO que irá aprovar DFs 31/12/2026)	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		09/05/2025	Não	09/05/2025

#### Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

**Nome** SAMI AMINE HADDAD      **CPF:** 024.817.717-61      **Passaporte:**      **Nacionalidade:** Brasil      **Profis são:** Engenheiro      **Data de Nascimento:** 13/09/1962

**Experiência Profissional:** Até 10 de julho de 2020, Sami atuou como CEO e DRI da Companhia, cargo para o qual foi eleito em dezembro de 2010. Nos 10 (dez) anos anteriores à posse como diretor da Ideiasnet, foi sócio e exerceu diversas funções na WEBB S.A., empresa que atua principalmente na área de consultoria a empresas de supply chain management, sendo mais recentemente seu Diretor Presidente. Hoje, Sami exerce o cargo de Global Head of Fintech na Z-Tech, empresa parte da AB-InBev. Atuou no Conselho de Administração da Padtec S.A. até julho 2020.  
 Não houve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.  
 Sami declara não ser pessoa politicamente exposta e que não participa em entidades do terceiro setor.

**Órgãos da Administração:**

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2025	2 (dois) anos (até a AGO que irá aprovar DFs 31/12/2026)	Conselho de Administração (Efetivo)		30/04/2025	Não	10/07/2020

**Condenações:**

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

**Nome** SEBASTIÃO SAHÃO JUNIOR **CPF:** 077.908.148-00 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 01/11/1961

**Experiência Profissional:** Engenheiro de materiais pela Universidade Federal de São Carlos (1986) e mestre em engenharia de materiais pela mesma universidade (1995). Pós-graduação em Gestão Empresarial pela FGV (Ohio University - 2002) e extensão em Gestão Estratégica para Executivos Seniores – Processos de Internacionalização de Empresas – INSEAD Fontainebleau (2011). Possui experiência na área de engenharia de materiais e metalúrgica. No CPqD, foi diretor de comunicações ópticas, de laboratórios e infraestrutura de redes, responsável pela montagem de vários laboratórios inéditos no país. Atuou como vice-presidente de administração e finanças até 2014. Atualmente é presidente do CPqD; presidente do Conselho de Administração da Trópico; presidente do Conselho Consultivo do interior de São Paulo da AMCHAM (Câmara Americana em Campinas); membro do Conselho de Administração da Padtec Holding S.A.; do Conselho Consultivo Fundador do Hub Internacional para o Desenvolvimento Sustentável – HIDS (Unicamp); do Conselho de Administração da Telebrasil; e do Conselho Deliberativo da Sistel.  
Não houve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.  
Sebastião declara não ser pessoa politicamente exposta e que não participa em entidades do terceiro setor.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	30/04/2025	2 (dois) anos (até a AGO que irá aprovar DFs 31/12/2026)	Conselho de Administração (Efetivo)		30/04/2025	Não	10/07/2020

#### Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

## 7.4 Composição dos comitês

**Nome:** ALEXANDRE PIOVESAN **CPF:** 158.438.458-18 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Analista de Sistemas **Data de Nascimento:** 17/04/1973

**Experiência Profissional:**

Mais de 30 anos de experiência em TI e Telecom abrangendo Operações Internacionais, Programas de Transformação, Serviços e Soluções e Consultoria em Tecnologia e Gestão. Trabalhou na Claro como responsável pela entrega de serviços internacionais no Brasil, atuou como consultor de tecnologia na Accenture para diferentes áreas e indústrias e na entrega de serviços para grandes players de telecomunicações como Ericsson e Lucent Technologies. Possui MBA Executivo em Gestão Empresarial pela FGV, certificação de Conselheiro Consultivo e sua formação acadêmica inclui bacharelado em Análise de Sistemas pela PUC Campinas.

Não houve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.

Alexandre declara não ser pessoa politicamente exposta e que não participa em entidades do terceiro setor.

**Comitês:**

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	06/08/2025	até a AGO que irá aprovar DFs 31/12/2026	Comitê de Tecnologia		06/08/2025	06/08/2025

**Condenações:**

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

**Nome:** ANTONIO CARLOS VALENTE DA SILVA      **CPF:** 371.560.557-04      **Passaporte:**      **Nacionalidade:** Brasil      **Profissão:** Engenheiro      **Data de Nascimento:** 07/06/1952

**Experiência Profissional:**

Antonio Carlos Valente iniciou sua carreira no Sistema Telebrás, onde ocupou diversos cargos. Foi membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), entre 1997 e 2004, da qual também foi vice-presidente. Em novembro de 2004, aceitou o convite da Telefónica para trabalhar na Espanha e, em seguida, foi nomeado presidente do grupo no Peru. Assumiu a presidência do conselho de administração da Telefónica no Brasil em 2006 e a presidência do Grupo Telefónica no País em 2007, onde foi também Conselheiro de Administração até abril de 2022. Graduado em Engenharia Elétrica e pós-graduado em Administração e Negócios pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), Valente assumiu o comando do grupo Vivo Participações em 2011 e foi responsável por grandes aquisições da companhia no Brasil, ajudando a consolidar a posição da operadora como a líder local em telefonia. Neste mesmo ano, também assumiu a presidência da Câmara Espanhola de Comércio no Brasil. Foi vice-presidente da Associação Brasileira de Telecomunicações (Telebrasil) e presidente do SindiTelebrasil, entidades representativas das empresas de telecomunicações. Atualmente, é Chairman na NTT Data Brasil, Padtec Holding, Fundação CPqD, e Conselheiro de Administração ou Consultivo de diversas empresas, dentre as quais a Aenza, Cinnecta, Ativa, Magnamed, Virtueyes bem como partner da Smartware Consulting. Não houve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial. Antonio Carlos Valente declara não ser pessoa politicamente exposta e que é atualmente chairman da Fundação NTT Data Brasil, uma entidade do terceiro setor.

**Comitês:**

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Remuneração		Membro do Comitê (Efetivo)	12/05/2025	2 (dois) anos (até a AGO que irá aprovar DFs 31/12/2026)			12/05/2025	10/07/2020

**Condenações:**

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

**Nome:** CARLOS RAIMAR SCHOENINGER **CPF:** 556.488.439-68 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 07/08/1967

**Experiência Profissional:**

Carlos é mestre em administração de empresas pela FGV, com inúmeras pós-graduações lato sensu (incluindo MBA) pela ESPM, Fundação Getúlio Vargas, IESE Business School e University of Michigan. Foi Conselheiro independente da Padtec S.A. de outubro 2016 a julho 2020 e da Padtec Holding S.A. de julho 2020 a janeiro 2021. Foi MD da Globenet, Diretor de Planejamento Estratégico, M&A, Relações com Investidores, Business Development e Planejamento Financeiro, Business Development – Telefonica Brasil S.A. e Vivo S.A. entre 1999 e 2016. Membro do Comitê de Investimentos da Visão Prev. S.A. Foi membro do Conselho de Administração da Tectotal S.A. de 2015 a 2016, conselheiro da AIX Participações S.A de 2015 a 2016, Diretor Estatutário da Wayra Aceleradora de 2015 a 2016. Em abril de 2023, foi eleito membro independente do Conselho de Administração da Desktop S.A., e também conselheiro da Minds Digital e Diretor da D-Infra da Fiesp.

Não houve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.

Carlos declara não ser pessoa politicamente exposta e que não participa em entidades do terceiro setor.

**Comitês:**

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	21/02/2025	2 (dois) anos	Comitê de Ética		21/02/2025	23/02/2021

**Condenações:**

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	
N/A	

**Nome:** EDUARDO DA GAMA  
GODOY **CPF:** 395.416.650-04 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 15/06/1963

**Experiência Profissional:**

Formado em Ciências Contábeis e Administração de Empresas pela Faculdade Porto Alegrense e extensão universitária em Legislação Societária pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É sócio fundador da Godoy Empresarial Serviços Contábeis. Atua como membro titular do Conselho Fiscal da empresa ALISUL Alimentos S.A., cujo objeto é fabricação, distribuição e comercialização de produtos para alimentação animal, assim como produtos veterinários e insumos em geral. É membro titular do Conselho Fiscal do CIEERS – Centro de Integração Empresa Escola do Rio Grande do Sul - Entidade Sem Fins Lucrativos. Desde abril/2008 é membro suplente do Conselho Fiscal da ODONTOPREV S.A. Também atua, desde 03/2021, como membro independente do Comitê de Auditoria da PADTEC Holding S.A. controladora da PADTEC S.A., cujo objeto social é a industrialização, a comercialização, a importação e a exportação de materiais, componentes e produtos eletrônicos de comunicações e de informática e a prestação de serviços de consultoria, onde foi membro titular do Conselho Fiscal de 08/2007 até 04/2020. Atuou também como titular do Conselho Fiscal de Ideiasnet S.A., cujo objeto social é a participação em outras sociedades, negócios e empreendimentos do setor de Tecnologia, Mídia e Telecomunicações. Atuou como titular do Conselho Fiscal e membro do Comitê de Auditoria da Officer Distribuidora S.A., cujo objeto social é distribuição de softwares e hardwares no mercado nacional, além de prestação de serviços de consultoria em Tecnologia da Informação. Nenhuma das empresas em que o conselheiro atua ou atuou integra o grupo econômico da Companhia. Eduardo da Gama Godoy informa não ter contra si qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, ou outra condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Eduardo da Gama Godoy declara não ser pessoa politicamente exposta, na forma da regulamentação aplicável.

**Comitês:**

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	30/04/2025	2 (dois) anos (até a AGO que irá aprovar DFs 31/12/2026)			30/04/2025	23/02/2021

**Condenações:**

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

**Nome:** ERICK WERNER CONTAG      **CPF:** 000.000.000-00      **Passaporte:** 548456339      **Nacionalidade:** Estados Unidos      **Profissão:** Engenheiro      **Data de Nascimento:** 14/09/1961

**Experiência Profissional:**

Em sua carreira, Erick tem gerenciado relacionamentos de C-level e projetos de telecomunicações / alta tecnologia para desde start ups a grandes empresas multinacionais e globais. Ele tem sucesso comprovado em iniciar, construir e operar infraestrutura digital e negócios de alta tecnologia. Em 2011, e novamente em 2013, o Erick recebeu o prêmio Global Telecom Business Power 100, uma homenagem concedida aos 100 executivos mais poderosos da indústria de telecomunicações.

Erick ocupou cargos executivos nos EUA e na América Latina e também atuou no Conselho de Administração de várias empresas e associações do setor. Desde abril de 2021, ele é membro do Conselho de Administração da Padtec Holding, integrando, ainda, o respectivo Comitê de Tecnologia. Erick é co-fundador e Presidente do Conselho de Administração da Seafields Solutions Limited (desde dezembro 2022) e presidente do Conselho da Fundação SubOptic (desde janeiro 2021).

Graduado em Engenharia Elétrica pela Universidade de Tulsa, EUA, e possui certificação em Gerenciamento Executivo de Engenharia do Instituto de Estudio de Superiores de Administración (IESA). Ele recentemente frequentou o Programa Executivo na Singularity University.

Não houve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.

Erick declara não ser pessoa politicamente exposta e que não participa em entidades do terceiro setor.

**Comitês:**

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Presidente do Comitê	30/04/2025	2 (dois) anos (até a AGO que irá aprovar DFs 31/12/2026)			30/04/2025	08/05/2023
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	12/05/2025	2 (dois) anos (até a AGO que irá aprovar DFs 31/12/2026)	Comitê de Tecnologia		12/05/2025	01/04/2021

**Condenações:**

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

**Nome:** GASPAR CARREIRA JUNIOR **CPF:** 000.459.657-90 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 28/07/1967

**Experiência Profissional:**

Gaspar Carreira Júnior é executivo de finanças há mais de 30 anos, tendo atuado como Diretor de Serviços Financeiros na Oi S/A de pôr 10 anos (2009 a 2019). Atua como Conselheiro há 10 anos, possuindo certificação pelo IBGC, Celint, GoNew e ICSS com habilitação na Previc, com experiência no mercado de Telecom, Infraestrutura, Automotivo, Varejo, Terceiro Setor e Previdência Complementar, em empresas nacionais, multinacionais e startups (Mesa Participações, Ecorodovias, Agrofértil PY, SulAmérica, FRAS-LE, Padtec, Vale, SISTEL, Eletrobrás, Oi Futuro, Netword Agro, Sai do Papel, Cidadão Pró Mundo, Action Aid Brasil). Foi membro titular do Conselho Fiscal da Padtec Holding de julho 2020 até fevereiro 2021, onde atualmente é Membro do Comitê de Auditoria e Riscos. Sócio Proprietário da GC Experts Consultoria em Estratégia Empresarial, Financeira e Governança e Sócio / Conselheiro do CELINT – Governança Corporativa no Brasil - empresa de educação e assessoria em Governança Corporativa, também atua como Investidor Anjo. Formado em Economia pela FACEPERJ (Candido Mendes – Centro), Pós-graduado em Finanças pela PUC-RJ e com MBA Executivo na Coppead (UFRJ). Não houve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial. O Sr. Gaspar declara não ser pessoa politicamente exposta. Atua como conselheiro fiscal, pró bono, em organização social do terceiro social (Cidadão Pró Mundo e Action Aid Brasil).

**Comitês:**

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	30/04/2025	2 (dois) anos (até a AGO que irá aprovar DFs 31/12/2026)			30/04/2025	23/02/2021

**Condenações:**

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

**Nome:** LAIS INA DE BASTOS MICHELETTO **CPF:** 287.452.708-48 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Advogada **Data de Nascimento:** 29/11/1980

**Experiência Profissional:** Formação em Comunicação Social – Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas e Advogada com MBA em Direito Empresarial e especialização intensiva em Direito Societário (Sociedades Anônimas) pela Fundação Getúlio Vargas atuando há 20 anos em Jurídico In-House, Compliance, M&A, Gestão de Riscos, Privacidade e Proteção de Dados, Contencioso, Consultivo e Contratos, em empresas nacionais e multinacionais de diversos segmentos do mercado como Foxconn Brasil, Vulcabras|Azaleia, Artivinco e Claro. Lidera a área jurídica da Padtec, ocupando a posição de coordenadora jurídica desde 2021.

**Comitês:**

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	18/09/2025	2 anos	Comitê de Ética		18/09/2025	18/09/2025

**Condenações:**

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

**Nome:** LEONARDO COSTA CHAMSIN **CPF:** 218.489.078-26 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 27/02/1982

**Experiência Profissional:**

Leonardo é formado em Administração de Empresas com MBA em Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria pela FGV, Leonardo possui sólida experiência em gestão financeira estratégica, liderando equipes e processos que impulsionam a rentabilidade e a sustentabilidade organizacional. Ele é especialista em planejamento orçamentário, análise de riscos e compliance, com histórico comprovado em otimização de custos e captação de recursos, além de forte atuação em fusões e aquisições, implementação e integração de estratégias de vendas, finanças e transformação de negócios. Leonardo atuou em grandes empresas em diversos setores, tais como CLI Corredor Logístico e Infraestrutura, Alpargatas S.A., Sforza Holding, Vigzul Tecnologia e Monitoramento S.A., GE - General Electric do Brasil e Johnson & Johnson.

Não houve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.

Leonardo declara não ser pessoa politicamente exposta e que não participa em entidades do terceiro setor.

**Comitês:**

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Outros	12/05/2025	12/05/2027	Comitê de Ética	Membro do Comitê (Efetivo)	12/05/2025	12/05/2025

**Condenações:**

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

N/A

**Nome:** MANUEL JOSÉ DE MORAES ANDRADE **CPF:** 435.541.217-20 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 17/03/1955

**Experiência Profissional:**

Mais de 25 anos de experiência trabalhando na América do Norte, Ásia, Europa e América Latina no mercado de telecomunicações, possui uma ampla experiência em desenvolvimento de negócios, engenharia e desenvolvimento de software. Atualmente, atua como CEO da Padtec North America, uma subsidiária da Padtec S.A., empresa na qual foi CEO de 2015 a 2020. Anteriormente, foi vice-presidente sênior de vendas da Xtera Communications, presidente da unidade de negócios CALA da ECI Telecom e passou vários anos na Westell Technologies como vice-presidente de operações internacionais. Sua formação acadêmica inclui mestrado em Ciência da Computação e graduação em Engenharia Eletrônica, ambos pelo Instituto Militar de Engenharia (IME) no Brasil. Não houve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial. Manuel declara não ser pessoa politicamente exposta e que não participa em entidades do terceiro setor.

**Comitês:**

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	06/08/2025	até a AGO que irá aprovar DFs 31/12/2026	Comitê de Tecnologia		06/08/2025	06/08/2025

**Condenações:**

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

**Nome:** PATRÍCIA HELENA SIMÕES SIQUEIRA **CPF:** 248.402.328-65 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Psicóloga **Data de Nascimento:** 02/07/1977

**Experiência Profissional:**

Patrícia é psicóloga de formação, com MBA em Desenvolvimento de Pessoas pela Fundação Getúlio Vargas e especialização em Gestão Estratégica de Recursos Humanos. Atua há mais de 20 anos como gestora de Recursos Humanos em empresas do segmento aeronáutico e de tecnologia, como LG Eletronics, Embraer Industria Aeronáutica e Avibras Industria de Defesa e Segurança. Desde julho 2022, está à frente da área de Recursos Humanos da Padtec, ocupando a posição de Gerente de Recursos Humanos.

Patrícia declara não ser pessoa politicamente exposta e que não participa em entidades do terceiro setor.

**Comitês:**

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	21/02/2025	2 (dois) anos	Comitê de Ética		21/02/2025	20/07/2022

**Condenações:**

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

**Nome:** SAMI AMINE HADDAD    **CPF:** 024.817.717-61    **Passaporte:**    **Nacionalidade:** Brasil    **Profissão:** Engenheiro    **Data de Nascimento:** 13/09/1962

**Experiência Profissional:**

Até 10 de julho de 2020, Sami atuou como CEO e DRI da Companhia, cargo para o qual foi eleito em dezembro de 2010. Nos 10 (dez) anos anteriores à posse como diretor da Ideiasnet, foi sócio e exerceu diversas funções na WEBB S.A., empresa que atua principalmente na área de consultoria a empresas de supply chain management, sendo mais recentemente seu Diretor Presidente. Hoje, Sami exerce o cargo de Global Head of Fintech na Z-Tech, empresa parte da AB-InBev. Atuou no Conselho de Administração da Padtec S.A. até julho 2020.  
 Não houve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.  
 Sami declara não ser pessoa politicamente exposta e que não participa em entidades do terceiro setor.

**Comitês:**

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Remuneração		Membro do Comitê (Efetivo)	12/05/2025	2 (dois) anos (até a AGO que irá aprovar DFs 31/12/2026)			12/05/2025	10/07/2020

**Condenações:**

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

**Nome:** SEBASTIÃO SAHÃO JUNIOR      **CPF:** 077.908.148-00      **Passaporte:**      **Nacionalidade:** Brasil      **Profissão:** Engenheiro      **Data de Nascimento:** 01/11/1961

**Experiência Profissional:**

Engenheiro de materiais pela Universidade Federal de São Carlos (1986) e mestre em engenharia de materiais pela mesma universidade (1995). Pós-graduação em Gestão Empresarial pela FGV (Ohio University - 2002) e extensão em Gestão Estratégica para Executivos Seniores – Processos de Internacionalização de Empresas – INSEAD Fontainebleau (2011). Possui experiência na área de engenharia de materiais e metalúrgica. No CPqD, foi diretor de comunicações ópticas, de laboratórios e infraestrutura de redes, responsável pela montagem de vários laboratórios inéditos no país. Atuou como vice-presidente de administração e finanças até 2014. Atualmente é presidente do CPqD; presidente do Conselho de Administração da Trópico; presidente do Conselho Consultivo do interior de São Paulo da AMCHAM (Câmara Americana em Campinas); membro do Conselho de Administração da Padtec Holding S.A.; do Conselho Consultivo Fundador do Hub Internacional para o Desenvolvimento Sustentável – HIDS (Unicamp); do Conselho de Administração da Telebrasil; e do Conselho Deliberativo da Sistel.

Não houve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial.

Sebastião declara não ser pessoa politicamente exposta e que não participa em entidades do terceiro setor.

**Comitês:**

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Remuneração		Membro do Comitê (Efetivo)	12/05/2025	2 (dois) anos (até a AGO que irá aprovar DFs 31/12/2026)			12/05/2025	10/07/2020

**Condenações:**

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

## 7.5 Relações familiares

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

a. administradores do emissor

Não existe relação conjugal, união estável ou parentesco até segundo grau entre os Administradores da Companhia.

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

Não existe relação conjugal, união estável ou parentesco até segundo grau entre os Administradores da Companhia e os administradores de controladas, diretas ou indiretas.

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

Não existe relação conjugal, união estável ou parentesco até segundo grau entre os Administradores da Companhia e/ou de suas controladas diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos da Companhia.

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Não existe relação conjugal, união estável ou parentesco até segundo grau entre os Administradores da Companhia e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas.

## 7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% (noventa e nove por cento) do capital social

Não houve relação de subordinação, prestação de serviço ou controle relevante mantidas nos 3 (três) últimos exercícios sociais (2023 a 2025), entre controladores diretos e indiretos e a Companhia.

b. controlador direto ou indireto do emissor

O Sr. Antônio Carlos Valente é presidente do Conselho Curador da Fundação CPqD, acionista controlador da Companhia. Ademais, o Sr. Sebastião Sahão Junior é presidente da Fundação CPqD. Conforme contrato de governança, enquanto membros do Conselho de Administração da Companhia, ambos se absterão nas deliberações em eventual caso de conflito de interesse.

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não houve relação de subordinação, prestação de serviço ou controle relevante mantidas nos 3 (três) últimos exercícios sociais (2023 a 2025), entre administradores da Companhia e fornecedores, clientes, devedores ou credores.

O Sr. Carlos Raimar Schoeninger foi reeleito em abril de 2025, membro independente do Conselho de Administração da Desktop S.A., para um mandato de dois anos até a assembleia geral ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2026. A Desktop S.A. é cliente da Padtec S.A., investida da Companhia. Conforme contrato de governança, enquanto membro do Conselho de Administração da Desktop S.A., ele se absterá nas deliberações em eventual caso de conflito de interesse. Seu âmbito de decisão e influência, bem como a magnitude da relação comercial em questão, não afetam a independência de sua atuação.

## 7.7 Acordos/seguros de administradores

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA 2026 – SEÇÃO 7

#### 7. Assembleia Geral e Administração

7.7. Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções

A Companhia fornece informações sobre o seguro D&O de responsabilidade civil de conselheiros e diretores emitida pela AIG Seguros Brasil S.A., com cobertura válida até 09 de julho de 2026 e que contempla os Administradores da Companhia e de suas subsidiárias, respeitadas as limitações impostas pela respectiva apólice no item 8.16 deste Formulário de Referência. Informações acerca do contrato de indenidade celebrado entre a Companhia e seus Administradores (membros do Conselho de Administração ou da Diretoria) também estão disponíveis no item 8.16.

#### Campinas

Rua James Clerk Maxwell, 507  
Parque Tecnológico Techno Park  
Campinas • SP • CEP 13.069-380

+55 19 2104-9700  
padtec@padtec.com.br

## 7.8 Outras informações relevantes

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA 2026 – SEÇÃO 7

7.8. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

#### **Campinas**

Rua James Clerk Maxwell, 507  
Parque Tecnológico Techno Park  
Campinas • SP • CEP 13.069-380

+55 19 2104-9700  
padtec@padtec.com.br

## 8.1 Política ou prática de remuneração

### Seção 8 do Formulário de Referência 2026 da Companhia

#### 8. Remuneração dos Administradores

8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos<sup>1</sup>:

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui uma Política de Remuneração de Administradores (“Política de Remuneração”), aprovada por sua Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de julho de 2020 e aditada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 31 de março de 2021 e depois em Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 01 de setembro de 2022, 12 de julho de 2023 e 18 de setembro de 2025. Esta Política descreve as regras e critérios que orientam as decisões relacionadas à remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal, quando instalado, e membros dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração (“Administradores”) da Padtec Holding S.A. (“Companhia”) e de suas controladas, em especial sua subsidiária integral Padtec S.A. (“Padtec”), bem como incentivar o crescimento dos valores individuais e coletivos.

A Política de Remuneração encontra-se disponível para consulta no site de Relações com Investidores da Companhia (<https://www.padtec.com.br>), bem como no site da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)).

#### Conselho de Administração

A prática de remuneração para o Conselho de Administração visa a compensação pela contribuição dada à Companhia em aconselhamento e diligência das melhores práticas de atuação, sendo composta pelas seguintes regras: (i) os conselheiros serão eleitos em Assembleia Geral para um mandato unificado de 2 (dois) anos, conforme definido no estatuto social da Companhia, podendo ser reeleitos; (ii) conforme descrito no item 8.2 deste Formulário de Referência, a remuneração dos conselheiros é fixa, paga mensalmente em 12 (doze) parcelas a cada ano; (iii) o Conselho de Administração, para melhor desempenho de suas funções, poderá instituir comitês técnicos e consultivos com objetivos definidos, sendo compostos por conselheiros e/ou especialistas nos respectivos temas de cada comitê; (iv) os conselheiros que tenham participação em comitês ou outros órgãos de assessoramento ao Conselho de Administração não receberão remuneração adicional; e (v) fica facultado ao conselheiro eleito declinar de receber qualquer remuneração relativa à sua atuação no Conselho de Administração da Companhia para se adequar às normas e práticas de outra instituição na qual atue.

Ainda, os membros do Conselho de Administração não têm direito a perceber remuneração variável de nenhuma natureza. Entretanto, é assegurado o direito ao reembolso das despesas

<sup>1</sup> As informações sobre a política de remuneração devem abranger comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, bem como estruturas organizacionais assemelhadas, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, desde que tais comitês ou estruturas participem do processo de decisão dos órgãos de administração ou de gestão do emissor como consultores ou fiscais.

## 8.1 Política ou prática de remuneração

de viagem, estadia e outras despesas efetivamente incorridas em relação aos negócios da Companhia ou suas obrigações como conselheiros, observados os critérios de razoabilidade.

### Diretoria

A prática de remuneração da Companhia para a Diretoria Estatutária tem as seguintes regras: (i) os Diretores serão eleitos para um mandato de 2 (dois) anos, conforme definido no estatuto social, podendo ser reeleitos; (ii) a remuneração dos Diretores poderá ser composta de 3 (três) componentes, quais sejam, remuneração fixa, remuneração variável e remuneração baseada em ações; (iii) o monitoramento das metas corporativas e das metas individuais do Diretor Presidente será realizado pelo Conselho de Administração, com o apoio do Comitê de Remuneração e Governança; (iv) o monitoramento das metas individuais dos demais Diretores será realizado pelo Diretor Presidente, com o apoio do Comitê de Remuneração e Governança; (v) o pagamento da remuneração variável referente a cada ano deve ser realizado no ano seguinte, no 1º (primeiro) dia útil do mês subsequente ao da divulgação dos resultados do exercício social anterior ao mercado, sendo que a medição dos resultados e a apuração do valor a ser pago a cada Diretor serão validadas pelo Comitê de Remuneração e Governança; (vi) uma vez definido cada programa de concessão de opções ou ações, o Conselho de Administração fixará os termos e as condições de cada contrato de outorga, a ser individualmente firmado entre a Companhia e cada Diretor beneficiário; e (vii) O Diretor que atuar na diretoria de alguma das controladas da Companhia poderá receber remuneração adicional à recebida pela atuação na Diretoria da Companhia. A parcela recebida pela atuação na Diretoria de controladas da Companhia comporá a remuneração anual global dos Administradores a ser analisada e fixada pelos acionistas da Companhia reunidos em Assembleia Geral.

Em caso de invalidez permanente de algum Diretor ou de seu falecimento, caberá ao Conselho de Administração deliberar sobre qualquer pagamento extraordinário a ser feito ao Diretor ou a seus herdeiros, conforme o caso.

O objetivo da remuneração dos Diretores visa compensar a dedicação, competência e responsabilidade dos profissionais, bem como a incentivar o crescimento dos valores individuais e coletivos.

### Conselho Fiscal

A remuneração do Conselho Fiscal visa a compensação pela contribuição dada à Companhia em aconselhamento e diligência das melhores práticas de atuação. A remuneração máxima global dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado, é fixada anualmente pela Assembleia Geral que os elege, sem direito a perceber remuneração variável de nenhuma natureza, e assegurado o direito ao reembolso das despesas de viagem, estadia e outras despesas efetivamente incorridas em relação aos negócios da Companhia ou suas obrigações como conselheiros, observados os critérios de razoabilidade. Ademais, conforme previsto no Art. 162, §3º da Lei das Sociedades por Ações, a remuneração não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% (dez por cento) da remuneração que, em média, for atribuída a cada Diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

A remuneração anual será composta por 12 (doze) parcelas mensais, deliberada na forma de honorários globais e sem variação entre os membros que compõem o Conselho Fiscal. Conforme disposto no Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC (Instituto

## 8.1 Política ou prática de remuneração

Brasileiro de Governança Corporativa), não deve haver complementação da remuneração do conselheiro fiscal por aqueles que os indicaram.

O membro suplente do Conselho Fiscal, quando em atuação, fará jus à remuneração que caberia ao membro titular que está sendo substituído, no período em que ocorrer a substituição, contado mês a mês, período no qual o membro titular não receberá a respectiva remuneração. Será, ainda, assegurado o direito ao reembolso das despesas de viagem, estadia e outras despesas efetivamente incorridas em relação aos negócios da Companhia ou suas obrigações como conselheiros, observados os critérios de razoabilidade.

### Comitês de Assessoramento

Caso seja fixada pelo Conselho de Administração, a remuneração anual dos membros do Comitê Estatutário de Auditoria e Riscos será composta por 12 (doze) parcelas mensais fixas, sem variação entre seus membros, e não abrangerá aqueles que forem membros do Conselho de Administração da Companhia. Na eventual fixação da remuneração dos membros do Comitê Estatutário de Auditoria e Riscos, serão consideradas a dedicação de tempo esperada do profissional, a complexidade dos negócios, a experiência e a qualificação necessárias ao exercício da função. Os membros do Comitê Estatutário de Auditoria e Riscos têm assegurado o direito ao reembolso das despesas de viagem, estadia e outras despesas efetivamente incorridas em relação aos negócios da Companhia ou suas obrigações como membro do Comitê, observados os critérios de razoabilidade.

Não caberá remuneração pelo exercício do cargo de membro do Comitê de Tecnologia, Comitê de Remuneração e Governança ou Comitê de Ética, os quais serão compostos por empregados, membros da Diretoria ou do Conselho de Administração da Companhia ou de suas controladas.

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

O valor global máximo a ser pago aos membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal, quando instalado, e do Comitê Estatutário de Auditoria e Riscos a título de remuneração será determinado pela Assembleia Geral de acionistas, estando a remuneração global máxima para tal público atendendo aos limites impostos pelo artigo 152 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada. A remuneração global fixada pela Assembleia Geral é distribuída pelo Conselho de Administração, ouvido o Comitê de Remuneração e Governança, que determinará a proporção de cada componente da remuneração.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

O Conselho de Administração e o Comitê de Remuneração e Governança procuram observar a remuneração praticada por empresas equiparáveis e levam em consideração a situação financeira da Companhia para definir a remuneração individual de seus próprios membros e da Diretoria.

## 8.1 Política ou prática de remuneração

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Conselho de Administração e o Comitê de Remuneração e Governança avaliam a adequação da Política de Remuneração periodicamente, de forma a verificar a sua aderência com as responsabilidades de cada Administrador, bem como com o volume de trabalho do cargo, com o negócio desenvolvido pela Companhia e com sua situação econômico-financeira no exercício social em questão.

c. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
<b>Remuneração Fixa</b>	<p><i>Pró-labore.</i> A remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração da Companhia é composta por 12 (doze) parcelas mensais e tem como objetivo remunerar os serviços de cada conselheiro, dentro do escopo de responsabilidade atribuído ao Conselho de Administração da Companhia e com base na dedicação de tempo, sendo estabelecida e revisada de acordo com a legislação e os padrões de mercado. Não há distinção na remuneração dos membros do Conselho de Administração.</p> <p>Os membros do Conselho de Administração que também atuarem como Diretores da Companhia não receberão remuneração pelo exercício do cargo de conselheiro, mas apenas pelo cargo de Diretor.</p>
<b>Benefícios Diretos e Indiretos</b>	Os membros do Conselho de Administração não fazem jus ao recebimento de benefícios diretos ou indiretos. Quando necessário, a Companhia reembolsa as despesas de viagem, estadia e outras despesas efetivamente incorridas em relação aos negócios da Companhia ou suas obrigações como conselheiros, observados os critérios de razoabilidade.
<b>Participação em Comitês</b>	Os membros do Conselho de Administração não fazem jus à remuneração por participação em comitês de assessoramento.
<b>Remuneração Variável</b>	Os membros do Conselho de Administração não fazem jus à remuneração variável, incluindo bônus, participação nos resultados, participações em reuniões, e comissões. No entanto, os membros do Conselho de Administração que ocuparem cargos na Diretoria da Companhia poderão fazer jus ao recebimento de remuneração variável.
<b>Benefícios Pós-Emprego</b>	Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a benefícios pós-emprego.

## 8.1 Política ou prática de remuneração

<b>Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo</b>	Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.
<b>Remuneração Baseada em Ações</b>	Os membros do Conselho de Administração não têm direito a nenhuma remuneração variável, incluindo remuneração baseada em ações, conforme disposto na Política de Remuneração da Companhia.

<b>DIRETORIA ESTATUTÁRIA</b>	
<b>Remuneração Fixa</b>	<i>Pró-labore.</i> Os membros da Diretoria Estatutária fazem jus à remuneração fixa, que tem como objetivo remunerar os serviços de cada diretor, dentro do escopo de responsabilidade atribuído à Diretoria da Companhia. A remuneração fixa dos Diretores é composta por 13 (treze) parcelas a cada ano, sendo que no mês de dezembro haverá o pagamento de 2 (duas) parcelas, e deverá, ainda, levar em consideração a existência de padrões de mercado para profissionais com experiência semelhante, além do praticado por empresas do mesmo setor em que a Companhia atua.
<b>Benefícios Diretos e Indiretos</b>	Os membros da Diretoria Estatutária fazem jus aos seguintes benefícios: assistência médica e odontológica, vale alimentação e/ou vale refeição, plano de previdência privada (ou reembolso do valor despendido pelo Diretor para este fim, mediante comprovação, até o limite do valor que seria pago pela Companhia pelo plano ofertado como padrão para o cargo) e seguro de vida.  A assistência médica e odontológica é ofertada com preço subsidiado para os Diretores e seus dependentes, ou reembolso de até 70% (setenta por cento) do valor despendido pelo Diretor em plano contratado individualmente para si e seus dependentes, mediante comprovação, até o limite do valor que seria pago pela Companhia pela assistência médica e odontológica ofertada como padrão para o cargo.  Todos os benefícios previstos para os Diretores devem ser considerados quando da aprovação da remuneração anual global dos administradores, nos termos do artigo 152 da Lei das S.A.
<b>Participação em Comitês</b>	Os membros da Diretoria Estatutária não fazem jus à remuneração por participação em comitês.
<b>Remuneração Variável</b>	Os membros da Diretoria Estatutária fazem jus à remuneração variável (bônus) anual, baseada no atingimento de metas corporativas e individuais realizáveis durante o exercício fiscal, a serem previamente aprovadas pelo Conselho de Administração e mensuráveis. O pagamento da remuneração variável referente a cada ano deverá ser realizado no ano seguinte, no 1º (primeiro) dia útil do mês subsequente ao da divulgação dos resultados do exercício social anterior ao mercado. A medição dos resultados e a apuração do valor a ser pago a cada Diretor serão validadas pelo Comitê de Remuneração e Governança. A parcela da remuneração variável individual poderá alcançar o montante máximo de 50% (cinquenta

## 8.1 Política ou prática de remuneração

	por cento) da remuneração fixa individual anual.
<b>Benefícios Pós-Emprego</b>	Os membros da Diretoria Estatutária fazem jus a um plano de previdência privada, conforme descrito no item 8.14 deste Formulário de Referência.
<b>Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo</b>	Os membros da Diretoria Estatutária não fazem jus a benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.
<b>Remuneração Baseada em Ações</b>	<p>A Companhia poderá aprovar, em Assembleia Geral de Acionistas, planos de remuneração baseada em ações, recomendados pelo Conselho de Administração, órgão que será responsável pela administração de referidos planos. O Conselho de Administração poderá criar programas de concessão de opções ou ações, nos quais deliberará, respeitados os termos e diretrizes do plano de remuneração baseada em ações, sobre os beneficiários do programa, a quantidade de ações abrangidas, a divisão da outorga em lotes, eventuais restrições ao efetivo recebimento das opções ou ações e disposições sobre penalidades.</p> <p>A Companhia possui o Plano I de Incentivo de Longo Prazo e Retenção (Plano I ILP) aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de outubro de 2021 e o Plano II de Incentivo de Longo Prazo e Retenção (Plano II ILP) aprovado em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 26 de abril de 2024.</p>

<b>CONSELHO FISCAL</b>	
<b>Remuneração Fixa</b>	<i>Pró-labore.</i> A remuneração fixa dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado, é fixada pela Assembleia Geral da Companhia. Para o ano de 2021, nos meses em que o Conselho Fiscal esteve instalado, a remuneração fixa foi composta por parcelas mensais, sem variação entre seus membros.
<b>Benefícios Diretos e Indiretos</b>	Os membros do Conselho Fiscal não fazem jus ao recebimento de benefícios diretos ou indiretos. Quando necessário, a Companhia reembolsa as despesas de viagem, estadia e outras despesas efetivamente incorridas em relação aos negócios da Companhia ou suas obrigações como conselheiros, observados os critérios de razoabilidade.
<b>Participação em Comitês</b>	Os membros do Conselho Fiscal não participam de comitês de assessoramento.
<b>Remuneração Variável</b>	Os membros do Conselho Fiscal não fazem jus a remuneração variável, incluindo bônus, participação nos resultados, participações em reuniões, e comissões.
<b>Benefícios Pós-Emprego</b>	Os membros do Conselho Fiscal não fazem jus a benefícios pós-emprego.

## 8.1 Política ou prática de remuneração

<b>Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo</b>	Os membros do Conselho Fiscal não fazem jus a benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.
<b>Remuneração Baseada em Ações</b>	Os membros do Conselho Fiscal não têm direito a nenhuma remuneração variável, incluindo remuneração baseada em ações, conforme disposto na Política de Remuneração da Companhia.

<b>COMITÊ ESTATUTÁRIO DE AUDITORIA E RISCOS</b>	
<b>Remuneração Fixa</b>	<i>Pró-labore</i> . Caso seja fixada, a remuneração anual dos membros do Comitê Estatutário de Auditoria e Riscos será composta por 12 (doze) parcelas mensais fixas, sem variação entre seus membros, e não abrangerá aqueles que forem membros do Conselho de Administração da Companhia. Na eventual fixação da remuneração dos membros do Comitê Estatutário de Auditoria e Riscos, serão consideradas a dedicação de tempo esperada do profissional, a complexidade dos negócios, a experiência e a qualificação necessárias ao exercício da função.
<b>Benefícios Diretos e Indiretos</b>	Os membros do Comitê Estatutário de Auditoria e Riscos não fazem jus ao recebimento de benefícios diretos ou indiretos. Quando necessário, a Companhia reembolsa as despesas de viagem, estadia e outras despesas efetivamente incorridas em relação aos negócios da Companhia ou suas obrigações como conselheiros, observados os critérios de razoabilidade.
<b>Remuneração Variável</b>	Os membros do Comitê Estatutário de Auditoria e Riscos não fazem jus a remuneração variável pelo exercício do cargo, incluindo bônus, participação nos resultados, participações em reuniões, e comissões.
<b>Benefícios Pós-Emprego</b>	Os membros do Comitê Estatutário de Auditoria e Riscos não fazem jus a benefícios pós-emprego.
<b>Benefícios Motivados pela Cessação do Exercício do Cargo</b>	Os membros do Comitê Estatutário de Auditoria e Riscos não fazem jus a benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.
<b>Remuneração Baseada em Ações</b>	Os membros do Comitê Estatutário de Auditoria e Riscos não têm direito a nenhuma remuneração variável, incluindo remuneração baseada em ações, conforme disposto na Política de Remuneração da Companhia.

Os membros dos demais comitês de assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia não fazem jus à remuneração.

## 8.1 Política ou prática de remuneração

- seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor

A contratação de objetivos com base no planejamento estratégico permite que a Companhia acompanhe e avalie seus resultados e aqueles alcançados por seus administradores e estabeleça políticas de remuneração com base nesse planejamento.

- sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais

A tabela abaixo apresenta a proporção de cada elemento na composição da remuneração total nos 3 (três) últimos exercícios sociais:

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2025	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitês
Remuneração Fixa	100%	100%	0%	100%
Remuneração Variável	0%	0%	0%	0%
Baseada em Ações	0%	0%	0%	0%
<b>Total</b>	100%	100%	0%	100%

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitês
Remuneração Fixa	100%	56%	0%	100%
Remuneração Variável	0%	0%	0%	0%
Baseada em Ações	0%	44%	0%	0%
<b>Total</b>	100%	100%	0%	100%

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitês
Remuneração Fixa	100%	31%	0%	100%
Remuneração Variável	0%	0%	0%	0%
Baseada em Ações	0%	69%	0%	0%
<b>TOTAL</b>	100%	100%	0%	100%

- sua metodologia de cálculo e de reajuste

Não há metodologia de cálculo ou reajuste previamente estabelecidos ou autorizados para a parcela fixa da remuneração dos Administradores, cabendo ao Conselho de Administração, dentro dos limites determinados pelos acionistas em assembleia, fixar a distribuição da verba aprovada e qualquer reajuste.

O critério de cálculo da remuneração variável é sempre feito a partir do atingimento de metas pré-estabelecidas e do desempenho dos Diretores. As metas são definidas de acordo com as estratégias corporativas, a fim de se obter um alinhamento entre os interesses da Administração

## 8.1 Política ou prática de remuneração

e dos acionistas. O desempenho dos Diretores é avaliado através de critérios qualitativos e quantitativos, em função do empenho dos mesmos na busca por resultados, de modo a recompensar o esforço realizado para alcançar determinado fim.

- principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

Os indicadores de desempenho considerados para determinação do valor da remuneração atribuída aos Diretores são: indicadores financeiros da Companhia, como Receita Líquida, EBITDA e Lucro Líquido, além de indicadores individuais de desempenho, como iniciativa, proatividade, tomada de decisão, postura profissional, relacionamento interpessoal e trabalho em equipe.

Não há indicadores de desempenho levados em consideração para determinação da remuneração do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal ou dos comitês de assessoramento.

### ii. razões que justificam a composição da remuneração

A Companhia mantém em seu quadro profissionais qualificados para a função, com relevante experiência. Desta forma, a remuneração fixa dos Administradores se refere ao cumprimento das obrigações funcionais associados ao cargo, atrelada ao grau de responsabilidade e da experiência para ocupar a posição.

A remuneração fixa tem como objetivo atrair e reter profissionais qualificados que possam contribuir para o crescimento, sucesso e perpetuidade da Companhia e leva em conta a responsabilidade do cargo ocupado.

A Companhia acredita que a combinação dos elementos fixos que compõem a remuneração alinha os interesses dos executivos aos interesses da Companhia no curto, médio e longo prazos. A parcela fixa dos rendimentos proporciona segurança para o cumprimento de obrigações rotineiras dos executivos, associada a metas estabelecidas para cada exercício social, oferece o estímulo necessário para que o próprio Diretor e também os seus liderados entreguem seus melhores esforços no sentido de atingir e superar as metas da Companhia.

A Companhia acredita que o pagamento aos Diretores de bônus baseado em indicadores financeiros funciona como um incentivo para a melhoria da gestão da Companhia e sua permanência nos cargos, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e o desempenho de curto prazo.

### iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

É facultado aos membros do Conselho de Administração da Companhia declinar de receber qualquer remuneração relativa à sua atuação neste órgão para se adequar às normas e práticas de outra instituição na qual atue.

A Companhia não vê necessidade de remuneração dos membros do Comitê de Remuneração e Governança, do Comitê de Tecnologia ou do Comitê de Ética, pois esses órgãos são compostos por empregados, membros da Diretoria ou do Conselho de Administração da Companhia ou de suas controladas. Tal tratamento está previsto na Política de Remuneração.

## 8.1 Política ou prática de remuneração

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Na data deste Formulário de Referência, não há qualquer parcela da remuneração dos administradores da Companhia que seja suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia. Contudo, os Diretores da Companhia, que também são diretores da controlada Padtec S.A., recebem remuneração pelo cargo exercido nesta última.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Na data deste Formulário de Referência, não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

### Campinas

Rua James Clerk Maxwell, 507  
Parque Tecnológico Techno Park  
Campinas • SP • CEP 13.069-380

+55 19 2104-9700  
padtec@padtec.com.br

## 8.2 Remuneração total por órgão

## Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2026 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5	4	0	9,00
Nº de membros remunerados	5	4	0	9,00
Esclarecimento			Não haverá instalação do Conselho Fiscal em 2026.	
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	763.200,00	420.188,25	0,00	1.183.388,25
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	152.640,00	84.037,65	0,00	236.677,65
Descrição de outras remunerações fixas	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS.	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS.		
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	915.840,00	504.225,90	0,00	1.420.065,90

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2025 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5	3,17	0	8,17
Nº de membros remunerados	5	3,17	0	8,17
Esclarecimento			Não houve instalação de Conselho Fiscal em 2025.	
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	610.560,00	684.808,59	0,00	1.295.368,59
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	122.112,00	107.413,69	0,00	229.525,69
Descrição de outras remunerações fixas	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS.	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS.		
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis		Os diretores não receberam, no exercício de 2025, qualquer benefício pós-emprego pela atuação na Companhia. Os benefícios que compõem a remuneração dos diretores serão suportados exclusivamente pela controlada Padtec S.A. em razão dos cargos nela exercidos.		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Observação</b>		Os diretores não receberam, no exercício de 2025, qualquer benefício pós-emprego pela atuação na Companhia. Os benefícios que compõem a remuneração dos diretores serão suportados exclusivamente pela controlada Padtec S.A. em razão dos cargos nela exercidos.		
Total da remuneração	732.672,00	792.222,28	0,00	1.524.894,28

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5	4	0	9,00
Nº de membros remunerados	4,00	3,83	0	7,83
Esclarecimento			Não houve instalação do Conselho Fiscal em 2026.	
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	674.160,00	666.718,82	0,00	1.340.878,82
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	142.465,00	133.343,76	0,00	275.808,76
Descrição de outras remunerações fixas	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS.	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS.		
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	637.405,00	0,00	637.405,00
<b>Observação</b>		O número de membros da Diretoria Estatutária da Companhia foi calculado em linha com as disposições do Ofício-Circular/ Anual-2026-CVM/SEP. Os diretores não receberam, no exercício de 2024, qualquer benefício pós-emprego pela atuação na Companhia. Os benefícios que compõem a remuneração dos diretores serão suportados exclusivamente pela controlada Padtec S.A. em razão dos cargos nela exercidos.		
<b>Total da remuneração</b>	<b>816.625,00</b>	<b>1.437.467,58</b>	<b>0,00</b>	<b>2.254.092,58</b>

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5	4,42		9,42
Nº de membros remunerados	4,33	4,42		8,75
Esclarecimento				
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	666.240,00	679.154,00		1.345.394,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	100.608,00	135.831,00		236.439,00
Descrição de outras remunerações fixas	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no Ofício-Circular/Anual-2023- CVM/SEP	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS.		
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00		0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	1.812.777,00		1.812.777,00
<b>Observação</b>	O número de membros do Conselho de Administração da Companhia foi calculado em linha com as disposições do Ofício-Circular/Anual-2024- CVM/SEP.	O número de membros da Diretoria Estatutária da Companhia foi calculado em linha com as disposições do Ofício-Circular/Anual-2024- CVM/SEP. Os diretores não receberão, no exercício de 2023, qualquer benefício pós-emprego pela atuação na Companhia. Os benefícios que compõem a remuneração dos diretores serão suportados exclusivamente pela controlada Padtec S.A. em razão dos cargos nela exercidos.		
<b>Total da remuneração</b>	766.848,00	2.627.762,00		3.394.610,00

## 8.3 Remuneração Variável

## Exercício Social: 31/12/2026

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5	4		9,00
Nº de membros remunerados	0	0		0,00
Esclarecimento	Não há remuneração variável para conselheiros de administração;	Não há previsão de remuneração variável a ser paga pela Padtec Holding, mas sim pela controlada Padtec S.A.		
<b>EM RELAÇÃO AO BÔNUS</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00
<b>EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00

## Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5	3,17		8,17
Nº de membros remunerados	0	0		0,00
Esclarecimento	O CA não recebe remuneração variável.	A remuneração variável dos diretores será suportada pela controlada Padtec S.A. em razão dos cargos nela exercidos.		
<b>EM RELAÇÃO AO BÔNUS</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00
<b>EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00

## Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5	4		9,00
Nº de membros remunerados	0	1		1,00
Esclarecimento	O CA não recebe remuneração variável.			
<b>EM RELAÇÃO AO BÔNUS</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	803.130,00		803.130,00

Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	803.130,00		<b>803.130,00</b>
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	637.405,00		<b>637.405,00</b>
<b>EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		<b>0,00</b>
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		<b>0,00</b>
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		<b>0,00</b>
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		<b>0,00</b>

**Exercício Social: 31/12/2023**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5	4,42		<b>9,42</b>
Nº de membros remunerados	0	1		<b>1,00</b>
Esclarecimento	O CA não recebe remuneração variável.			
<b>EM RELAÇÃO AO BÔNUS</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		<b>0,00</b>
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	2.895.000,00		<b>2.895.000,00</b>
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	2.895.000,00		<b>2.895.000,00</b>
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	1.812.777,00		<b>1.812.777,00</b>
<b>EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		<b>0,00</b>
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		<b>0,00</b>
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		<b>0,00</b>
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		<b>0,00</b>

## 8.4 Plano de remuneração baseado em ações

### Seção 8 do Formulário de Referência 2026 da Companhia

#### 8. Remuneração dos Administradores

8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

- A Companhia adota, atualmente, o Plano de Incentivo de Longo Prazo e Retenção da Padtec Holding S.A. ("Plano I"), aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de outubro de 2021. O Plano é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia e tem por base a entrega de *Phantom Shares*.

Sem prejuízo dos esclarecimentos abaixo, informações detalhadas sobre o Plano I e sobre o Primeiro Programa estão disponíveis no site da Companhia (<https://www.padtec.com.br/investor/padtec-holding/>).

##### a. termos e condições gerais

São elegíveis para participar do Plano I, a critério do Conselho de Administração, os diretores estatutários ou não-estatutários, bem como demais colaboradores da Companhia e de suas subsidiárias, no Brasil ou no exterior, que sejam considerados profissionais-chave. Os membros do Conselho de Administração não são elegíveis ao Plano.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de novembro de 2021, conforme recomendação deliberada em reunião do Comitê de Remuneração realizada em 18 de novembro de 2021, foi aprovado o Primeiro Programa de Incentivo de Longo Prazo e Retenção da Companhia ("Primeiro Programa"), no âmbito do Plano I, eleitos os Beneficiários e definidas as respectivas quantidades de *Phantom Shares* outorgadas a cada um deles para este Primeiro Programa. Para a Diretoria Estatutária foram outorgadas no Primeiro Programa, em novembro de 2021, um total de 1.255.196 (um milhão duzentos e cinquenta e cinco mil cento e noventa e seis) *Phantom Shares*. Em 31 de dezembro de 2025, a Diretoria Estatutária detinha 90.487 (noventa mil e quatrocentos e oitenta e sete) *Phantom Shares*, sendo 1.164.709 (um milhão, cento e sessenta e quatro mil, setecentos e nove) passíveis de exercício.

Cada *Phantom Shares* outorgada representará o direito de o Beneficiário receber o valor integral do Prêmio, conforme definido na Cláusula 4.4 do Plano I, correspondente a 1 (uma) ação ordinária da Companhia. Cada *Phantom Shares* confere ao seu titular o direito ao recebimento de um prêmio pecuniário ("Prêmio"), após o seu devido exercício, condicionado à verificação do atingimento do Gatilho, sendo o valor do Prêmio calculado a partir da diferença entre o *Fair Market Value* da ação na qual está referenciado na Data do Exercício e o *Fair Market Value* da Data da Outorga das *Phantom Shares*. Sobre o *Fair Market Value* da Data da Outorga, será aplicado um desconto de 30% (trinta por cento).

A outorga das *Phantom Shares* não atribui ao seu titular o direito de subscrever ou adquirir ações de emissão da Companhia, tampouco confere a este a condição de acionista da Companhia ou qualquer outro privilégio inerente a tal condição, em especial o direito de voto e outros direitos políticos. Nenhuma ação de emissão da Companhia será entregue ao Beneficiário em razão das

## 8.4 Plano de remuneração baseado em ações

*Phantom Shares* outorgadas, outorga essa realizada de forma gratuita e formalizada mediante a assinatura pela Companhia e pelo Beneficiário de Contrato de Outorga.

### b. data de aprovação e órgão responsável

O Plano I foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de outubro de 2021. O Primeiro Programa foi aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de novembro de 2021.

### c. número máximo de ações abrangidas

O Plano I está limitado a um máximo de outorgas de até 3.137.991 (três milhões, cento e trinta e sete mil, e noventa e noventa e uma) *Phantom Shares* representativas, que correspondem a 4% (quatro por cento) do total de ações de emissão da Companhia na data de aprovação do Plano I, sem liquidação física. Para a Diretoria Estatutária no Primeiro Programa, em novembro de 2021, foram outorgadas um total de 1.255.196 (um milhão duzentos e cinquenta e cinco mil cento e noventa e seis) *Phantom Shares*. Em 31 de dezembro de 2025, a Diretoria Estatutária detinha 90.487 (noventa mil e quatrocentos e oitenta e sete) *Phantom Shares*, sendo 1.164.709 (um milhão, cento e sessenta e quatro mil, setecentos e nove) passíveis de exercício.

Vale ressaltar que a outorga das *Phantom Shares* não atribui ao seu titular o direito de subscrever ou adquirir ações de emissão da Companhia, tampouco confere a este a condição de acionista da Companhia ou qualquer outro privilégio inerente a tal condição, em especial o direito de voto e outros direitos políticos.

Nenhuma ação de emissão da Companhia será entregue ao Beneficiário no âmbito do Plano I.

### d. número máximo de opções a serem outorgadas

O Plano I não engloba a outorga de opções, uma vez que se trata de outorga de *Phantom Shares*.

### e. condições de aquisição de ações

Os Beneficiários do Plano I serão eleitos pelo Conselho de Administração, que definirá a quantidade de *Phantom Shares* a serem atribuídas de forma individualizada e celebrará Contratos de Outorga individuais prevendo termos e condições específicas.

A outorga das *Phantom Shares* será realizada de forma gratuita. Por sua vez, para fazer jus ao exercício das *Phantom Shares*, deverão ser respeitados os períodos de carência (“*Vesting*”) e observado um gatilho relacionado ao valor da cotação das ações de emissão da Companhia negociadas na B3.

As *Phantom Shares* outorgadas a cada Beneficiário serão divididas em quatro lotes de quantidades iguais (“Lote”), sendo que cada Lote poderá ser exercido, respectivamente, após 12 (doze), 24 (vinte e quatro), 36 (trinta e seis) e 48 (quarenta e oito) meses contados da data da outorga das *Phantom Shares*.

Após transcorridos os respectivos períodos de *Vesting*, o exercício das *Phantom Shares* fica condicionado ao atingimento da média da cotação das ações de emissão da Companhia ponderada pelo volume de negociação nos 60 (sessenta) pregões em que as ações tenham sido

## 8.4 Plano de remuneração baseado em ações

negociadas na B3 antes de cada data de corte (“*Fair Market Value*”), na data de medição, em 5% (cinco por cento) acima do *Fair Market Value* da data da outorga (“Gatilho”).

Caso o Beneficiário não venha a exercer as *Phantom Shares* no prazo de até 10 (dez) anos após o *Vesting* para cada Lote das *Phantom Shares* seja em virtude da não verificação do Gatilho, seja pela omissão do Beneficiário em exercer as *Phantom Shares*, as *Phantom Shares* caducarão.

### f. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O Plano I não prevê preço de exercício das *Phantom Shares*. Conforme indicado no item (a) acima, as *Phantom Shares* serão outorgadas de forma gratuita e conferirão ao seu titular o direito de receber um prêmio pecuniário após o seu exercício. De acordo com o Plano I, o exercício das *Phantom Shares* está condicionado ao cumprimento do *Vesting* e ao atingimento do Gatilho.

Por sua vez, vale ressaltar que após o devido exercício, o Beneficiário terá o direito de receber um prêmio pecuniário, cujo valor será calculado a partir da diferença entre o *Fair Market Value* da ação de emissão da Companhia na qual está referenciado na Data do Exercício e o *Fair Market Value* da Data da Outorga das *Phantom Shares*. Sobre o *Fair Market Value* da Data da Outorga, será aplicado um desconto de 30% (trinta por cento), conforme indicado na fórmula abaixo:

$$\text{Prêmio} = \text{Fair Market Value DE} - (\text{Fair Market Value DO} \times 0,7)$$

Onde:

“DE” significa Data de Exercício da *Phantom Share*;

“DO” significa Data de Outorga da *Phantom Share*; e

“*Fair Market Value*” significa a média da cotação das ações ponderada pelo volume de negociação nos 60 (sessenta) pregões em que as ações tenham sido negociadas na B3 antes de cada data de corte.

### g. critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

O exercício das *Phantom Shares*, pelos Beneficiários, estará condicionado a períodos de carência (“*Vesting*”). As *Phantom Shares* outorgadas a cada Beneficiário serão divididas em quatro lotes de quantidades iguais, sendo que o *Vesting* de cada lote será, respectivamente, de 12 (doze), 24 (vinte e quatro), 36 (trinta e seis) e 48 (quarenta e oito) meses contados da data da outorga das *Phantom Shares*. A fixação do período de carência favorece a retenção dos Beneficiários no rol de colaboradores da Companhia.

Decorrido cada período de *Vesting*, desde que atingido o Gatilho (vide item (e) acima), o Beneficiário terá um prazo de 10 (dez) anos para o exercício das respectivas *Phantom Shares*.

### h. forma de liquidação

Não há liquidação de opções no Plano I, uma vez que se trata de Plano com base em *Phantom Shares*, sem liquidação física, inexistindo, portanto, qualquer entrega ou possibilidade de subscrição ou aquisição de ações. A qualquer momento após o período de *Vesting* e o atingimento do Gatilho, o Beneficiário poderá exercer as *Phantom Shares* para receber o Prêmio

## 8.4 Plano de remuneração baseado em ações

por meio de comunicação por escrito à Companhia, informando a quantidade de *Phantom Shares* que será exercida, nos termos do respectivo Contrato de Outorga.

O Prêmio será pago pela Companhia ao Beneficiário, em recursos imediatamente disponíveis, na folha de pagamento do mês subsequente à Data de Exercício.

### i. restrições à transferência das ações

Não aplicável, uma vez que o Plano I não envolve a entrega efetiva de ações, mas sim o pagamento em dinheiro, atrelado à valorização das ações da Companhia.

### j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Plano I poderá ser extinto diante das seguintes hipóteses: (a) pelo decurso do prazo que permita o exercício integral das *Phantom Shares* ora concedidas; ou (b) pela dissolução ou liquidação da Companhia.

Em caso de realização de qualquer operação de reorganização societária que envolva a cisão da Companhia, sua fusão com outra sociedade, a incorporação da Companhia por outra sociedade, a incorporação de suas ações por outra sociedade ou a transformação do tipo societário da Companhia, bem como caso venha a ser solicitado o cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia, a totalidade das *Phantom Shares* outorgadas se tornará automaticamente integral e imediatamente exercível pelos Beneficiários que tiverem cumprido o requisito de permanência em seus cargos até o momento da deliberação assemblear que aprovar a reorganização societária ou cancelamento de registro de companhia aberta. O prazo para o exercício das *Phantom Shares* nesse caso será de 10 (dez) dias a partir da deliberação assemblear que aprovar a reorganização societária ou o cancelamento de registro de companhia aberta ou outra data definida pelo Conselho de Administração.

Além das hipóteses previstas acima, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre eventual aceleração do Plano, com a consequente antecipação da possibilidade de exercício da totalidade das *Phantom Shares* outorgadas, na ocorrência de aprovação de saída do segmento de listagem Novo Mercado da B3, de operações que impliquem a modificação do controle da Companhia ou em hipóteses de incorporação de outras sociedades pela Padtec. Na avaliação do Conselho de Administração a respeito da eventual antecipação deverão ser considerados os objetivos do presente Plano e os impactos que tal operação ou deliberação poderão acarretar sobre a liquidez das ações de emissão da Companhia.

### k. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Caso o Beneficiário venha se desligar do cargo exercido na Companhia ou em suas subsidiárias, conforme aplicável, por vontade da Companhia, sem justo motivo, serão adotados os seguintes critérios: (i) as *Phantom Shares* ainda não exercíveis na data do desligamento restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização ao Beneficiário por parte da Companhia; e (ii) as *Phantom Shares* já exercíveis na data do desligamento, que tiverem atingido o Gatilho, poderão ser exercidas pelo Beneficiário no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data do desligamento; após esse prazo, as mesmas restarão automaticamente extintas, de pleno direito,

#### Campinas

Rua James Clerk Maxwell, 507  
Parque Tecnológico Techno Park  
Campinas • SP • CEP 13.069-380

+55 19 2104-9700  
padtec@padtec.com.br

## 8.4 Plano de remuneração baseado em ações

independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem qualquer direito a indenização ao Beneficiário por parte da Companhia. Todas as *Phantom Shares* não exercidas caducarão, sem que os Beneficiários tenham direito a qualquer indenização por parte da Companhia.

Caso o Beneficiário venha a se desligar da Companhia ou de suas subsidiárias, conforme aplicável, por vontade própria ou por destituição, demissão ou não recondução ao cargo pela Companhia por justa causa, conforme as hipóteses previstas no Plano, todas as *Phantom Shares* ainda não exercidas na data do desligamento, estejam estas exercíveis ou não, serão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização ao Beneficiário. Para os fins da presente disposição, serão consideradas justa causa para o desligamento a prática pelo Beneficiário de ato ou conduta que (a) contrarie as políticas, códigos de conduta da Companhia e demais deveres previstos na legislação e no Estatuto ou Contrato Social da Companhia ou de sua subsidiária em questão, conforme aplicável, (b) seja contrário ou conflitante aos interesses da Companhia, (c) viole o dever de manter em sigilo e confidencialidade quanto a assuntos da Companhia que sejam de seu conhecimento, (d) caracterize concorrência com as atividades da Companhia, (e) caracterize difamação, dano à imagem, ou qualquer outra forma de prejuízo para a Companhia, (f) as hipóteses previstas no artigo 482 da Consolidação das Leis do Trabalho (“CLT”), para os Beneficiários que sejam empregados regidos pela CLT, e (g) quaisquer outros atos contrários ao dever de lealdade para com a Companhia, incluindo falta deliberada de empenho no trabalho executado pelo Beneficiário.

Em caso de desligamento do Beneficiário em virtude de (i) aposentadoria com encerramento do vínculo com a Companhia ou sua subsidiária, conforme aplicável; ou (ii) cumprimento de plano sucessório negociado com o Comitê de Remuneração e Governança, o Conselho de Administração, ouvido o Comitê de Remuneração e Governança da Companhia, terá amplos poderes para estipular nos programas ou nos contratos celebrados com os Beneficiários as condições relativas às *Phantom Shares* cujo Prazo de Exercício ainda não tenha sido observado.

Na hipótese de se verificar (a) a invalidez permanente do Beneficiário, conforme reconhecida pela autoridade previdenciária competente, ou (b) o falecimento do Beneficiário, o Beneficiário ou seus sucessores, conforme o caso, permanecerão: (i) com a propriedade das *Phantom Shares* que já tenham sido recebidas mediante os respectivos exercícios no âmbito deste Plano; (ii) com o direito de exercer as *Phantom Shares* que já sejam exercíveis e que tenham atingido o Gatilho, observado o prazo indicado no Plano; e (iii) com o direito a exercer as *Phantom Shares* cujo aniversário e consequente Prazo de Exercício ainda não tenham se verificado, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da comunicação do evento à Companhia.

- Adicionalmente, há o Plano II de Incentivo de Longo Prazo e Retenção da Companhia (“Plano II ILP”), aprovado na Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 26 de abril de 2024, com as seguintes características:

### a. termos e condições gerais

São elegíveis para participar do Plano II ILP, a critério do Conselho de Administração, os diretores estatutários ou não-estatutários, bem como demais colaboradores da Companhia e de suas subsidiárias, no Brasil ou no exterior, que sejam considerados profissionais-chave (“Beneficiário(s)”). Os membros do Conselho de Administração não são elegíveis ao Plano II ILP.

## 8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Poderão ser outorgadas até 1.595.560 (um milhão, quinhentas e noventa e cinco mil, quinhentas e sessenta) *Phantom Shares*, que correspondem a 2% (dois por cento) do total de ações de emissão da Companhia na data de aprovação do Plano II ILP, sem liquidação física.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de maio de 2024, conforme recomendação deliberada em reunião do Comitê de Remuneração realizada também nesta mesma data, foi aprovado o Primeiro Programa de Incentivo de Longo Prazo e Retenção da Companhia (“Primeiro Programa do Plano II”), no âmbito do Plano II ILP, eleitos os Beneficiários e definidas as respectivas quantidades de *Phantom Shares* outorgadas a cada um deles para este Primeiro Programa do Plano II. Para a Diretoria Estatutária foram outorgadas um total de 450.000 (quatrocentas e cinquenta mil) *Phantom Shares*. Em 31 de dezembro de 2025, não havia nenhuma *Phantom Share* com possibilidade de exercício.

Cada *Phantom Shares* confere ao seu titular o direito ao recebimento de um prêmio pecuniário (“Prêmio”), após o seu devido exercício, condicionado à verificação do atingimento do Gatilho, sendo o valor do Prêmio calculado a partir da diferença entre o *Fair Market Value* da ação na qual está referenciado na Data do Exercício e o *Fair Market Value* da Data da Outorga das *Phantom Shares*. Sobre o *Fair Market Value* da Data da Outorga, será aplicado um desconto de 30% (trinta por cento). O *Fair Market Value* da Data da Outorga será atualizado a cada 12 (doze) meses, conforme cláusula 4.4 do Plano II ILP.

A outorga das *Phantom Shares* não atribui ao seu titular o direito de subscrever ou adquirir ações de emissão da Companhia, tampouco confere a este a condição de acionista da Companhia ou qualquer outro privilégio inerente a tal condição, em especial o direito de voto e outros direitos políticos. Nenhuma ação de emissão da Companhia será entregue ao Beneficiário em razão das *Phantom Shares* outorgadas, outorga essa realizada de forma gratuita e formalizada mediante a assinatura pela Companhia e pelo Beneficiário de Contrato de Outorga.

### b. data de aprovação e órgão responsável

O Plano II ILP foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária em 26 de abril de 2024. O Primeiro Programa do Plano II foi aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de maio de 2024. O Segundo Programa do Plano II foi aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de dezembro de 2025.

### c. número máximo de ações abrangidas

Poderão ser outorgadas até 1.595.560 (um milhão, quinhentas e noventa e cinco mil, quinhentas e sessenta) *Phantom Shares*, que correspondem a 2% (dois por cento) do total de ações de emissão da Companhia na data de aprovação do Plano II ILP, sem liquidação física. Em 31 de dezembro de 2025, a Diretoria Estatutária detinha 450.000 (quatrocentos e cinquenta mil) *Phantom Shares*, nenhuma com possibilidade de exercício.

Vale ressaltar que a outorga das *Phantom Shares* não atribui ao seu titular o direito de subscrever ou adquirir ações de emissão da Companhia, tampouco confere a este a condição de acionista da Companhia ou qualquer outro privilégio inerente a tal condição, em especial o direito de voto e outros direitos políticos.

## 8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Nenhuma ação de emissão da Companhia será entregue ao Beneficiário no âmbito do Plano II ILP.

### d. número máximo de opções a serem outorgadas

O Plano II ILP não engloba a outorga de opções, uma vez que se trata de outorga de *Phantom Shares*.

### e. condições de aquisição de ações

Os Beneficiários do Plano II ILP serão eleitos pelo Conselho de Administração, que definirá a quantidade de *Phantom Shares* a serem atribuídas de forma individualizada e celebrará Contratos de Outorga individuais prevendo termos e condições específicas.

A outorga das *Phantom Shares* será realizada de forma gratuita. Por sua vez, para fazer jus ao exercício das *Phantom Shares*, deverão ser respeitados os períodos de carência (“*Vesting*”) e observado um gatilho relacionado ao valor da cotação das ações de emissão da Companhia negociadas na B3.

As *Phantom Shares* outorgadas a cada Beneficiário serão divididas em quatro lotes de quantidades iguais (“Lote”), sendo que cada Lote poderá ser exercido, respectivamente, após 12 (doze), 24 (vinte e quatro), 36 (trinta e seis) e 48 (quarenta e oito) meses contados da data da outorga das *Phantom Shares*.

Após transcorridos os respectivos períodos de *Vesting*, o exercício das *Phantom Shares* fica condicionado ao atingimento da média da cotação das ações de emissão da Companhia ponderada pelo volume de negociação nos 60 (sessenta) pregões em que as ações tenham sido negociadas na B3 antes de cada data de corte (“*Fair Market Value*”), na data de medição, em 30% (trinta por cento) acima do *Fair Market Value* da data da outorga atualizada (“Gatilho”). Esta definição encontra-se detalhada no item “f” abaixo.

Caso o Beneficiário não venha a exercer as *Phantom Shares* no prazo de até 2 (dois) anos após o *Vesting* para cada Lote das *Phantom Shares* seja em virtude da não verificação do Gatilho, seja pela omissão do Beneficiário em exercer as *Phantom Shares*, as *Phantom Shares* caducarão. As *Phantom Shares* consideradas caducas ou terminadas sem o exercício, conforme os casos de término previsto no Plano II ILP, poderão ser objeto de alocação adicional, através de nova outorga mediante programa(s) específico(s). O limite para aprovação de eventuais novas outorgas é 24 (vinte e quatro) meses contados da primeira outorga sob esse Plano II ILP. Deste modo, esse Plano II ILP terá vigência máxima, incluindo prazo de exercício, de 8 (oito) anos a contar da data da primeira outorga de opções.

### f. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O Plano II ILP não prevê preço de exercício das *Phantom Shares*. Conforme indicado no item (a) acima, as *Phantom Shares* serão outorgadas de forma gratuita e conferirão ao seu titular o direito de receber um prêmio pecuniário após o seu exercício. De acordo com o Plano II ILP, o exercício das *Phantom Shares* está condicionado ao cumprimento do *Vesting* e ao atingimento do Gatilho.

Por sua vez, vale ressaltar que após o devido exercício, o Beneficiário terá o direito ao recebimento de um prêmio pecuniário (“Prêmio”), após o seu devido exercício, condicionado à

## 8.4 Plano de remuneração baseado em ações

verificação do atingimento do Gatilho, definido conforme abaixo, sendo o valor do Prêmio calculado a partir da diferença entre o Fair Market Value da ação na qual está referenciado na Data do Exercício e o Fair Market Value da Data da Outorga das Phantom Shares atualizado a cada novo Vesting, conforme explanado abaixo. Sobre o Fair Market Value da Data da Outorga atualizado a cada novo Vesting, será aplicado um desconto de 30% (trinta por cento).

$$\text{Prêmio} = \text{Fair Market Value DE} - (\text{Fair Market Value DOA} \times 0,7)$$

Onde:

**“Fair Market Value DE”** significa a média da cotação das ações ponderada pelo volume de negociação nos 60 (sessenta) pregões em que as ações tenham sido negociadas na B3 antes da Data de Exercício da Phantom Share;

**“Fair Market Value DOA”** significa a média da cotação das ações ponderada pelo volume de negociação nos 60 (sessenta) pregões em que as ações tenham sido negociadas na B3 antes da Data de Outorga Atualizada, isto é:

- Para as Phantom Shares liberadas para exercício no Primeiro Vesting, conforme definição constante da cláusula 5.1 do Plano II ILP, será aplicável o “Fair Market Value DOA” relativo à Data de Outorga;
- Para as Phantom Shares liberadas para exercício no Segundo Vesting, conforme definição constante da cláusula 5.1 do Plano II ILP, será aplicável o “Fair Market Value DOA” relativo à data de vencimento do Primeiro Vesting;
- Para as Phantom Shares liberadas para exercício no Terceiro Vesting, conforme definição constante da cláusula 5.1 do Plano II ILP, será aplicável o “Fair Market Value DOA” relativo à data de vencimento do Segundo Vesting; e
- Para as Phantom Shares liberadas para exercício no Quarto Vesting, conforme definição constante da cláusula 5.1 do Plano II ILP, será aplicável o “Fair Market Value DOA” relativo à data de vencimento do Terceiro Vesting.

Sobre o Gatilho: Uma vez transcorrido o prazo de Vesting, o exercício das *Phantom Shares* fica condicionado ao atingimento do Fair Market Value, na data de medição, em 30% (trinta por cento) acima do respectivo Fair Market Value DOA, conforme definido na explicação acima (“Gatilho”).

Desta forma, para as Phantom Shares liberadas no Primeiro Vesting, seu exercício fica condicionado ao atingimento do Fair Market Value, na data de medição, em 30% (trinta por cento) acima do Fair Market Value da Data de Outorga.

Já as *Phantom Shares* liberadas no Segundo Vesting podem ser exercidas a partir da data de medição em que o Fair Market Value supere em 30% (trinta por cento) o Fair Market Value da data de vencimento do Primeiro Vesting, e assim por diante.

g. critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

## 8.4 Plano de remuneração baseado em ações

O exercício das *Phantom Shares*, pelos Beneficiários, estará condicionado a períodos de carência (“*Vesting*”). As *Phantom Shares* outorgadas a cada Beneficiário serão divididas em quatro lotes de quantidades iguais, sendo que o *Vesting* de cada lote será, respectivamente, de 12 (doze), 24 (vinte e quatro), 36 (trinta e seis) e 48 (quarenta e oito) meses contados da data da outorga das *Phantom Shares*. A fixação do período de carência favorece a retenção dos Beneficiários no rol de colaboradores da Companhia.

Decorrido cada período de *Vesting*, desde que atingido o Gatilho (vide item “f” acima), o Beneficiário terá um prazo de 2 (dois) anos para o exercício das respectivas *Phantom Shares*.

### h. forma de liquidação

Não há liquidação de opções no Plano II ILP, uma vez que se trata de Plano II ILP com base em *Phantom Shares*, sem liquidação física, inexistindo, portanto, qualquer entrega ou possibilidade de subscrição ou aquisição de ações. A qualquer momento após o período de *Vesting* e o atingimento do Gatilho, o Beneficiário poderá exercer as *Phantom Shares* para receber o Prêmio por meio de comunicação por escrito à Companhia, informando a quantidade de *Phantom Shares* que será exercida, nos termos do respectivo Contrato de Outorga.

O Prêmio será pago pela Companhia ao Beneficiário, em recursos imediatamente disponíveis, na folha de pagamento do mês subsequente à Data de Exercício, sendo que mediante iniciativa da Diretoria da Companhia e decisão do Comitê de Remuneração e Governança, o pagamento do Prêmio poderá ser parcelado em até 12 (doze) parcelas mensais, fixas e subsequentes.

### i. restrições à transferência das ações

Não aplicável, uma vez que o Plano II ILP não envolve a entrega efetiva de ações, mas sim o pagamento em dinheiro, atrelado à valorização das ações da Companhia.

### j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do Plano II ILP

O Plano II ILP poderá ser extinto diante das seguintes hipóteses: (a) pelo decurso do prazo que permita o exercício integral das *Phantom Shares* ora concedidas; ou (b) pela dissolução ou liquidação da Companhia.

Em caso de realização de qualquer operação de reorganização societária que envolva a cisão da Companhia, sua fusão com outra sociedade, a incorporação da Companhia por outra sociedade e/ou a incorporação de suas ações por outra sociedade, a totalidade das *Phantom Shares* outorgadas se tornará automaticamente integral e imediatamente exercível pelos Beneficiários que tiverem cumprido o requisito de permanência em seus cargos até o momento da deliberação assemblear que aprovar a reorganização societária, desde que o Gatilho seja atingido. Serão levadas em consideração as condições decorrentes do último Fair Market Value DOA apurado. O prazo para o exercício das *Phantom Shares* nesse caso será de 10 (dez) dias a partir da deliberação assemblear que aprovar a reorganização societária.

Além das hipóteses previstas acima, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre eventual aceleração do Plano II ILP, com a consequente antecipação da possibilidade de exercício da totalidade das *Phantom Shares* outorgadas, na ocorrência de transformação do tipo societário da Companhia, aprovação da solicitação de cancelamento do registro de companhia

## 8.4 Plano de remuneração baseado em ações

aberta da Companhia, aprovação de saída do segmento de listagem Novo Mercado da B3, de operações que impliquem a modificação do controle da Companhia ou em hipóteses de incorporação de outras sociedades pela Companhia que eventualmente ocorram após 12 (doze) meses da aprovação deste Plano II ILP. Tal deliberação deverá ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias a contar do respectivo evento descrito neste parágrafo. Na avaliação do Conselho de Administração a respeito da eventual antecipação deverão ser considerados os objetivos do presente Plano II ILP e os impactos que tal operação ou deliberação poderão acarretar sobre a liquidez das ações de emissão da Companhia.

k. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no Plano II ILP de remuneração baseado em ações

Caso o Beneficiário venha a se desligar do cargo exercido na Companhia ou em suas subsidiárias, conforme aplicável, por vontade da Companhia, sem justo motivo, serão adotados os seguintes critérios: (i) as *Phantom Shares* ainda não exercíveis na data do desligamento restarão automaticamente terminadas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização ao Beneficiário por parte da Companhia; e (ii) as *Phantom Shares* já exercíveis na data do desligamento, que tiverem atingido o Gatilho, poderão ser exercidas pelo Beneficiário no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data do desligamento; após esse prazo, as mesmas restarão automaticamente terminadas, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem qualquer direito a indenização ao Beneficiário por parte da Companhia. Todas as *Phantom Shares* não exercidas caducarão, sem que os Beneficiários tenham direito a qualquer indenização por parte da Companhia.

Caso o Beneficiário venha a se desligar do cargo exercido na Companhia ou em suas subsidiárias, conforme aplicável, por vontade própria do Beneficiário ou por destituição, demissão ou não recondução ao cargo pela Companhia por justa causa, todas as *Phantom Shares* ainda não exercidas na data do desligamento, estejam estas exercíveis ou não, serão automaticamente terminadas, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização ao Beneficiário por parte da Companhia. Para os fins da presente disposição, serão consideradas justa causa para o desligamento a prática pelo Beneficiário de ato ou conduta que (a) contrarie as políticas, códigos de conduta da Companhia e demais deveres previstos na legislação e no Estatuto ou Contrato Social da Companhia ou de sua subsidiária em questão, conforme aplicável, (b) seja contrário ou conflitante aos interesses da Companhia, (c) viole o dever de manter em sigilo e confidencialidade quanto a assuntos da Companhia que sejam de seu conhecimento, (d) caracterize concorrência com as atividades da Companhia, (e) caracterize difamação, dano à imagem, ou qualquer outra forma de prejuízo para a Companhia, (f) as hipóteses previstas no artigo 482 da Consolidação das Leis do Trabalho ("CLT"), para os Beneficiários que sejam empregados regidos pela CLT, e (g) quaisquer outros atos contrários ao dever de lealdade para com a Companhia, incluindo falta deliberada de empenho no trabalho executado pelo Beneficiário.

Em caso de desligamento do Beneficiário em virtude de (i) aposentadoria com encerramento do vínculo com a Companhia ou sua subsidiária, conforme aplicável; ou (ii) cumprimento de Plano II ILP sucessório negociado com o Comitê de Remuneração e Governança, o Conselho de Administração, ouvido o Comitê de Remuneração e Governança da Companhia, terá amplos poderes para estipular nos Programas ou nos Contratos de Outorga celebrados junto aos Beneficiários as condições relativas às *Phantom Shares* cujo prazo de exercício ainda não tenha sido observado.

## 8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Na hipótese de se verificar (a) a invalidez permanente do Beneficiário, conforme reconhecida pela autoridade previdenciária competente, ou (b) o falecimento do Beneficiário, o Beneficiário ou seus sucessores, conforme o caso, permanecerão: (i) com a propriedade das *Phantom Shares* que já tenham sido recebidas mediante os respectivos exercícios no âmbito deste Plano II ILP; (ii) com o direito de exercer as *Phantom Shares* que já sejam exercíveis e que tenham atingido o Gatilho, observado o prazo indicado no Plano II ILP; e (iii) com o direito a exercer as *Phantom Shares* cujo aniversário e consequente prazo de exercício ainda não tenham se verificado, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da comunicação do evento à Companhia, mas que tenham atingido o Gatilho, considerando as condições decorrentes do último Fair Market Value DOA apurado. Caso as *Phantom Shares* não sejam exercidas dentro dos prazos previstos nesta Cláusula, tal direito decairá, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem qualquer direito a indenização ao Beneficiário por parte da Companhia.

O Plano II ILP não gerou impactos financeiros no exercício de 2025.

### Campinas

Rua James Clerk Maxwell, 507  
Parque Tecnológico Techno Park  
Campinas • SP • CEP 13.069-380

+55 19 2104-9700  
padtec@padtec.com.br

**8.5 Remuneração Baseada em Ações (Opções de Compra de Ações)****Exercício Social: 31/12/2024**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5	4		9,00
Nº de membros remunerados	0	1		1,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	N/A	1%		0,00
Esclarecimento	O CA não recebe remuneração baseada em ações.			----
<b>PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES</b>				
Em aberto no início do exercício social	0,00	3,08		3,08
Perdas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	2,51		2,51

**Exercício Social: 31/12/2023**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5	4,42		9,42
Nº de membros remunerados	0	1		1,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	N/A	1%		0,00
Esclarecimento	O CA não recebe remuneração baseada em ações.			----
<b>PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES</b>				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00		0,00
Perdas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00		0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	2,37		2,37

## 8.6 Outorga de opções de compra de ações

## Seção 8 do Formulário de Referência 2026 da Companhia

## 8. Remuneração dos Administradores

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- órgão
- número total de membros
- número de membros remunerados
- data de outorga
- quantidade de opções outorgadas
- prazo para que as opções se tornem exercíveis
- prazo máximo para exercício das opções
- prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções
- valor justo das opções na data da outorga
- multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga

Não há remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações prevista para o exercício social corrente.

Nos quadros abaixo seguem informações com relação aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e encerrado em 31 de dezembro de 2023, relacionadas ao VIII Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em abril de 2023. Esse Plano foi completamente exercido em 2024.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2024		
REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	4,00
Nº total de membros remunerados	0,00	1,00
Data da Outorga	N/A	28/04/2023
Quantidade de Opções	N/A	254.962 <sup>1</sup>
Prazo para que as Opções se tornem exercíveis	N/A	Desde 01/08/2023
Prazo Máximo para Exercício das Opções	N/A	Até 01/08/2028
Prazo de restrição à transferência de ações	N/A	Salvo deliberação em contrário pelo Conselho de Administração, o titular das Ações só poderá ceder, alienar ou transferir ou, de qualquer forma gravar as Ações subscritas ou adquiridas no âmbito do VIII Plano, bem como aquelas que venham a ser adquiridas em virtude de bonificações ou desdobramentos dessas mesmas Ações, após o prazo de 6 (seis) meses contados da respectiva subscrição ou aquisição
Valor justo das Opções na data de outorga	N/A	2,24 <sup>2</sup>

<sup>1</sup> Trata-se das opções exercidas no exercício de 2024.

<sup>2</sup> Este valor corresponde ao preço de fechamento das ações PDTC3 na B3 em 28 de abril de 2023 (data de outorga), descontado o preço de exercício das opções, R\$ 0,01.

## Campinas

Rua James Clerk Maxwell, 507  
Parque Tecnológico Techno Park  
Campinas • SP • CEP 13.069-380

+55 19 2104-9700  
padtec@padtec.com.br

## 8.6 Outorga de opções de compra de ações

Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	571.115,00
--	-----	------------

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2023		
REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	4,42
Nº total de membros remunerados	0,00	1,00
Data da Outorga	N/A	28.04.2023
Quantidade de Opções	N/A	764.885 <sup>3</sup>
Prazo para que as Opções se tornem exercíveis	N/A	A partir de 01/08/2023
Prazo Máximo para Exercício das Opções	N/A	Até 01/08/2028
Prazo de restrição à transferência de ações	N/A	Salvo deliberação em contrário pelo Conselho de Administração, o titular das Ações só poderá ceder, alienar ou transferir ou, de qualquer forma gravar as Ações subscritas ou adquiridas no âmbito do VIII Plano, bem como aquelas que venham a ser adquiridas em virtude de bonificações ou desdobramentos dessas mesmas Ações, após o prazo de 6 (seis) meses contados da respectiva subscrição ou aquisição
Valor justo das Opções na data de outorga	N/A	2,24
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	1.713.342,00

3 Trata-se das opções exercidas no exercício de 2023.

## Campinas

Rua James Clerk Maxwell, 507  
Parque Tecnológico Techno Park  
Campinas • SP • CEP 13.069-380

+55 19 2104-9700  
padtec@padtec.com.br

## 8.7 Opções em aberto

### Seção 8 do Formulário de Referência 2026 da Companhia

#### 8. Remuneração dos Administradores

8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo<sup>1</sup>:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. em relação às opções ainda não exercíveis
  - i. quantidade
  - ii. data em que se tornarão exercíveis
  - iii. prazo máximo para exercício das opções
  - iv. prazo de restrição à transferência das ações
  - v. preço médio ponderado de exercício
  - vi. valor justo das opções no último dia do exercício social
- e. em relação às opções exercíveis
  - i. quantidade
  - ii. prazo máximo para exercício das opções
  - iii. prazo de restrição à transferência das ações
  - iv. preço médio ponderado de exercício
  - v. valor justo das opções no último dia do exercício social
- f. valor justo do total das opções no último dia do exercício social

Não há opções em aberto para o conselho de administração ou para a diretoria estatutária ao final do último exercício social.

---

<sup>1</sup> Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.

## 8.8 Opções exercidas e ações entregues

## Seção 8 do Formulário de Referência 2026 da Companhia

## 8. Remuneração dos Administradores

8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- órgão
- número total de membros
- número de membros remunerados
- número de ações
- preço médio ponderado de exercício
- preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas
- multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas

Informações para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 constam da tabela abaixo. Esse Plano foi completamente exercido em 2024.

Opções exercidas – Exercício Social encerrado em 31.12.2024		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<b>N.º total de membros</b>	5,00	4,00
<b>N.º total de membros remunerados</b>	0,00	1,00
<b>Opções exercidas</b>		
Número de opções	0,00	254.962
Preço médio ponderado de exercício (R\$)	0,00	0,01
Diferença entre o valor de exercício e o valor das ações relativas às opções exercidas (R\$)	0,00	2,50
<b>Ações entregues</b>		
Número de ações	0,00	254.962
Preço médio ponderado de exercício (R\$)	0,00	0,01
Diferença entre o valor de exercício e o valor das ações relativas às opções exercidas (R\$)	0,00	2,50

Opções exercidas – Exercício Social encerrado em 31.12.2023		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<b>N.º total de membros</b>	5,00	4,42
<b>N.º total de membros remunerados</b>	0,00	1,00

## Campinas

Rua James Clerk Maxwell, 507  
Parque Tecnológico Techno Park  
Campinas • SP • CEP 13.069-380

+55 19 2104-9700  
padtec@padtec.com.br

**8.8 Opções exercidas e ações entregues**

<b>Opções exercidas</b>		
Número de opções	0,00	764.885
Preço médio ponderado de exercício (R\$)	0,00	0,01
Diferença entre o valor de exercício e o valor das ações relativas às opções exercidas (R\$)	0,00	2,37
<b>Ações entregues</b>		
Número de ações	0,00	764.885
Preço médio ponderado de exercício (R\$)	0,00	0,01
Diferença entre o valor de exercício e o valor das ações relativas às opções Exercidas (R\$)	0,00	2,37

**Campinas**

Rua James Clerk Maxwell, 507  
Parque Tecnológico Techno Park  
Campinas • SP • CEP 13.069-380

## 8.9 Diluição potencial por outorga de ações

### Seção 8 do Formulário de Referência 2026 da Companhia

#### 8. Remuneração dos Administradores

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo<sup>1</sup>:

- órgão
- número total de membros
- número de membros remunerados
- diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários

- Plano de Incentivo de Longo Prazo e Retenção da Padtec Holding S.A. ("Plano I"), aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de outubro de 2021:

Exercício Social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026		
REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	3,83
Nº total de membros remunerados	0,00	1,00
Diluição potencial no caso da outorga de todas as ações aos beneficiários	Não houve emissão/entrega de ações, não havendo diluição do capital.	Não aplicável no caso de Phantom Shares

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2025		
REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	3,17
Nº total de membros remunerados	0,00	1,00
Diluição potencial no caso da outorga de todas as ações aos beneficiários	Não houve emissão/entrega de ações, não havendo diluição do capital.	Não aplicável no caso de Phantom Shares

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2024		
REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	4,00
Nº total de membros remunerados	0,00	2,00
Diluição potencial no caso da outorga de todas as ações aos beneficiários	Não houve emissão/entrega de ações, não havendo diluição do capital.	Não aplicável no caso de Phantom Shares

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2023		
REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	4,42

<sup>1</sup> Para evitar a duplicidade, os valores computados como remuneração dos membros do conselho de administração devem ser descontados da remuneração dos diretores que também façam parte daquele órgão.

## 8.9 Diluição potencial por outorga de ações

Nº total de membros remunerados	0,00	3,00
Diluição potencial no caso da outorga de todas as ações aos beneficiários	Não houve emissão/entrega de ações, não havendo diluição do capital.	Não aplicável no caso de Phantom Shares

- Plano II de Incentivo de Longo Prazo e Retenção da Companhia ("Plano II ILP"), aprovado na Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 26 de abril de 2024:

Exercício Social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026		
REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	3,83
Nº total de membros remunerados	0,00	3,00
Diluição potencial no caso da outorga de todas as ações aos beneficiários	Não houve emissão/entrega de ações, não havendo diluição do capital.	Não aplicável no caso de Phantom Shares

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2025		
REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	3,17
Nº total de membros remunerados	0,00	3,00
Diluição potencial no caso da outorga de todas as ações aos beneficiários	Não houve emissão/entrega de ações, não havendo diluição do capital.	Não aplicável no caso de Phantom Shares

Não aplicável para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2024.

## Campinas

Rua James Clerk Maxwell, 507  
Parque Tecnológico Techno Park  
Campinas • SP • CEP 13.069-380

+55 19 2104-9700  
padtec@padtec.com.br

## 8.10 Outorga de ações

## Seção 8 do Formulário de Referência 2026 da Companhia

## 8. Remuneração dos Administradores

8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- órgão
- número total de membros
- número de membros remunerados
- data de outorga
- quantidade de ações outorgadas
- prazo máximo para entrega das ações
- prazo de restrição à transferência das ações
- valor justo das ações na data da outorga
- multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga

- Plano de Incentivo de Longo Prazo e Retenção da Padtec Holding S.A. ("Plano I"), aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de outubro de 2021:

Nos quadros abaixo seguem informações com relação ao exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026 e aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, relacionadas a este Plano I.

Exercício Social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026		
REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	3,83
Nº total de membros remunerados	0,00	1,00
Data da Outorga	N/A	30.11.2021
Quantidade de Phantom Shares outorgadas	N/A	90.487
Prazo para que as Phantom Shares se tornem exercíveis	N/A	25% serão exercíveis a partir de 01.12.2022 25% serão exercíveis a partir de 01.12.2023 25% serão exercíveis a partir de 01.12.2024 25% serão exercíveis a partir de 01.12.2025
Prazo Máximo para Exercício das Phantom Shares	N/A	25% poderão ser exercidas até 01.12.2032 25% poderão ser exercidas até 01.12.2033 25% poderão ser exercidas até 01.12.2034 25% poderão ser exercidas até 01.12.2035
Prazo de restrição à transferência de ações	N/A	N/A
Valor justo das Phantom Shares na data de outorga	N/A	N/A
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	Não aplicável para Phantom Shares

## Campinas

Rua James Clerk Maxwell, 507  
Parque Tecnológico Techno Park  
Campinas • SP • CEP 13.069-380

+55 19 2104-9700  
padtec@padtec.com.br

## 8.10 Outorga de ações

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2025		
REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	3,17
Nº total de membros remunerados	0,00	1,00
Data da Outorga	N/A	30.11.2021
Quantidade de Phantom Shares outorgadas	N/A	90.487
Prazo para que as Phantom Shares se tornem exercíveis	N/A	25% serão exercíveis a partir de 01.12.2022 25% serão exercíveis a partir de 01.12.2023 25% serão exercíveis a partir de 01.12.2024 25% serão exercíveis a partir de 01.12.2025
Prazo Máximo para Exercício das Phantom Shares	N/A	25% poderão ser exercidas até 01.12.2032 25% poderão ser exercidas até 01.12.2033 25% poderão ser exercidas até 01.12.2034 25% poderão ser exercidas até 01.12.2035
Prazo de restrição à transferência de ações	N/A	N/A
Valor justo das Phantom Shares na data de outorga	N/A	N/A
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	Não aplicável para Phantom Shares

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2024		
REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	4,00
Nº total de membros remunerados	0,00	2,00
Data da Outorga	N/A	30.11.2021
Quantidade de Phantom Shares outorgadas	N/A	627.598
Prazo para que as Phantom Shares se tornem exercíveis	N/A	25% serão exercíveis a partir de 01.12.2022 25% serão exercíveis a partir de 01.12.2023 25% serão exercíveis a partir de 01.12.2024 25% serão exercíveis a partir de 01.12.2025
Prazo Máximo para Exercício das Phantom Shares	N/A	25% poderão ser exercidas até 01.12.2032 25% poderão ser exercidas até 01.12.2033 25% poderão ser exercidas até 01.12.2034 25% poderão ser exercidas até 01.12.2035
Prazo de restrição à transferência de ações	N/A	N/A
Valor justo das Phantom Shares na data de outorga	N/A	N/A
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	Não aplicável para Phantom Shares

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2023		
REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	4,42
Nº total de membros remunerados	0,00	3,00
Data da Outorga	N/A	30.11.2021
Quantidade de Phantom Shares outorgadas	N/A	718.085
Prazo para que as Phantom Shares se tornem exercíveis	N/A	25% serão exercíveis a partir de 01.12.2022 25% serão exercíveis a partir de

### Campinas

Rua James Clerk Maxwell, 507  
Parque Tecnológico Techno Park  
Campinas • SP • CEP 13.069-380

+55 19 2104-9700  
padtec@padtec.com.br

## 8.10 Outorga de ações

		01.12.2023 25% serão exercíveis a partir de 01.12.2024 25% serão exercíveis a partir de 01.12.2025
Prazo Máximo para Exercício das Phantom Shares	N/A	25% poderão ser exercidas até 01.12.2032 25% poderão ser exercidas até 01.12.2033 25% poderão ser exercidas até 01.12.2034 25% poderão ser exercidas até 01.12.2035
Prazo de restrição à transferência de ações	N/A	N/A
Valor justo das Phantom Shares na data de outorga	N/A	N/A
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	Não aplicável para Phantom Shares

- Plano II de Incentivo de Longo Prazo e Retenção da Companhia (“Plano II ILP”), aprovado na Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 26 de abril de 2024. O Primeiro Programa do Plano II foi aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de maio de 2024. O Segundo Programa do Plano II foi aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de dezembro de 2025 (com data retroativa a 04 de dezembro de 2025):

Nos quadros abaixo seguem informações com relação ao exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026 e o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, o primeiro período de carência (“Vesting”) ainda não havia sido atingido.

Exercício Social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026		
REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	3,83
Nº total de membros remunerados	0,00	3,00
Data da Outorga	N/A	01/07/2024 – Programa 1 04/12/2025 – Programa 2
Quantidade de Phantom Shares outorgadas	N/A	300.000 (Programa 1) e 150.000 (Programa 2)
Prazo para que as Phantom Shares se tornem exercíveis	N/A	25% serão exercíveis a partir de 01.07.2025 (Programa 1) e 04.12.2026 (Programa 2) 25% serão exercíveis a partir de 01.07.2026 (Programa 1) e 04.12.2027 (Programa 2) 25% serão exercíveis a partir de 01.07.2027 (Programa 1) e 04.12.2028 (Programa 2) 25% serão exercíveis a partir de 01.07.2028 (Programa 1) e 04.12.2029 (Programa 2)
Prazo Máximo para Exercício das Phantom Shares	N/A	25% poderão ser exercidas até 01.07.2027 (Programa 1) e 04.12.2028 (Programa 2) 25% poderão ser exercidas até 01.07.2028 (Programa 1) e 04.12.2029 (Programa 2) 25% poderão ser exercidas até 01.07.2029 (Programa 1) e 04.12.2030 (Programa 2) 25% poderão ser exercidas até 01.07.2031 (Programa 1) e 04.12.2031 (Programa 2)
Prazo de restrição à transferência de ações	N/A	N/A
Valor justo das Phantom Shares na data de outorga	N/A	N/A

## Campinas

Rua James Clerk Maxwell, 507  
Parque Tecnológico Techno Park  
Campinas • SP • CEP 13.069-380

+55 19 2104-9700  
padtec@padtec.com.br

## 8.10 Outorga de ações

Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	Não aplicável para Phantom Shares
--	-----	-----------------------------------

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2025		
REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5,00	3,17
Nº total de membros remunerados	0,00	3,00
Data da Outorga	N/A	01/07/2024 – Programa 1 04/12/2025 – Programa 2
Quantidade de Phantom Shares outorgadas	N/A	300.000 (Programa 1) e 150.000 (Programa 2)
Prazo para que as Phantom Shares se tornem exercíveis	N/A	25% serão exercíveis a partir de 01.07.2025 (Programa 1) e 04.12.2026 (Programa 2) 25% serão exercíveis a partir de 01.07.2026 (Programa 1) e 04.12.2027 (Programa 2) 25% serão exercíveis a partir de 01.07.2027 (Programa 1) e 04.12.2028 (Programa 2) 25% serão exercíveis a partir de 01.07.2028 (Programa 1) e 04.12.2029 (Programa 2)
Prazo Máximo para Exercício das Phantom Shares	N/A	25% poderão ser exercidas até 01.07.2027 (Programa 1) e 04.12.2028 (Programa 2) 25% poderão ser exercidas até 01.07.2028 (Programa 1) e 04.12.2029 (Programa 2) 25% poderão ser exercidas até 01.07.2029 (Programa 1) e 04.12.2030 (Programa 2) 25% poderão ser exercidas até 01.07.2031 (Programa 1) e 04.12.2031 (Programa 2)
Prazo de restrição à transferência de ações	N/A	N/A
Valor justo das Phantom Shares na data de outorga	N/A	N/A
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	N/A	Não aplicável para Phantom Shares

## Campinas

Rua James Clerk Maxwell, 507  
Parque Tecnológico Techno Park  
Campinas • SP • CEP 13.069-380

+55 19 2104-9700  
padtec@padtec.com.br

**8.11 Ações Entregues****Exercício Social: 31/12/2024**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros		4,00	
Nº de membros remunerados		1,00	
Nº de ações		254.962	
Preço médio ponderado de aquisição		0,01	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas		2,51	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas		-637.405,00	
Esclarecimento			

**Exercício Social: 31/12/2023**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº total de membros		4,42	
Nº de membros remunerados		1,00	
Nº de ações		764.885	
Preço médio ponderado de aquisição		0,01	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas		2,38	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas		-1.812.777,45	
Esclarecimento			

## 8.12 Precificação das ações/opções

### Seção 8 do Formulário de Referência 2026 da Companhia

#### 8. Remuneração dos Administradores

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

- a. modelo de precificação
- b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco
- c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado
- d. forma de determinação da volatilidade esperada
- e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Informações acerca da precificação do Plano I de Incentivo de Longo Prazo e Retenção da Padtec Holding S.A., aprovado em outubro de 2021, constam do item 8.4 deste Formulário de Referência.

Para o preço médio ponderado de exercício das Phantom Shares previsto para o exercício social corrente (2026) e para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, a Companhia considerou o valor mínimo possível para o Prêmio, conforme condições estabelecidas naquele Plano I.

Informações acerca da precificação do Plano II de Incentivo de Longo Prazo e Retenção da Companhia ("Plano II ILP"), aprovado na Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 26 de abril de 2024, constam do item 8.4 deste Formulário de Referência.

Para o preço médio ponderado de exercício das Phantom Shares previsto para o exercício social corrente (2026) e para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia considerou o valor mínimo possível para o Prêmio, conforme condições estabelecidas naquele Plano II.

#### Campinas

Rua James Clerk Maxwell, 507  
Parque Tecnológico Techno Park  
Campinas • SP • CEP 13.069-380

**8.13 Participações detidas por órgão****Seção 8 do Formulário de Referência 2026 da Companhia****8. Remuneração dos Administradores**

8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão<sup>1</sup>.

Em 31 de dezembro de 2025, a posição em ações de emissão da Companhia detida por membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária era a seguinte:

<b>Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal</b>	<b>Quantidade de ações</b>
Conselho de Administração	-
Diretoria Estatutária	540.487
Conselho Fiscal	-
<b>Total</b>	<b>540.487</b>

<sup>1</sup> Para evitar a duplicidade, quando uma mesma pessoa for membro do conselho de administração e da diretoria, os valores mobiliários por ela detidos devem ser divulgados exclusivamente no montante de valores mobiliários detidos pelos membros do conselho de administração.

## 8.14 Planos de previdência

## Seção 8 do Formulário de Referência 2026 da Companhia

## 8. Remuneração dos Administradores

8.14 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Os planos de previdência descritos abaixo foram conferidos aos Diretores Estatutários pela Padtec S.A., investida da Companhia, em razão dos cargos nela exercidos.

a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. número total de membros	-	5
c. número de membros remunerados	-	1
d. nome do plano	-	CPqDPrev
e. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	-	1
f. condições para se aposentar antecipadamente	-	0
g. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	-	1.566.452,81
h. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	-	65.999,05
i. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	-	Resgate somente em caso de cessação do vínculo empregatício com a Patrocinadora.

a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
b. número total de membros	-	5
c. número de membros remunerados	-	4
d. nome do plano	-	InovaPrev
e. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	-	0
f. condições para se aposentar antecipadamente	-	0
g. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	-	3.249.760,00

## Campinas

Rua James Clerk Maxwell, 507  
Parque Tecnológico Techno Park  
Campinas • SP • CEP 13.069-380

+55 19 2104-9700  
padtec@padtec.com.br

**8.14 Planos de previdência**

h. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	-	344.183,84
i. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	-	Resgate somente em caso de cessação do vínculo empregatício com a Patrocinadora.

**Campinas**

Rua James Clerk Maxwell, 507  
Parque Tecnológico Techno Park  
Campinas • SP • CEP 13.069-380

+55 19 2104-9700  
padtec@padtec.com.br

**8.15 Remuneração mínima, média e máxima****Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
<b>Nº de membros</b>	3,17	4	4,42	5	5	5
<b>Nº de membros remunerados</b>	3,17	3,83	4,42	5	4,42	4,33
<b>Valor da maior remuneraçãoReal</b>	389.925,26	1.027.331,00	2.202.703,00	183.168,00	190.800,00	181.440,00
<b>Valor da menor remuneraçãoReal</b>	389.925,26	45.963,60	32.987,00	183.168,00	183.168,00	163.200,00
<b>Valor médio da remuneraçãoReal</b>	302.361,29	375.317,91	594.516,00	183.168,00	184.756,00	153.370,00

**Observações e esclarecimentos**

	Diretoria Estatutária	
	Observação	Esclarecimento
<b>31/12/2025</b>	<p>Diretoria Estatutária Em 2025, 2024 e 2023, o valor da menor remuneração anual individual da Diretoria Estatutária foi apurado com a exclusão de membros do referido órgão que estiveram no cargo por menos de 12 meses.</p> <p>Conselho de Administração Em 2025, 2024 e 2023, o valor da menor remuneração anual individual do Conselho de Administração foi apurado com a exclusão de membros do referido órgão que estiveram no cargo por menos de 12 meses.</p> <p>Conselho Fiscal Em 2025, 2024 e 2023, não houve instalação de Conselho Fiscal.</p>	
<b>31/12/2024</b>	Em 2024, 2023 e 2022, o valor da menor remuneração anual individual da Diretoria Estatutária foi apurado com a exclusão de membros do referido órgão que estiveram no cargo por menos de 12 meses.	
<b>31/12/2023</b>	Em 2023, 2022 e 2021, o valor da menor remuneração anual individual da Diretoria Estatutária foi apurado com a exclusão de membros do referido órgão que estiveram no cargo por menos de 12 meses.	

	Conselho de Administração	
	Observação	Esclarecimento
<b>31/12/2024</b>	Em 2024, 2023 e 2022, o valor da menor remuneração anual individual do Conselho de Administração foi apurado com a exclusão de membros do referido órgão que estiveram no cargo por menos de 12 meses.	
<b>31/12/2023</b>	Em 2023 e 2021, o valor da menor remuneração anual individual do Conselho de Administração foi apurado com a exclusão de membros do referido órgão que estiveram no cargo por menos de 12 meses.	

## 8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

### Seção 8 do Formulário de Referência 2026 da Companhia

#### 8. Remuneração dos Administradores

8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

A Companhia possui seguro D&O de responsabilidade civil de conselheiros e diretores emitida pela AXA Seguros S.A., com cobertura válida até 09 de julho de 2026. Referido seguro contempla os Administradores da Companhia e de suas subsidiárias, respeitadas as limitações impostas pela respectiva apólice. A cobertura se estende a processos judiciais e administrativos propostos contra os Administradores ou a eles direcionados na hipótese de desconsideração da personalidade jurídica, pelo exercício da função, por meio do reembolso de indenizações decorrentes de danos morais, materiais e corporais causados a terceiros. A cobertura inclui adiantamento de custos de defesa e acordos e está excluída a cobertura em caso de atos contra a administração pública, e danos decorrentes de atos dolosos ou fraudulentos. Já no que se refere a reclamações no âmbito do mercado de capitais, aplicam-se as franquias de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) em todas as localidades, exceto Canadá e Estados Unidos da América, e está incluída cobertura em caso de responsabilidade da própria Companhia. O limite máximo de cobertura da apólice é R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), com sublimites de 10% (dez por cento) para multas e penalidades em geral e para responsabilidade por tributos, e R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) aplicável a desembolsos adicionais com especialistas, bem como outras especificidades aplicáveis. O valor líquido do prêmio soma R\$ 107.512,69 (cento e sete mil, quinhentos e doze reais, e sessenta e nove centavos).

Esta apólice prevê prazo complementar adicional de 36 (trinta e seis) meses.

Adicionalmente ao seguro de responsabilidade civil mencionado acima, os acionistas da Companhia aprovaram, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de julho de 2019, a celebração de contrato de indenidade entre a Companhia e seus Administradores (membros do Conselho de Administração ou da Diretoria), cujo texto está disponível nos sites da Companhia, da CVM e da B3. Este instrumento tem prazo de vigência estendido durante todo o mandato dos Administradores, estendido por (i) 10 (dez) anos a partir da data em que o administrador deixar, por qualquer motivo, de exercer o cargo de conselheiro ou diretor, conforme o caso; (ii) o decurso do prazo necessário para o trânsito em julgado de qualquer processo em que o administrador esteja envolvido e (iii) o decurso do prazo prescricional previsto em lei para os eventos que possam gerar as obrigações de indenização pela Companhia.

Por fim, nos contratos firmados com os diretores estatutários, há a previsão de pagamento pela Companhia do valor equivalente a 6 (seis) meses de pró-labore a diretor destituído sem justo motivo, contanto que o profissional esteja há pelo menos 5 (cinco) anos consecutivos e completos, atuando como administrador estatutário ou empregado da Companhia e/ou suas controladas, a contar da data de sua primeira eleição ou data de admissão. O diretor, por sua vez, ficará obrigado a colaborar com a Companhia, praticando todo e qualquer ato razoável para garantir uma transição gradual de seu cargo para quem o substituir durante o período de 6 (seis) meses a partir de sua destituição.

## 8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

## Seção 8 do Formulário de Referência 2026 da Companhia

## 8. Remuneração dos Administradores

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Previsão Exercício de 2026	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria
Remuneração total do órgão (R\$)	915.840,00	0,00	4.190.713,32
Remuneração total dos membros que sejam partes relacionadas aos controladores (R\$)	366.336,00	0,00	0,00
Percentual da remuneração das partes relacionadas em relação ao total pago	40%	0%	0%

Exercício de 2025	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
Remuneração total do órgão (R\$)	732.672,00	0%	3.944.472,05
Remuneração total dos membros que sejam partes relacionadas aos controladores (R\$)	366.336,00	0%	0%
Percentual da remuneração das partes relacionadas em relação ao total pago	50%	0%	0%

Exercício de 2024	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
Remuneração total do órgão (R\$)	816.625,00	0%	1.437.467,58
Remuneração total dos membros que sejam partes relacionadas aos controladores (R\$)	366.336,00	0%	0%
Percentual da remuneração das partes relacionadas em relação ao total pago	45%	0%	0%

Exercício de 2023	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria
Remuneração total do órgão (R\$)	766.848,00	0,00	2.627.762,00

## Campinas

Rua James Clerk Maxwell, 507  
Parque Tecnológico Techno Park  
Campinas • SP • CEP 13.069-380

+55 19 2104-9700  
padtec@padtec.com.br

**8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração**

Remuneração total dos membros que sejam partes relacionadas aos controladores (R\$)	362.880,00	0,00	0,00
Percentual da remuneração das partes relacionadas em relação ao total pago	47%	0%	0%

**Campinas**

Rua James Clerk Maxwell, 507  
Parque Tecnológico Techno Park  
Campinas • SP • CEP 13.069-380

+55 19 2104-9700  
padtec@padtec.com.br

**8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)**

<b>Exercício Social</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
2026				A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.
2025				A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.
2024				A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.
2023				A companhia declarou que não possui remuneração para esse exercício.

**8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada (Estruturado)****31/12/2026****Remuneração recebida em função do exercício social do cargo no emissor**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Conselho fiscal</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Total</b>
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	2.906.400,58	2.906.400,58
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

**Demais remunerações recebidas, especificando a que titulo foram atribuídas.**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Conselho fiscal</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Total</b>
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Especificação das demais Remunerações	
---------------------------------------	--

**31/12/2025****Remuneração recebida em função do exercício social do cargo no emissor**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Conselho fiscal</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Total</b>
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	3.152.249,77	3.152.249,77
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

**Demais remunerações recebidas, especificando a que titulo foram atribuídas.**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Conselho fiscal</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Total</b>
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Especificação das demais Remunerações	
---------------------------------------	--

**31/12/2024****Remuneração recebida em função do exercício social do cargo no emissor**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Conselho fiscal</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Total</b>
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	2.942.714,12	2.942.714,12
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

**Demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas.**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Conselho fiscal</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Total</b>
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Especificação das demais Remunerações	
---------------------------------------	--

**31/12/2023****Remuneração recebida em função do exercício social do cargo no emissor**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Conselho fiscal</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Total</b>
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	3.522.877,00	3.522.877,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

**Demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas.**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Conselho fiscal</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Total</b>
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Especificação das demais Remunerações	
---------------------------------------	--

## 8.20 Outras informações relevantes

### Seção 8 do Formulário de Referência 2026 da Companhia

#### 8. Remuneração dos Administradores

##### 8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Com relação ao VIII Plano de Opção de Compra de Ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 28 de abril de 2023, cumpre informar que todas as opções remanescentes sob ele foram exercidas em abril de 2024, não havendo opções em aberto após esta data.

Por fim, abaixo, a Companhia apresenta as quantidades mensais de membros em sua Diretoria Estatutária e Conselho de Administração para os anos de, 2023, 2024 e 2025 e estimado para 2026. Não houve instalação do Conselho Fiscal em 2025, 2024 nem 2023 e não há previsão de instalação do Conselho Fiscal em 2026.

## 8.20 Outras informações relevantes

### DIRETORIA ESTATUTÁRIA

#### a) Número total de membros

Previsão para 2026		2025		2024		2023	
Meses	Nº de Membros	Meses	Nº de Membros	Meses	Nº de Membros	Meses	Nº de Membros
Janeiro	3	Janeiro	3	Janeiro	4	Janeiro	5
Fevereiro	3	Fevereiro	3	Fevereiro	4	Fevereiro	5
Março	4	Março	3	Março	4	Março	5
Abril	4	Abril	3	Abril	4	Abril	5
Maió	4	Maió	4	Maió	4	Maió	5
Junho	4	Junho	4	Junho	4	Junho	4
Julho	4	Julho	3	Julho	4	Julho	4
Agosto	4	Agosto	3	Agosto	4	Agosto	4
Setembro	4	Setembro	3	Setembro	4	Setembro	4
Outubro	4	Outubro	3	Outubro	4	Outubro	4
Novembro	4	Novembro	3	Novembro	4	Novembro	4
Dezembro	4	Dezembro	3	Dezembro	4	Dezembro	4
<b>Total</b>	<b>46</b>	<b>Total</b>	<b>38</b>	<b>Total</b>	<b>48</b>	<b>Total</b>	<b>53</b>
<b>Média</b>	<b>3,83</b>	<b>Média</b>	<b>3,17</b>	<b>Média</b>	<b>4,00</b>	<b>Média</b>	<b>4,42</b>

#### b) Número de membros remunerados

Previsão para 2026		2025		2024		2023	
Meses	Nº de Membros	Meses	Nº de Membros	Meses	Nº de Membros	Meses	Nº de Membros
Janeiro	3	Janeiro	3	Janeiro	4	Janeiro	5
Fevereiro	3	Fevereiro	3	Fevereiro	4	Fevereiro	5
Março	4	Março	3	Março	4	Março	5
Abril	4	Abril	3	Abril	4	Abril	5
Maió	4	Maió	4	Maió	4	Maió	5
Junho	4	Junho	4	Junho	4	Junho	4
Julho	4	Julho	3	Julho	4	Julho	4
Agosto	4	Agosto	3	Agosto	4	Agosto	4
Setembro	4	Setembro	3	Setembro	4	Setembro	4
Outubro	4	Outubro	3	Outubro	4	Outubro	4
Novembro	4	Novembro	3	Novembro	3	Novembro	4
Dezembro	4	Dezembro	3	Dezembro	3	Dezembro	4
<b>Total</b>	<b>46</b>	<b>Total</b>	<b>38</b>	<b>Total</b>	<b>46</b>	<b>Total</b>	<b>53</b>
<b>Média</b>	<b>3,83</b>	<b>Média</b>	<b>3,17</b>	<b>Média</b>	<b>3,83</b>	<b>Média</b>	<b>4,42</b>

## 8.20 Outras informações relevantes

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

#### a) Número total de membros

Previsão para 2026		2025		2024		2023	
Meses	Nº de Membros	Meses	Nº de Membros	Meses	Nº de Membros	Meses	Nº de Membros
Janeiro	5	Janeiro	5	Janeiro	5	Janeiro	5
Fevereiro	5	Fevereiro	5	Fevereiro	5	Fevereiro	5
Março	5	Março	5	Março	5	Março	5
Abril	5	Abril	5	Abril	5	Abril	5
Maio	5	Maio	5	Maio	5	Maio	5
Junho	5	Junho	5	Junho	5	Junho	5
Julho	5	Julho	5	Julho	5	Julho	5
Agosto	5	Agosto	5	Agosto	5	Agosto	5
Setembro	5	Setembro	5	Setembro	5	Setembro	5
Outubro	5	Outubro	5	Outubro	5	Outubro	5
Novembro	5	Novembro	5	Novembro	5	Novembro	5
Dezembro	5	Dezembro	5	Dezembro	5	Dezembro	5
<b>Total</b>	<b>60</b>	<b>Total</b>	<b>60</b>	<b>Total</b>	<b>60</b>	<b>Total</b>	<b>60</b>
<b>Média</b>	<b>5,00</b>	<b>Média</b>	<b>5,00</b>	<b>Média</b>	<b>5,00</b>	<b>Média</b>	<b>5,00</b>

#### b) Número de membros remunerados

Previsão para 2026		2025		2024		2023	
Meses	Nº de Membros	Meses	Nº de Membros	Meses	Nº de Membros	Meses	Nº de Membros
Janeiro	5	Janeiro	5	Janeiro	4	Janeiro	5
Fevereiro	5	Fevereiro	5	Fevereiro	4	Fevereiro	5
Março	5	Março	5	Março	4	Março	5
Abril	5	Abril	5	Abril	4	Abril	5
Maio	5	Maio	5	Maio	4	Maio	4
Junho	5	Junho	5	Junho	4	Junho	4
Julho	5	Julho	5	Julho	4	Julho	4
Agosto	5	Agosto	5	Agosto	5	Agosto	4
Setembro	5	Setembro	5	Setembro	5	Setembro	4
Outubro	5	Outubro	5	Outubro	5	Outubro	4
Novembro	5	Novembro	5	Novembro	5	Novembro	4
Dezembro	5	Dezembro	5	Dezembro	5	Dezembro	4
<b>Total</b>	<b>60</b>	<b>Total</b>	<b>60</b>	<b>Total</b>	<b>53</b>	<b>Total</b>	<b>52</b>
<b>Média</b>	<b>5,00</b>	<b>Média</b>	<b>5,00</b>	<b>Média</b>	<b>4,42</b>	<b>Média</b>	<b>4,33</b>

### CONSELHO FISCAL

## 8.20 Outras informações relevantes

Não houve instalação do Conselho Fiscal em 2025, 2024 nem 2023 e não há previsão de instalação do Conselho Fiscal em 2026.

### **Campinas**

Rua James Clerk Maxwell, 507  
Parque Tecnológico Techno Park  
Campinas • SP • CEP 13.069-380

+55 19 2104-9700  
padtec@padtec.com.br

**9.1/9.2 Identificação e Remuneração**

<b>Código CVM do Auditor</b>	<b>011878</b>		
<b>Razão Social</b>	<b>Tipo Auditor</b>	<b>CPF/CNPJ</b>	
RSM BRASIL AUDITORES INDEPENDENTES - SOCIEDADE SIMPLES	Juridica	16.549.480/0001-84	
<b>Data de contratação do serviço</b>	<b>Data de início da prestação de serviço</b>		
01/07/2021	01/07/2021		
<b>Descrição dos serviços prestados</b>			
Auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria da Padtec Holding S.A. e da Padtec S.A. para os exercícios sociais de 2021 a 2025 e revisão das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria de revisão da Padtec Holding S.A.			
<b>Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social</b>			
A remuneração paga pela Companhia aos auditores independentes relativa à prestação dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras no exercício social de 2025 foi de R\$ 255 mil. A RSM Brasil Auditores Independentes – Sociedade Simples não prestou outros serviços à Companhia em 2025.			
<b>Justificativa da substituição</b>			
A Companhia não realizou substituição de auditor no ano de 2025.			
<b>Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa</b>			
Não se aplica			

## 9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA 2026 – SEÇÃO 9

#### 9. Auditores

9.3 Caso os auditores ou pessoas a eles ligadas, segundo as normas de independência do Conselho Federal de Contabilidade, tenham sido contratados pelo emissor ou pessoas de seu grupo econômico, para prestar outros serviços além da auditoria, descrever a política ou procedimentos adotados pelo emissor para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes

Não aplicável à Companhia.

## 9.4 Outras informações relevantes

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA 2026 – SEÇÃO 9

#### 9. Auditores

##### 9.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Política de Contratação de Serviços de Auditoria Independente e de Serviços Extra Auditoria da Padtec Holding S.A. foi aprovada em Reunião de Conselho de Administração da Companhia realizada em 28 de outubro de 2021 e aditada em Reunião realizada em 18 de setembro de 2025. Está disponível nos sites da CVM e da Companhia ([www.padtec.com.br](http://www.padtec.com.br)).

#### **Campinas**

Rua James Clerk Maxwell, 507  
Parque Tecnológico Techno Park  
Campinas • SP • CEP 13.069-380

+55 19 2104-9700  
[padtec@padtec.com.br](mailto:padtec@padtec.com.br)

## 10.1A Descrição dos recursos humanos

Existe um esclarecimento para o quadro ter sido preenchido todo com 'zero', inclusive a opção 'prefere não responder':

Outro motivo: A Padtec Holding S.A. não possui empregados. Todos os empregados são registrados na Padtec S.A.

### Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Liderança	0	0	0	0	0
Não-liderança	0	0	0	0	0
<b>TOTAL = 0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

### Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Liderança	0	0	0	0	0	0	0
Não-liderança	0	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL = 0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

### Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	0	0	0
Não-liderança	0	0	0
<b>TOTAL = 0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

### Quantidade de empregados - Pessoas com Deficiência

	Pessoa com Deficiência	Pessoa sem Deficiência	Prefere não responder
Liderança			
Não-liderança			
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

### Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	0	0	0	0	0	0
Não-liderança	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL = 0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

### Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0
Sudeste	0	0	0	0	0
Sul	0	0	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0

<b>TOTAL = 0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
------------------	----------	----------	----------	----------	----------	----------

### Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefero não responder
Norte	0	0	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0	0	0
Sudeste	0	0	0	0	0	0	0
Sul	0	0	0	0	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL = 0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

### Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	0	0	0
Nordeste	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0
Sudeste	0	0	0
Sul	0	0	0
Exterior	0	0	0
<b>TOTAL = 0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

## 10.1 Descrição dos recursos humanos

## FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA 2026 – SEÇÃO 10

## 10. Recursos Humanos

10.1. Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações<sup>1</sup>

a. número de empregados, total e por grupos, com base na atividade desempenhada, na localização geográfica e em indicadores de diversidade, que, dentro de cada nível hierárquico do emissor, abrangem<sup>2</sup>:

- I. identidade autodeclarada de gênero – segregado em liderança e não liderança
- II. identidade autodeclarada de cor ou raça – segregado em liderança e não liderança
- III. faixa etária – segregado em liderança e não liderança
- IV. pessoas com deficiência, nos termos da legislação aplicável - segregado em liderança e não liderança
- V. outros indicadores de diversidade que o emissor entenda relevantes - segregado em liderança e não liderança.

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Liderança	0	0	0	0	0
Não-liderança	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Liderança	0	0	0	0	0	0	0
Não-liderança	0	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	0	0	0
Não-liderança	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	0	0	0	0	0	0
Não-liderança	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Norte	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0
Sudeste	0	0	0	0	0
Sul	0	0	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

<sup>1</sup> Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir ao último exercício social. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição de valores mobiliários, as informações devem se referir às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social e às últimas informações contábeis divulgadas pelo emissor. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de emissor de valores mobiliários, as informações devem se referir aos 3 últimos exercícios sociais e ao exercício social corrente.

<sup>2</sup> O agrupamento dos empregados por indicadores de diversidade deve considerar os níveis hierárquicos desses empregados, conforme a segmentação que o emissor entenda mais apropriada para retratar sua organização interna.

## Campinas

Rua James Clerk Maxwell, 507  
Parque Tecnológico Techno Park  
Campinas • SP • CEP 13.069-380

+55 19 2104-9700  
padtec@padtec.com.br

## 10.1 Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Norte	0	0	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0	0	0
Sudeste	0	0	0	0	0	0	0
Sul	0	0	0	0	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	0	0	0
Nordeste	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0
Sudeste	0	0	0
Sul	0	0	0
Exterior	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

b. número de terceirizados (total e por grupos, com base na atividade desempenhada e na localização geográfica)

c. índice de rotatividade

Devido a incorporação de ações da Padtec S.A. pela Companhia realizada em 2020, os funcionários da Companhia foram absorvidos pela Padtec S.A. no mês de outubro de 2020. Desde então, a Companhia não possui empregados.

## 10.2 Alterações relevantes

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA 2026 – SEÇÃO 10

#### 10. Recursos Humanos

10.2. Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 10.1 acima

Não se aplica, uma vez que a Companhia não possui quadro de empregados não-administradores ativo.

#### **Campinas**

Rua James Clerk Maxwell, 507  
Parque Tecnológico Techno Park  
Campinas • SP • CEP 13.069-380

+55 19 2104-9700  
padtec@padtec.com.br

## 10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA 2026 – SEÇÃO 10

#### 10. Recursos Humanos

10.3. Descrever as políticas e práticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:

a. política de salários e remuneração variável

A Companhia não possui um quadro de empregados não-administradores ativo e não dispõe de uma política de salários.

b. política de benefícios

A Companhia não possui um quadro de empregados não-administradores ativo e não dispõe de uma política de benefícios.

c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando:

- i. grupos de beneficiários
- ii. condições para exercício
- iii. preços de exercício
- iv. prazos de exercício
- v. quantidade de ações comprometidas pelo plano

A Companhia adota, atualmente, o Plano de Incentivo de Longo Prazo e Retenção da Padtec Holding S.A. ("Plano"), aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de outubro de 2021, e o Plano II de Incentivo de Longo Prazo e Retenção da Companhia ("Plano II ILP"), aprovado na Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 26 de abril de 2024. Os dois planos são administrados pelo Conselho de Administração da Companhia e têm por base a entrega de Phantom Shares.

São elegíveis para participar de ambos os planos, a critério do Conselho de Administração, os diretores estatutários ou não-estatutários, bem como demais colaboradores da Companhia e de suas subsidiárias, no Brasil ou no exterior, que sejam considerados profissionais-chave.

Outras informações detalhadas sobre os dois planos e seus respectivos Programas de Incentivo de Longo Prazo e Retenção estão disponíveis nos itens 8.4 e 10.5 deste Formulário e no site da Companhia (<https://www.padtec.com.br/investor/padtec-holding/>).

d. razão entre (i) a maior remuneração individual (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2.d) reconhecida no resultado do emissor no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário, se for o caso; e (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados do emissor no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social

#### Campinas

Rua James Clerk Maxwell, 507  
Parque Tecnológico Techno Park  
Campinas • SP • CEP 13.069-380

+55 19 2104-9700  
padtec@padtec.com.br

### 10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

A Companhia não possui um quadro de empregados não-administradores ativo e, portanto, para esse item, considera a remuneração paga pela Padtec Holding S.A. aos seus diretores estatutários. Assim, a partir desta média salarial – e excluindo o maior valor - o resultado da maior remuneração individual é 09,05 vezes maior do que a mediana da remuneração individual.

Maior Remuneração Individual	Média Remuneração Individual	Razão entre as Remunerações
389.925,96	43.076,19	9,05
Escarecimentos		

**Campinas**

Rua James Clerk Maxwell, 507  
Parque Tecnológico Techno Park  
Campinas • SP • CEP 13.069-380

**10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados**

<b>Maior Remuneração Individual</b>	<b>Mediana da Remuneração Individual</b>	<b>Razão entre as Remunerações</b>
389.925,96	43.076,19	9,05
<b>Esclarecimento</b>		

## 10.4 Relações entre emissor e sindicatos

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA 2026 – SEÇÃO 10

#### 10. Recursos Humanos

10.4. Descrever as relações entre o emissor e sindicatos, indicando se houve paralisações e greves nos 3 últimos exercícios sociais

A Companhia não possui um quadro de empregados não-administradores ativo e, por isso, não tem nenhum relacionamento com sindicatos.

#### **Campinas**

Rua James Clerk Maxwell, 507  
Parque Tecnológico Techno Park  
Campinas • SP • CEP 13.069-380

+55 19 2104-9700  
padtec@padtec.com.br

## 10.5 Outras informações relevantes

## FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA 2026 – SEÇÃO 10

## 10. Recursos Humanos

## 10.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

A Padtec Holding não é parte de nenhuma ação trabalhista como primeira ou única reclamada, mas é muitas vezes inserida no polo passivo de processos trabalhistas de investidas e ex-investidas, sob a tese de grupo econômico (conforme item 4 deste Formulário de Referência).

Abaixo, são apresentadas informações deste item 10 para a Padtec S.A.:

## 10.1. Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações

a. número de empregados, total e por grupos, com base na atividade desempenhada, na localização geográfica e em indicadores de diversidade, que, dentro de cada nível hierárquico do emissor, abrangem<sup>1</sup>:

- I. identidade autodeclarada de gênero – segregado em liderança e não liderança
- II. identidade autodeclarada de cor ou raça – segregado em liderança e não liderança
- III. faixa etária – segregado em liderança e não liderança
- IV. pessoas com deficiência, nos termos da legislação aplicável - segregado em liderança e não liderança
- V. outros indicadores de diversidade que o emissor entenda relevantes - segregado em liderança e não liderança

## Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder	Total
Liderança	8	33	0	0	0	41
Não-liderança	111	326	0	0	0	437
<b>TOTAL</b>	<b>119</b>	<b>359</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>478</b>

## Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder	Total
Liderança	3	31	2	5	0	0	0	41
Não-liderança	6	292	40	98	1	0	0	437
<b>TOTAL</b>	<b>9</b>	<b>323</b>	<b>42</b>	<b>103</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>478</b>

## Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos	Total
Liderança	0	37	4	41
Não-liderança	117	281	39	437
<b>TOTAL</b>	<b>117</b>	<b>318</b>	<b>43</b>	<b>478</b>

## Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior	Total
Liderança	0	0	0	38		3	41
Não-liderança	13	17	14	350	13	30	437
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>478</b>

## Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder	Total
Norte	0	13	0	0	0	13
Nordeste	0	17	0	0	0	17
Centro-Oeste	2	12	0	0	0	14
Sudeste	106	282	0	0	0	388
Sul	0	13	0	0	0	13
Exterior	11	22	0	0	0	33
<b>TOTAL</b>	<b>119</b>	<b>359</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>478</b>

<sup>1</sup> O agrupamento dos empregados por indicadores de diversidade deve considerar os níveis hierárquicos desses empregados, conforme a segmentação que o emissor entenda mais apropriada para retratar sua organização interna.

## Campinas

Rua James Clerk Maxwell, 507  
Parque Tecnológico Techno Park  
Campinas • SP • CEP 13.069-380

## 10.5 Outras informações relevantes

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder	Total
Norte		3	1	9				13
Nordeste	1	8	1	7				17
Centro-Oeste		5	2	7				14
Sudeste	8	276	33	71				388
Sul		9	1	2	1			13
Exterior		22	2	9				33
<b>TOTAL</b>	<b>9</b>	<b>323</b>	<b>40</b>	<b>105</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>478</b>

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos	Total
Norte	0	6	7	13
Nordeste	0	3	14	17
Centro-Oeste	1	2	11	14
Sudeste	104	26	258	388
Sul	3	3	7	13
Exterior	9	3	21	33
<b>TOTAL</b>	<b>117</b>	<b>43</b>	<b>318</b>	<b>478</b>

Quantidade empregados com deficiência, nos termos da legislação aplicável - segregado em liderança e não liderança

Portadores de Deficiência	
Liderança	1
Não-liderança	17
<b>TOTAL</b>	<b>18</b>

Quantidade de aprendizes e estagiários por localização geográfica

	Estagiário	Aprendiz	Total
Norte	0	0	0
Nordeste	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0
Sudeste	5	7	12
Sul	0	0	0
Exterior	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>5</b>	<b>7</b>	<b>12</b>

b. número de terceirizados (total e por grupos, com base na atividade desempenhada e na localização geográfica)

Quantidade de terceirizados por localização geográfica

	Número de terceirizados	Total
Norte	0	0
Nordeste	0	0
Centro-Oeste	0	0
Sudeste	1	1
Sul	0	0
Exterior	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

Quantidade de terceirizados por atividade

	Número de terceirizados	Total
Consultoria Técnica	1	1
<b>TOTAL</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

O quadro acima também apresenta informações dos empregados alocados nas subsidiárias da Padtec S.A. no exterior. A quantidade total de pessoas somando os membros da Diretoria Estatutária e não Estatutária, Estagiários e Aprendizes é de 478 em 2025, frente a 571 pessoas em 2024. A redução de 16,30% entre os anos é justificada pela reestruturação no quadro de empregados realizada no 2T25.

c. índice de rotatividade

O índice de rotatividade da Padtec S.A. no ano de 2025 foi de 31,30%. \*Métrica utilizada: soma do número de admissões e desligamentos, dividindo por 2 e depois pelo total de colaboradores da organização.

$((\text{admitidos} + \text{desligados}) / 2) / \text{n}^\circ \text{ de funcionários}$

## Campinas

Rua James Clerk Maxwell, 507  
Parque Tecnológico Techno Park  
Campinas • SP • CEP 13.069-380

## 10.5 Outras informações relevantes

10.2. Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 10.1 acima

Visando ajustar suas operações e atividades, e criar espaço para manter e, eventualmente, melhorar sua rentabilidade, a Padtec conduziu ao longo do segundo semestre de 2025 uma reestruturação no seu quadro de empregados, que resultou no desligamento de pessoas em todas as suas áreas.

10.3. Descrever as políticas e práticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:

A estratégia da Padtec S.A. para gestão de cargos e salários segue a definição de tabelas salariais, remuneração alinhada com seu mercado de atuação e estruturação da carreira em “Y” de suas equipes técnicas.

### a. política de salários e remuneração variável

A remuneração variável segue a contratação de objetivos, que são revisitados anualmente de acordo com as premissas oriundas do planejamento estratégico da Companhia. A contratação desses objetivos prevê o planejamento da execução dos componentes do processo e obtenção do comprometimento do colaborador para a execução, permitindo que:

- os objetivos sejam estabelecidos de acordo como os planos de negócios;
- a definição de indicadores para cada diretoria/área/equipe/colaborador seja feita de forma clara, deixando explícito o resultado a ser alcançado; e
- a expectativa em relação aos papéis organizacionais seja compreendida por todos, e como cada função contribuirá para a criação de valor para a Companhia.

O PLR (Participação nos Lucros e Resultados), com base nas premissas acima descritas, é anualmente negociado com o sindicato que representa os colaboradores. Um plano diferenciado de remuneração variável é dedicado a colaboradores em cargos de confiança, diretores, especialistas e da área de vendas.

### b. política de benefícios

A Padtec S.A. pratica isonomia com relação a oferta de benefícios aos seus colaboradores, que são: plano de previdência privada fechada (contando com contribuições paritárias que vão de 1% a 8% do salário nominal do empregado), convênio de saúde e odontológico, seguro de vida, convênio farmácia, auxílio creche, vale refeição/alimentação, transporte fretado e/ou vale transporte ou estacionamento, solução de bem estar corporativo (Gympass, Ginástica Laboral) horário flexível e modelo de trabalho híbrido de acordo com a necessidade das equipes.

c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando:

- i. grupos de beneficiários
- ii. condições para exercício
- iii. preços de exercício
- iv. prazos de exercício
- v. quantidade de ações comprometidas pelo plano

A Companhia adota, atualmente, o Plano de Incentivo de Longo Prazo e Retenção da Padtec Holding S.A. (“Plano”), aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de outubro de 2021, e o Plano II de Incentivo de Longo Prazo e Retenção da Companhia (“Plano II ILP”), aprovado na Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 26 de abril de 2024. Os planos são administrados pelo Conselho de Administração da Companhia e tem por base a entrega de Phantom Shares.

#### Campinas

Rua James Clerk Maxwell, 507  
Parque Tecnológico Techno Park  
Campinas • SP • CEP 13.069-380

+55 19 2104-9700  
padtec@padtec.com.br

## 10.5 Outras informações relevantes

São elegíveis para participar do Plano, a critério do Conselho de Administração, os diretores estatutários ou não-estatutários, bem como demais colaboradores da Companhia e de suas subsidiárias, no Brasil ou no exterior, que sejam considerados profissionais-chave.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de novembro de 2021, conforme recomendação deliberada em reunião do Comitê de Remuneração realizada em 18 de novembro de 2021, foi aprovado o Primeiro Programa de Incentivo de Longo Prazo e Retenção da Companhia (“Primeiro Programa do Plano I”), no âmbito do Plano, eleitos os Beneficiários e definidas as respectivas quantidades de Phantom Shares outorgadas a cada um deles para este Primeiro Programa. Em novembro de 2021, para os colaboradores que não faziam parte da Diretoria Estatutária ou Não Estatutária foram outorgadas um total de 1.568.996 Phantom Shares. Em 31 de dezembro de 2025 existiam 210.239 Phantom Shares passíveis de exercício por colaboradores, observadas as condições do Plano.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de maio de 2024, conforme recomendação deliberada em reunião do Comitê de Remuneração realizada também nesta mesma data, foi aprovado o Primeiro Programa de Incentivo de Longo Prazo e Retenção da Companhia (“Primeiro Programa do Plano II”), no âmbito do Plano II ILP, eleitos os Beneficiários e definidas as respectivas quantidades de Phantom Shares outorgadas a cada um deles para este Primeiro Programa do Plano II. Para os colaboradores que não faziam parte da Diretoria Estatutária ou Não Estatutária foram outorgadas um total de 545.560 Phantom Shares. Em 31 de dezembro de 2025 existiam 90.927 Phantom Shares oriundas do Primeiro Programa do Plano II ILP passíveis de exercício por colaboradores. O Segundo Programa do Plano II foi aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de dezembro de 2025 (com data retroativa a 04 de dezembro de 2025). Para os colaboradores que não faziam parte da Diretoria Estatutária ou Não Estatutária foram outorgadas um total de 60.618 Phantom Shares. Em 31 de dezembro de 2025 não existiam Phantom Shares oriundas do Segundo Programa do Plano II ILP.

A outorga das Phantom Shares não atribui ao seu titular o direito de subscrever ou adquirir ações de emissão da Companhia, tampouco confere a este a condição de acionista da Companhia ou qualquer outro privilégio inerente a tal condição, em especial o direito de voto e outros direitos políticos. Nenhuma ação de emissão da Companhia será entregue ao Beneficiário em razão das Phantom Shares outorgadas, outorga essa realizada de forma gratuita e formalizada mediante a assinatura pela Companhia e pelo Beneficiário de Contrato de Outorga.

Outras informações detalhadas sobre os dois planos e seus respectivos Programas de Incentivo de Longo Prazo e Retenção estão disponíveis no item 8.4 deste Formulário e no site da Companhia (<https://www.padtec.com.br/investor/padtec-holding/>).

d. razão entre (i) a maior remuneração individual (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2.d) reconhecida no resultado do emissor no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário, se for o caso; e (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados do emissor no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social

Para a investida Padtec S.A. (considerando apenas as remunerações pagas no Brasil), a razão entre a maior remuneração individual reconhecida no resultado do emissor no último exercício social é 95,29 vezes maior do que a mediana da remuneração individual dos empregados.

Maior Remuneração Individual	Média Remuneração Individual	Razão entre as Remunerações
1.080.834,61	11.342,75	95,29
<b>Escarecimentos</b>		

### Campinas

Rua James Clerk Maxwell, 507  
Parque Tecnológico Techno Park  
Campinas • SP • CEP 13.069-380

+55 19 2104-9700  
padtec@padtec.com.br

## 10.5 Outras informações relevantes

10.4. Descrever as relações entre o emissor e sindicatos, indicando se houve paralisações e greves nos 3 últimos exercícios sociais

Os colaboradores da Padtec S.A. são representados pelo Sintetel – Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações no Estado de São Paulo. A relação com o sindicato da categoria é cordial e respeitosa, nunca na história da Companhia houve situação de greve e as negociações são honradas e respeitadas pelas partes.

10.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Informações sobre ações trabalhistas envolvendo a Padtec S.A. estão apresentadas no item 4 deste Formulário de Referência.

### **Campinas**

Rua James Clerk Maxwell, 507  
Parque Tecnológico Techno Park  
Campinas • SP • CEP 13.069-380

+55 19 2104-9700  
padtec@padtec.com.br

## 11.1 Regras, políticas e práticas

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA 2026 – SEÇÃO 11

#### 11. Transações com Partes Relacionadas

11.1. Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, o órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia procura utilizar práticas uniformes e condições de mercado na celebração dos contratos com partes relacionadas.

Adicionalmente, a Companhia aprovou Política para Transações com Partes Relacionadas em Assembleia Geral de acionistas realizada em 10 de julho de 2020, aditada pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 31 de março de 2021 e pelas Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 01 de setembro de 2022 e 18 de setembro de 2025 (“Política para Partes Relacionadas”).

A Política para Partes Relacionadas visa assegurar que as transações da Companhia e de suas controladas, envolvendo partes relacionadas, sejam realizadas em condições comutativas, não menos favoráveis à Companhia e às suas controladas do que seriam caso fossem realizadas com terceiros que não são partes relacionadas, sob as mesmas circunstâncias ou em cenários similares.

Conforme estabelecido na Política para Partes Relacionadas, cabe à Diretoria da Companhia monitorar e administrar as Transações com Partes Relacionadas<sup>1</sup>, bem como os potenciais conflitos de interesses dos Administradores e acionistas da Companhia.

A Companhia e/ou suas controladas poderão realizar Transações com Partes Relacionadas desde que celebradas por escrito e contratadas em bases equitativas, ou seja, conduzidas dentro de parâmetros de mercado, em termos de prazos, taxas e garantias, e que estejam claramente refletidas nos registros e relatórios da Companhia e/ou da respectiva controlada.

Todas as Transações com Partes Relacionadas realizadas pela Companhia e/ou suas controladas deverão ser precedidas de questionamento, quando houver dúvida, sobre a existência de relações entre o contratante, seus sócios ou administradores e a Companhia e/ou suas controladas, Administradores ou colaboradores, com o fim de identificar a possibilidade de tratar-se de Transação com Parte Relacionada. E tão logo sejam identificadas, as potenciais Transações com Partes Relacionadas, independentemente de seu valor, deverão ser comunicadas, por escrito à Diretoria da Companhia.

A Diretoria deverá analisar a transação proposta, inclusive sua aderência aos parâmetros de mercado, conforme estipulado pela Política para Partes Relacionadas, e caso ao menos um dos membros da Diretoria ratifique a classificação da operação como uma Transação com Parte Relacionada, a transação deverá ser submetida à apreciação e aprovação pelo Conselho de Administração.

<sup>1</sup> Transações com Partes Relacionadas: qualquer operação que importe a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre a Companhia e/ou suas controladas e uma Parte Relacionada, incluindo, entre outros: (a) compra e venda de bens, propriedades e outros ativos; (b) prestação ou recebimento de serviços; (c) arrendamentos; (d) transferências de bens, direitos e obrigações; (e) transferências de natureza financeira; (f) fornecimento de garantias, avais ou fianças; (g) assunção de compromissos; (h) liquidação de passivos; (i) concessão de comodato de bens imóveis ou móveis de qualquer natureza; e (j) contratação de funcionários e administradores. As Transações com Partes Relacionadas são caracterizadas pela transferência de recursos, serviços ou obrigações entre Partes Relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado à transação.

## 11.1 Regras, políticas e práticas

Os membros da Diretoria e do Conselho de Administração, envolvidos nos processos e que constituam ou representem Parte Relacionada na transação submetida à apreciação e aprovação não participarão de qualquer discussão ou deliberação, exceto se solicitado para fornecer aos demais membros informações relacionadas àquela transação em discussão.

Em todas as Transações com Partes Relacionadas celebradas pela Companhia, a Companhia observará para que a remuneração aos assessores, consultores ou intermediários envolvidos naquela Transação não gerem nenhum conflito de interesses para a própria Companhia, para o Pessoal Chave da Administração ou para seus acionistas.

A Companhia também garantirá que em toda e qualquer reestruturação societária envolvendo Partes Relacionadas restará assegurado tratamento equitativo para todos os acionistas da Companhia.

É vedada a concessão de empréstimos, ou outros tipos de dívidas, e garantias pela Companhia ou suas controladas em favor de Partes Relacionadas.

Qualquer pessoa vinculada pela Política de Partes Relacionadas que tiver conhecimento de uma Transação com Parte Relacionada não aprovada pelo Conselho de Administração, conforme exigido pela Política para Partes Relacionadas, deverá comunicar imediatamente o fato ao *Compliance Officer*. Qualquer omissão neste sentido será considerada uma violação, sujeita à eventual ação corretiva a ser aplicada pelo Conselho de Administração.

A Política de Transações com Partes Relacionadas está disponível para consulta no site de Relações com Investidores da Companhia ([www.padtec.com.br](http://www.padtec.com.br)) na seção “Governança Corporativa” > “Políticas e Códigos”, e no site da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)).

### Campinas

Rua James Clerk Maxwell, 507  
Parque Tecnológico Techno Park  
Campinas • SP • CEP 13.069-380

+55 19 2104-9700  
[padtec@padtec.com.br](mailto:padtec@padtec.com.br)

## 11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
<b>BNDES Participações S.A. – BNDESPAR</b>	09/12/2021	20.000.000,00	15.000.000,00	20.000.000,00	Disponível para oferta aos clientes da Companhia a partir de abril/2022.	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	acionista com participação relevante					
<b>Objeto contrato</b>	Constituição de fundo de investimento em direitos creditórios em conjunto com a BNDES Participações S.A. – BNDESPAR (“BNDESPAR”) cujo objetivo é a concessão de crédito aos clientes da Padtec. O capital integralizado do FIDC FUNTTEL PADTEC Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (“FIDC”) será de até R\$ 100 milhões, contando com aportes de até R\$ 80 milhões da BNDESPAR (cotas seniores) e de até R\$ 20 milhões da Padtec S.A. (cotas subordinadas) e terá a administração exercida pela Finvest Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e a gestão pela Poligono Capital Ltda. O BNDESPAR utilizará recursos captados junto ao Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (“FUNTTEL”) para integralização das cotas seniores. Os recursos alocados no FIDC serão utilizados para concessão de funding, com custo efetivo total de TR+7,0% a.a. e prazo mínimo de financiamento de 24 meses. A Padtec S.A. será a única cedente do FIDC, que contará com a alienação fiduciária dos equipamentos dos clientes como garantia desse instrumento.					
<b>Garantia e seguros</b>	A Padtec é coobrigada ao pagamento integral em caso de inadimplência pelo seu cliente, com direito de regresso.					
<b>Rescisão ou extinção</b>	Cláusula 13 do Regulamento do FIDC - <a href="https://fnet.bmfbovespa.com.br/fnet/publico/downloadDocumento?id=248197">https://fnet.bmfbovespa.com.br/fnet/publico/downloadDocumento?id=248197</a>					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Constituição de fundo de investimento em direitos creditórios para financiar vendas a clientes da Padtec. Integrante do FIDC e devedor coobrigado em caso de inadimplência pelo cliente financiado. Montante envolvido: até o valor de R\$ 20MM.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor					

**11.2 Transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
<b>FUNDAÇÃO CPQD - CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICAÇÕES</b>	28/08/2023	1.188.777,16	319.767,41	1.118.777,16	Reajustável pelo IGP-M a cada 12 meses.  Até 01/11/2026 (com renovação automática de três anos, até 2029)	
<b>Relação com o emissor</b>	Acionista Controlador					
<b>Objeto contrato</b>	Locação de salas de imóvel localizado na Rua Dr. Ricardo Benetton Martins, 1000, Parque II do Polo de Alta Tecnologia, Campinas/São Paulo					
<b>Garantia e seguros</b>	Sem garantias.					
<b>Rescisão ou extinção</b>	Rescisão antecipada mediante aviso prévio de 3 (três) meses, com multa rescisória equivalente a 3 (três) meses de aluguel, proporcionalmente ao tempo remanescente ao término do contrato. E outras hipóteses usuais em contratos de locação de imóveis.					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Locação de imóvel e serviços de infraestrutura. Montante envolvido reajustável pelo IGP-M a cada 12 meses.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor					

## 11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
<b>BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. – BNDESPAR</b>	29/05/2024	150.000.000,00	150.995.677,23	150.000.000,00	5 (cinco) anos, vencimento 15/06/2029	IPCA * 7,02%
<b>Relação com o emissor</b>	acionista com participação relevante					
<b>Objeto contrato</b>	O objeto do contrato de Empréstimo e Financiamento na modalidade BNDES Exim é o financiamento à produção de bens destinados à exportação, com foco na fabricação de equipamentos do portfólio da Companhia					
<b>Garantia e seguros</b>	Aplicação financeira, modalidade Letra Financeira.					
<b>Rescisão ou extinção</b>	Em caso de liquidação antecipada da dívida, além do saldo devedor, será cobrado um montante equivalente à soma de dois componentes: (1) Saldo devedor na data da liquidação multiplicado por 1,25% (spread BNDES) e pela razão entre o saldo de principal na data da liquidação e o saldo liberado, calculados nos termos do Contrato na data-base da liquidação. (2) Saldo devedor multiplicado pelo valor máximo entre 0 e a diferença entre o Jm (base do componente fixo da TLP) vigente na data de contratação e o Jm vigente no momento de emissão do documento de cobrança multiplicado pela duration do Contrato na data da liquidação.					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	empréstimo e financiamento					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor					

**11.2 Transações com partes relacionadas**

<b>Parte relacionada</b>	<b>Data transação</b>	<b>Montante envolvido no Negócio Real</b>	<b>Saldo existente</b>	<b>Montante corresp. ao interesse Real</b>	<b>Duração</b>	<b>Taxa de juros cobrados</b>
<b>BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. – BNDESPAR</b>	14/03/2025	30.000.000,00	30.000.000,00	30.000.000,00	120 meses, vencimento em 14/03/2035	TR + 2,7%
<b>Relação com o emissor</b>	acionista com participação relevante					
<b>Objeto contrato</b>	O objeto deste contrato é financiar os clientes da Companhia para a aquisição de bens.					
<b>Garantia e seguros</b>	carta fiança					
<b>Rescisão ou extinção</b>	Em caso de liquidação antecipada da dívida, além do saldo devedor, será cobrado o montante dos pagamentos futuros de juros e amortizações previstos no Contrato pela soma dos itens (i) e (ii) a seguir: (i) a estrutura a termo da taxa de juros relativa à Taxa Referencial, calculada conforme metodologia disposta na regulamentação do Banco Central do Brasil; e (ii) 0,20% ao ano.					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	empréstimo e financiamento					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor					

**11.2 Transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido no Negócio Real	Saldo existente	Montante corresp. ao interesse Real	Duração	Taxa de juros cobrados
<b>FUNDAÇÃO CPQD - CENTRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICAÇÕES</b>	08/11/2024	100.000,00	66.666,64	100.000,00	12 (doze) meses renováveis	
<b>Relação com o emissor</b>	acionista controlador					
<b>Objeto contrato</b>	Adesão à Associação Tecnológica do Centro de Competência EMBRAPII CPQD em Open RAN (CC Open RAN), fundada pela parte relacionada Fundação CPqD.					
<b>Garantia e seguros</b>	não existente					
<b>Rescisão ou extinção</b>	O prazo da associação é de 12 meses renováveis, podendo ser rescindido antecipadamente com 90 dias de notificação prévia.					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Associação					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor					

**11.2 Itens 'n.' e 'o.'****FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA 2026 – SEÇÃO 11****11. Transações com Partes Relacionadas**

11.2. Com exceção das operações que se enquadrem nas hipóteses do art. 3º, II, “a”, “b” e “c”, do anexo F, informar, em relação às transações com partes relacionadas que, segundo as normas contábeis, devam ser divulgadas nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas do emissor e que tenham sido celebradas no último exercício social ou estejam em vigor no exercício social corrente:

- a. nome das partes relacionadas
- b. relação das partes com o emissor
- c. data da transação
- d. objeto do contrato
- e. se o emissor é credor ou devedor
- f. montante envolvido no negócio
- g. saldo existente
- h. montante correspondente ao interesse de tal parte relacionada no negócio, se for possível aferir
- i. garantias e seguros relacionados
- j. duração
- k. condições de rescisão ou extinção
- l. natureza e razões para a operação
- m. taxa de juros cobrada, se aplicável
- n. medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses
- o. demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

As operações apresentadas neste item 11.2 foram submetidas aos procedimentos estabelecidos na Política para Transações com Partes Relacionadas da Companhia.

**Campinas**

Rua James Clerk Maxwell, 507  
Parque Tecnológico Techno Park  
Campinas • SP • CEP 13.069-380

## 11.3 Outras informações relevantes

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA 2026 – SEÇÃO 11

#### 11. Transações com Partes Relacionadas

##### 11.3. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

As operações apresentadas no item 11.2 foram submetidas aos procedimentos estabelecidos na Política para Transações com Partes Relacionadas da Companhia e foram celebradas pela Padtec S.A.

#### **Campinas**

Rua James Clerk Maxwell, 507  
Parque Tecnológico Techno Park  
Campinas • SP • CEP 13.069-380

+55 19 2104-9700  
padtec@padtec.com.br

**12.1 Informações sobre o capital social**

Tipo Capital		Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
31/03/2021	-	0,00	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
135.000.000	0	135.000.000	

Tipo Capital		Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
10/04/2024	-	138.441.637,70	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
79.469.626	0	79.469.626	

Tipo Capital		Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
10/04/2024	-	138.441.637,70	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
79.469.626	0	79.469.626	

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
10/04/2024	-	138.441.637,70	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
79.469.626	0	79.469.626	

**12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras****FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA 2026 – SEÇÃO 12****12. Capital Social e Valores Mobiliários**

12.2. Emissores estrangeiros devem descrever os direitos de cada classe e espécie de ação emitida e as regras de seu país de origem e do país em que as ações estejam custodiadas no tocante a:

- a. direito a dividendos
- b. direito de voto
- c. conversibilidade em outra classe ou espécie de ação, indicando:
  - I. condições
  - II. efeitos sobre o capital social
- d. direitos no reembolso de capital
- e. direito a participação em oferta pública por alienação de controle
- f. restrições à circulação
- g. condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários
- h. possibilidade de resgate de ações, indicando:
  - I. hipóteses de resgate
  - II. fórmula de cálculo do valor de resgate
- i. hipóteses de cancelamento de registro, bem como os direitos dos titulares de valores mobiliários nessa situação
- j. hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desse direito, ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável
- k. outras características relevantes

**Não se aplica, uma vez que a Companhia não é emissor estrangeiro.**

### **12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil**

**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não há outros valores mobiliários emitidos pela Companhia além das ações ordinárias.

## **12.4 Número de titulares de valores mobiliários**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não se aplica, pois não há outros valores mobiliários emitidos pela Companhia além das ações ordinárias.

## 12.5 Mercados de negociação no Brasil

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA 2026 – SEÇÃO 12

#### 12. Capital Social e Valores Mobiliários

12.5. Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação

As ações da Padtec Holding S.A. são negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) sob o código PDTC3.

#### **Campinas**

Rua James Clerk Maxwell, 507  
Parque Tecnológico Techno Park  
Campinas • SP • CEP 13.069-380

+55 19 2104-9700  
padtec@padtec.com.br

## **12.6 Negociação em mercados estrangeiros**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, pois a Companhia não tem nenhum valor mobiliário admitido à negociação em mercados estrangeiros.

## **12.7 Títulos emitidos no exterior**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, pois a Companhia não tem títulos emitidos no exterior.

## 12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA 2026 – SEÇÃO 12

#### 12. Capital Social e Valores Mobiliários

12.8. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos 3 exercícios sociais, indicar:

- a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados
- b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição
- c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não se aplica, pois a Companhia não realizou nenhuma oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos 3 exercícios sociais.

## 12.9 Outras informações relevantes

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA 2026 – SEÇÃO 12

#### 12. Capital Social e Valores Mobiliários

12.9. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há informações adicionais que a Companhia julgue relevantes.

#### **Campinas**

Rua James Clerk Maxwell, 507  
Parque Tecnológico Techno Park  
Campinas • SP • CEP 13.069-380

+55 19 2104-9700  
padtec@padtec.com.br

### 13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável
Carlos Raimar Schoeninger	Diretor Presidente
Leonardo Costa Chamsin	Diretor de Relações com Investidores

## 13.1 Declaração do diretor presidente

# padtec

### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA 2026

#### Declaração individual do Presidente

Eu, **Carlos Raimar Schoeninger**, brasileiro, administrador de empresas, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 556.488.439-68 e no documento de identidade nº 34.615.082-6, com domicílio na Rua James Clerk Maxwell, 507 – Quadra 09678-I Lote 007 - Techno Park Campinas, Campinas-SP, CEP 13069-380, na qualidade de Diretor Presidente da **Padtec Holding S.A.**, sociedade anônima, com sede na Cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, na Rua James Clerk Maxwell, 507 – Quadra 09678-I Lote 007 - Techno Park Campinas, CEP 13069-380, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.365.069/0001-44 (“Companhia”) declaro que: (i) revi todas as informações contidas no Formulário de Referência; (ii) todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos artigos 15 a 20; e (iii) o conjunto das informações contidas no Formulário de Referência é um retrato verdadeiro, preciso e completo das atividades da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades.

carlos.schoeninger@padtec.com.br

D4Sign  
Carlos Raimar Schoeninger  
Assinado

---

**Carlos Raimar Schoeninger**

Diretor Presidente

#### Campinas

Rua Doutor Ricardo Benetton Martins, 1.000  
Parque II do Polo de Alta Tecnologia  
Campinas • SP • CEP 13.086-510

+55 19 2104-9700  
+55 19 2104-9703  
padtec@padtec.com.br

13.1 Declaração do diretor presidente



2 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil  
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)  
Certificado de assinaturas gerado em 25 de May de 2026, 13:58:22



## 2026 05 Declaração CRS FRE

Código do documento e86284c3-cf4f-4e6c-913b-09da3e3085ab



### Assinaturas



Carlos Raimar Schoeninger  
carlos.schoeninger@padtec.com.br  
Assinou

Carlos Raimar Schoeninger

### Eventos do documento

#### 25 May 2026, 11:40:52

Documento e86284c3-cf4f-4e6c-913b-09da3e3085ab **criado** por PATRICIA SAYURI IQUEDA (9fe75b95-99c2-4682-9c94-ed09115ad36a). Email:patricia.iqueda@padtec.com.br. - DATE\_ATOM: 2026-05-25T11:40:52-03:00

#### 25 May 2026, 11:42:29

Assinaturas **iniciadas** por PATRICIA SAYURI IQUEDA (9fe75b95-99c2-4682-9c94-ed09115ad36a). Email: patricia.iqueda@padtec.com.br. - DATE\_ATOM: 2026-05-25T11:42:29-03:00

#### 25 May 2026, 13:52:25

CARLOS RAIMAR SCHOENINGER **Assinou** - Email: carlos.schoeninger@padtec.com.br - IP: 189.113.38.66 (189-113-38-66.netturbo.com.br porta: 30072) - **Geolocalização: -22.850982434575414 -47.15001306282833** - Documento de identificação informado: 556.488.439-68 - DATE\_ATOM: 2026-05-25T13:52:25-03:00

### Hash do documento original

(SHA256):14b096582cf7026a96a8379550068934ab0be52f30a0ce6155d3b58c5f190663

(SHA512):9b1c97bc9c1a34de31c2d0897104675c8ab72fb6073e483333bb1f673c0ae3c56ea2d57f3df0f918f28f96c5d80b0c8094f49305e6073ec258545db44e02f124

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

**Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL**

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.

## 13.1 Declaração do diretor de relações com investidores



### FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA 2026

#### Declaração individual do Diretor de Relações com Investidores

Eu, **Leonardo Costa Chamsin**, brasileiro, administrador de empresas, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 218.489.078-26 e no documento de identidade nº 34.711.689 SSP/SP, com domicílio na Rua James Clerk Maxwell, 507 – Quadra 09678-I Lote 007 - Techno Park Campinas, Campinas-SP, CEP 13069-380, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da **Padtec Holding S.A.**, sociedade anônima, com sede na Cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, na Rua James Clerk Maxwell, 507 – Quadra 09678-I Lote 007 - Techno Park Campinas, CEP 13069-380, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.365.069/0001-44 ("Companhia") declaro que: (i) revi todas as informações contidas no Formulário de Referência; (ii) todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos artigos 15 a 20; e (iii) o conjunto das informações contidas no Formulário de Referência é um retrato verdadeiro, preciso e completo das atividades da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades.

---

**Leonardo Costa Chamsin**

Diretor de Relações com Investidores

#### Campinas

Rua Doutor Ricardo Benetton Martins, 1.000  
Parque II do Polo de Alta Tecnologia  
Campinas • SP • CEP 13.086-510

+55 19 2104-9700  
+55 19 2104-9703  
padtec@padtec.com.br

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores



2 páginas - Dados e horários baseados em Brasília, Brasil  
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)  
Certificado de assinaturas gerado em 25 de May de 2026, 13:49:50



## 2026 05 Declaração Leonardo FRE

Código do documento a419a072-bb4a-45d0-a1eb-7f969876c12d



### Assinaturas



Leonardo Chamsin  
leonardo.chamsin@padtec.com.br  
Assinou

Leonardo Chamsin

### Eventos do documento

#### 25 May 2026, 11:43:19

Documento a419a072-bb4a-45d0-a1eb-7f969876c12d **criado** por PATRICIA SAYURI IQUEDA (9fe75b95-99c2-4682-9c94-ed09115ad36a). Email:patricia.iqueda@padtec.com.br. - DATE\_ATOM: 2026-05-25T11:43:19-03:00

#### 25 May 2026, 11:44:58

Assinaturas **iniciadas** por PATRICIA SAYURI IQUEDA (9fe75b95-99c2-4682-9c94-ed09115ad36a). Email: patricia.iqueda@padtec.com.br. - DATE\_ATOM: 2026-05-25T11:44:58-03:00

#### 25 May 2026, 13:45:26

LEONARDO CHAMSIN **Assinou** (5284a2a3-5f4f-44b0-b524-f6b948c2294b) - Email: leonardo.chamsin@padtec.com.br - IP: 189.113.38.66 (189-113-38-66.netturbo.com.br porta: 59072) - Documento de identificação informado: 218.489.078-26 - DATE\_ATOM: 2026-05-25T13:45:26-03:00

#### Hash do documento original

(SHA256):610336d96c9402e1c638741681f554676ed1185cea154c3028a88e0577c9c58e  
(SHA512):193735c7b3492fb96e254af3f132ab2f48d7640a80be4c8d4d4d7360c8a008b4f388e200169f0f6f7696b6e29b927cdf377580bc4ea0be50c2fa8cd58c36dcb

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

**Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL**

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.

## **13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual**

Documento não preenchido.